

**TRABALHADORES**

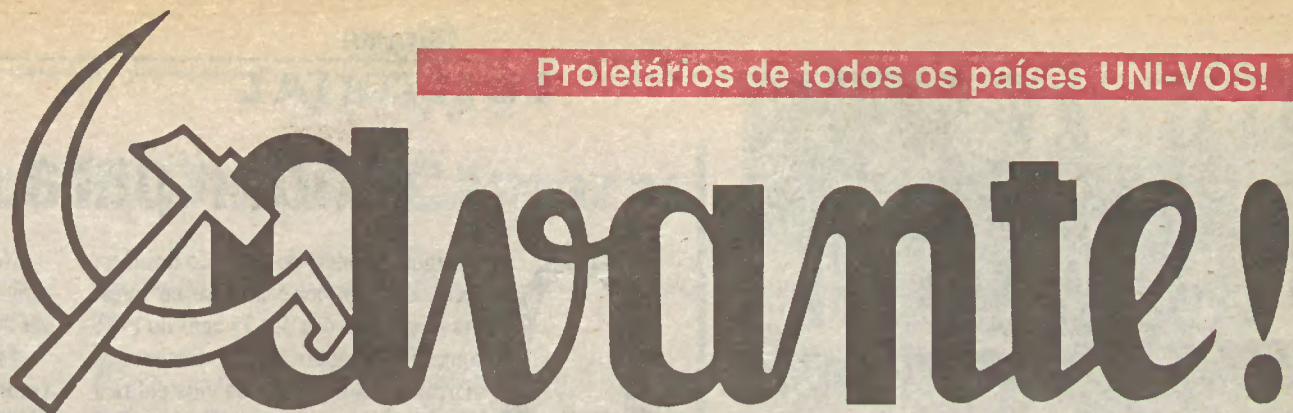
Proletários de todos os países UNI-VOS!

## Jornada de luta

Pelas 40 horas, contra a «flexibilização» e a «polivalência», activistas saíram à rua no dia 7. Pág. 7

## Enfermeiros

600 novos enfermeiros, a acabar os cursos em Março, sem perspectivas de emprego. Pág. 6



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Março de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1163 • Director: Carlos Brito

# 75 anos em festa



Reportagem nas centrais. Discursos de Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal nas Págs. 18 a 22

**ASSEMBLEIA  
DA REPÚBLICA**

## Revisão da Constituição

As propostas do PCP para maior democracia e progresso.

Pág. 12

## Impugnação do PCP

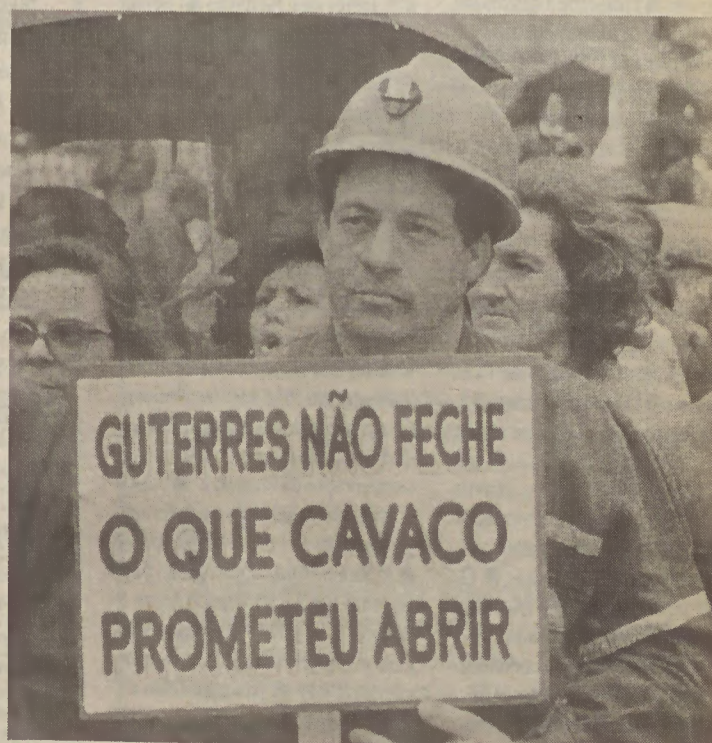
Em causa a duração do trabalho. Governo PS atenta contra os direitos históricos dos trabalhadores, em violação grosseira da Constituição.

Pág. 13

## Desemprego dispara em 96

Orçamento  
de Estado  
com os olhos  
em Maastricht Pág. 5

Entrevista com Sérgio Ribeiro



**Editorial Andar para a frente**

## EDITORIAL

## Andar para a frente

O grande comício do Pavilhão dos Desportos, que assinalou o arranque, em força, das comemorações dos 75 anos do PCP, coincidiu com outros dois acontecimentos marcantes da nova fase da vida política nacional.

Referimo-nos, é claro, à posse do novo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e à aprovação, na generalidade, na Assembleia da República, do Orçamento de Estado do Governo PS, viabilizado pela abstenção do PP.

Trata-se, nos dois casos e em sentidos opostos, de acontecimentos da maior importância que, pondo à prova posições, orientações e previsões do PCP, confirmam claramente a justeza da sua linha política.

O Orçamento de Estado defrauda brutalmente a grande vontade de mudança da maioria do nosso povo que determinou a vitória do PS nas eleições legislativas de 1 de Outubro do ano passado.

É um Orçamento subordinado aos critérios da União Económica e Monetária, provavelmente devastadores para a nossa economia; que mantém as mesmas injustiças sociais e os mesmos benefícios fiscais ao capital e às actividades especulativas dos orçamentos do PSD; que desacelera o investimento público nas funções sociais do Estado; que compreende um programa de privatizações visando a transferência de quase todas as empresas públicas para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro; e que constituirá, por vários destes traços combinados, um novo factor de crescimento do desemprego.

Tais são as razões dos rasgados aplausos das confederações patronais à lei orçamental do PS e, em consequência, as fundas razões do voto viabilizador do partido de Manuel Monteiro.

O conteúdo do Orçamento do PS e a maioria que o viabilizou são realmente muito chocantes para o mundo do trabalho e o povo de esquerda do nosso país. Mas não são uma inteira surpresa.

A política de direita que o Governo do PS está a seguir, nas questões essenciais, já se anunciava no Programa do Governo e foi por isso que o PCP se declarou desde logo como a Oposição de Esquerda.

Se recuarmos um pouco, então teremos que lembrar os alertas feitos pelo PCP, ainda na campanha eleitoral, em relação ao perigo de um Governo do PS sozinho continuar, no essencial, a política de direita dos governos do PSD. Os factos aí estão, agora, claros e pungentes...

Tomada de posse do Dr. Jorge Sampaio evoca o duro e complexo processo das presidenciais e a grande vitória da democracia que constituiu a sua eleição como Presidente da República.

Os comunistas portugueses festejaram oportunamente a vitória para que contribuíssem de forma esclarecida e firme e regozijam-se, agora, com o início de funções do novo Presidente, sem esquecerem naturalmente as conhecidas diferenças de opinião.

Julgamos que hoje não oferece dúvida a ninguém a natureza revanchista da candidatura de Cavaco Silva e do papel que ela desempenhava na vasta operação do regresso do PSD ao poder.

O partido laranja confiava a tal ponto no sucesso desta operação presidencial que a derrota do seu candidato o deixou completamente desorientado, vazio de dinâmica e órfão de liderança.

No próprio dia da posse do novo Presidente, alguns dos seus dirigentes, que não só o candidato derrotado, não foram capazes de disfarçar o mau perder.

Em contraste com o que fundamentamente se receava se o resultado das presidenciais tivesse sido outro, foi gratificante ouvir, na declaração de posse de Jorge Sampaio, as palavras claras que pronunciou sobre o exercício do seu mandato e, especialmente, o compromisso que assumiu face às questões sociais e aos «excluídos do sistema ou das políticas».

O que melhor caracteriza as presentes comemorações dos 75 anos do PCP é o empenhamento e a profundidade com que os comunistas portugueses, ao mesmo tempo que põe em relevo os ensinamentos e os motivos de inspiração do glorioso passado do seu partido, estão a assumir a resposta aos graves problemas da situação presente e a perspectivar o futuro do nosso país.

Foi esta tónica de resposta e perspectiva que marcou as intervenções de fundo de Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, num Pavilhão Carlos Lopes repleto, festivo e vibrante de entusiasmo e confiança na capacidade do PCP em vencer os desafios e de o País andar para a frente.

*Foi esta tónica de resposta e perspectiva que marcou as intervenções de fundo de Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, num Pavilhão Carlos Lopes repleto, festivo e vibrante de entusiasmo e confiança na capacidade do PCP em vencer os desafios e de o País andar para a frente.*

A intensificação da luta foi apontada como uma necessidade imperiosa para conter a política de direita, especialmente, neste momento, para impedir que seja dada força de lei à «flexibilidade» e à «polivalência».

O Secretário-Geral do PCP afirmou, a dado momento: «A concretização das esperanças criadas na sociedade portuguesa pela derrota da direita exige, não atitudes de expectativa e passividade, mas, antes, que prossiga e se amplie a reclamação de uma nova política, na base de um activo exercício dos direitos democráticos e do desenvolvimento de um grande movimento de opinião, de

protesto, de iniciativa e de luta.»

O Presidente do Conselho Nacional do PCP salientou, pelo seu lado: «E se, à luta de massas, chamam «a rua», nós dizemos que a rua é também, mesmo em termos constitucionais, lugar próprio para lutar.»

O papel do PCP como partido necessário, indispensável e insubstituível na vida nacional, sem o qual não há qualquer projecto consistente de desenvolvimento democrático, foi outra tónica dominante da intervenções.

Assim, Carlos Carvalhas, depois de salientar que não é a esquerda mas sim o PS que está no Governo, afirmou: «Quem levanta claramente as bandeiras da esquerda e as bandeiras do 25 de Abril, quem defende sem tibieza uma política de desenvolvimento económico e de justiça social é este grande partido, que não ajoelha perante as dificuldades, que não cede perante as pressões da direita ou do grande capital, o Partido Comunista Português.»

Pelo seu lado, Álvaro Cunhal depois de referir que os que «estão restaurando o capitalismo monopolista estão fazendo rodar a história para trás», afirmou com grande vigor: «O nosso partido actua para que a sociedade ande para a frente, com as transformações profundas que assegurem efectivamente as liberdades e os direitos dos cidadãos, organização democrática do poder, desenvolvimento económico real, progresso social, democratização da cultura e a independência nacional.»



Trabalhadores manifestam-se contra o desemprego

## RESUMO

## 6 Quarta-feira

O Orçamento de Estado é viabilizado na Assembleia da República com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PP e de cinco deputados insulares do PSD ■ Os mineiros de Aljustrel exigem em Lisboa a reabertura da mina ■ A CGTP-IN começa a preparar duas campanhas junto às empresas contra os recibos verdes ■ Enquanto a polícia da Autoridade Palestiniana procede à detenção de presumíveis responsáveis pelos atentados das últimas semanas em Israel, a ala armada do Hamas anuncia a entrega de armas e explosivos ■ Os Estados Unidos reforçam o embargo a Cuba, na sequência do incidente com o abate dos aviões ■ A OLP denuncia a prática quotidiana de tortura por parte das autoridades israelitas ■ O Iraque aceita a fórmula «petróleo em troca de alimentos» proposta pela ONU, como «arranjo provisório», esperando o levantamento total do embargo.

## 7 Quinta-feira

Álvaro Cunhal profere uma conferência na Universidade de Évora sobre o tema «Portugal às portas do terceiro milénio» ■ Realiza-se uma jornada de luta contra o desemprego, organizada pela CGTP ■ Marçal Grilo é confrontado com reservas sobre o novo acesso ao Ensino Superior e à afixação de uma nota mínima, no Conselho de Ministros ■ A União Europeia repudia o reforço das sanções a Cuba por parte dos EUA ■ Um relatório do Departamento de Estado norte-americano assinala a violação dos direitos humanos na Indonésia e nos territórios ocupados por Jacarta ■ Na tomada de posse do parlamento palestiniano, Yasser Arafat apela à realização de uma cimeira contra o terrorismo ■ Prossegue a batalha em Grozny entre os independentistas e o exército russo ■ O IRA indica que, nas circunstâncias políticas actuais, irá prosseguir a luta armada.

## 8 Sexta-feira

Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal participam no comício de comemoração dos 75 anos do PCP, em Lisboa ■ O movimento em algumas prisões nacionais alastra-se, com a reclamação de amnistias por parte dos reclusos de delito comum ■ O Governo português apresenta o documento de estratégia para a revisão do tratado de Maastricht ■ Os quatro timorenses que se encontravam na embaixada australiana em Jacarta decidem «voltar à comunidade indonésia» ■ A China lança mísseis para águas próximas da Formosa ■ A polícia palestiniana prende um dos principais dirigentes políticos do Hamas ■ Prosseguem os combates nas ruas da capital da Tchetchénia ■ Realizam-se eleições

legislativas no Irão ■ Comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

## 9 Sábado

Jorge Sampaio toma posse como Presidente da República, no Parlamento ■ Um grupo de piratas do ar pró-tchetchenos desvia um avião no Chipre, libertando posteriormente os reféns e entregando-se às autoridades alemãs ■ A China aumenta a pressão sobre a Formosa, ao anunciar fogos reais nas proximidades da ilha, de modo a completar as experiências com mísseis ■ Fernanda Ribeiro alcança a medalha de ouro nos 300 metros femininos de pista coberta nos Europeus de atletismo.

## 10 Domingo

O secretário-geral do PCP participa num comício em Aljustrel ■ A polícia palestiniana prende três chefes militares do Hamas ■ Washington anuncia que um porta-aviões norte-americano e os seus vasos de apoio se vão aproximar da Formosa nos próximos dias ■ Os resultados parciais das eleições iranianas apontam para uma vitória da direita conservadora ■ Carla Sacramento vence a final dos 1500 metros, nos Campeonatos Europeus de atletismo em pista coberta.

## 11 Segunda-feira

Os Estados Unidos anunciam que vão disponibilizar 100 milhões de dólares para financiar o programa militar «Treino e Equipamento» da Federação croata-muçulmana ■ A polícia palestiniana detem mais um importante chefe político do Hamas ■ No Sri Lanka, registam-se confrontos violentos entre guerrilheiros dos Tigres de Libertação do Eelam Tâmil e forças governamentais.

## 12 Terça-feira

PCP afirma que as dívidas do Serviço Nacional de Saúde estão subavaliadas em 39 milhões de contos ■ O deputado socialista Alberto Martins revela linhas mestras do Projecto de revisão constitucional do PS ■ Amnistia das FP 25 vai ao Tribunal Constitucional ■ Teresa Andressen é nomeada presidente do Instituto de Conservação da Natureza ■ Associações de estudantes de enfermagem apelam ao boicote das propinas ■ O Reino Unido apresenta no parlamento um Livro Branco sobre a revisão do Tratado de Maastricht para a Conferência Intergovernamental (CIG) ■ Novo acidente na Bósnia com viatura militar portuguesa não teve consequências humanas ■ Clinton aprova o agravamento de sanções contra Cuba ■ Inicia-se no Egipto uma cimeira contra terrorismo.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.<sup>a</sup>A, 1100 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.<sup>a</sup>A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.<sup>a</sup>A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.<sup>a</sup>A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## O PS, o PSD e as Câmaras

Contornada a curva do Orçamento graças à edificante cumplicidade estratégica do PP, é muito provável que o PS venha agora colocar uma particular ênfase na revisão da Constituição e designadamente nesse intrincado novelo de equívocos, demagogias e perigos a que chamam pomposamente a «reforma do sistema político» e que inclui, como é sabido, alterações às leis eleitorais.

Por isso, e a título de sintomático exemplo, importa desde já chamar a atenção para as alterações propostas pelo PSD e pelo PS quanto ao sistema de eleição das Câmaras Municipais.

O PSD, mantendo a eleição directa das Câmaras e atribuição da Presidência ao primeiro candidato da lista mais votada, propõe, como principal alteração, que «se a lista mais votada não obtiver mais de metade dos mandatos, ser-lhe-ão atribuídos os mandatos necessários para tal efeito», sendo os mandatos restantes atribuídos às outras forças, segundo o princípio da proporcionalidade.

O PS acaba com a eleição directa das Câmaras Municipais, passando o Presidente da CM a ser o primeiro candidato da lista vencedora para a Assembleia Municipal e passando o executivo municipal a ser constituído pelos membros propostos por aquele eleito, o que só poderá ser impedido caso se verifique a aprovação de uma moção de censura por uma maioria de dois terços de membros (directamente eleitos) da AM.

Sendo absolutamente certo que ambas as propostas, embora em grau diverso, entram em guerra com o sistema actual que, em geral, tem funcionado bem e comporta o elemento muito positivo de, sem prejuízo das responsabilidades da força mais votada, diversas forças poderem estar associadas à gestão municipal e com possibilidades da sua efectiva fiscalização a partir da vereação, pela nossa parte confessamos uma imensa dificuldade em aju-

izar qual delas - a do PSD ou a do PS - é mais grave e mais indigna.

É que a do PSD, sendo particularmente chocante e intolerável pela consagração constitucional da distorção da proporcionalidade através do bónus administrativo de mandatos dado à força mais votada (que tem o reverso da diminuição dos mandatos que pertenceriam às outras forças), ainda mantém alguma representação pluralista na vereação.

É que a proposta do PS, acabando com a eleição directa das Câmaras Municipais, foge formalmente à ofensa da proporcionalidade, mas conduz a resultados práticos ainda mais perversos e antidemocráticos, pois elimina qualquer representação pluralista na vereação e procede a uma total homogeneização e partidarização da gestão municipal.

Com efeito, como, salvo erro, nenhuma Presidência de Câmara foi conquistada com menos de um terço dos votos (33,3%) isso significa que, em princípio, não haverá nenhuma Assembleia Municipal em que as outras forças somem os 2/3 de membros directamente eleitos que seriam necessários para chumbar a lista de vereadores apresentada pelo primeiro candidato da lista mais votada.

Ou seja: o PS fala muito de «transparência» mas quer executivos municipais monocores e gozando de grande impunidade. O PS fala muito de «aproximação entre eleitos e eleitores» mas quer retirar aos cidadãos o poder que hoje têm de determinarem e saberem quem, em concreto, os representa nas Câmaras Municipais.

■ Vítor Dias

## O ovo da serpente

Começou assim: a comunicação social - propriedade de meia dúzia de grandes grupos económicos e financeiros - fingiu achar-lhe muita graça; deu-lhe todo o tempo e todo o espaço e toda a simpatia de que ele necessitava; gabou-lhe as prendas; seguiu-lhe os passos; ofereceu-lhe as sondagens mais convenientes; mostrou-o de todos os ângulos favoráveis; divulgou-lhe amplamente o inflamado verbo - «o discurso simplista e populista, baseado (...) na rejeição da injustiça social, na exigência de emprego, habitação e saúde, na rejeição da política política-queira e do negociismo que lhe está ligado», aparou-lhe todos os golpes; apresentou-o enfim, como «o chefe carismático que age em comunhão directa com o povo e que, graças a isso, possui a força para impor a lei e a ordem».

Dúvidas sobre o cheiro neofascista de tal postura e de tal discurso ninguém as tinha. Mas... para quê falar disso?, deixem lá o rapaz, ele ainda pode vir a ter utilidade... E

foi seguindo esta linha de raciocínio que o PS - «persuadido que o avanço da extrema-direita o imunizaria contra o regresso da direita ao poder» - não lhe regateou complacências, estímulos, incentivos e apoios concretos.

Com toda esta promoção, a Frente Nacional de Le Pen avançou e cresceu perigosamente e o PS foi afastado do poder pela direita... Porque é da França e de Le Pen que estou a falar. E as frases entre aspas são tiradas de um texto de Alain Hayot («La irresistible ascension de Le Pen», «Regards»). É claro que as semelhanças entre a situação de Le Pen em França e a de Monteiro em Portugal são muito grandes, pelo que o texto de Hayot, em muitos aspectos, aplica-se como uma luva a Monteiro, ao PS de Guterres e à lusa comunicação social.

Vimos há dias a compreensão e o carinho com que a generalidade da comunicação social tratou o espectáculo de Monteiro no

chamado congresso do PP. Vimo-la, quando da votação do OE, primeiro avaliar com nota alta a impecável atracagem da extrema-direita monteirista ao cais da modernidade guterrista; e vimo-la, depois, embevecida, desfazendo-se em apreços e louvores ao voto PP e elegendo Monteiro «o grande vencedor do debate do OE». Vimos, ainda, no sábado passado, o rosto sorridente do Le Pen português nos «Altos» do «Expresso», que assim o premeia - achando-lhe graça?, fingindo achar-lhe graça? - pelos seus êxitos no congresso e na votação do OE. E se, como diz Guterres, «o PP é um partido sinceramente democrático» apesar de ser «bastante radical» e de seguir «uma trajectória em direcção às margens do sistema»... - muito mais nos há-de estar reservado ver e ouvir. De qualquer forma, aqui fica, mais uma vez, o alerta, para que depois não venham dizer: «eu não sabia!...»

■ José Casanova

## Molière revisitado

Atomada de posse da Comissão do Livro Branco da Segurança Social - cuja composição, com honrosas excepções, traz do mercado o código genético do neo-liberalismo - serviu ao sr. Primeiro-Ministro para enunciar a linha mestra da privatização das funções sociais.

Disse Sua Excelência que «é cada vez mais difícil assegurar a justiça e a igualdade de oportunidades tendo os mesmos direitos formais (sic) para todos e confiando no sistema fiscal para repor essa mesma justiça no seio das sociedades modernas».

E como «é cada vez mais difícil aos sistemas fiscais repor a

justiça» - ó ricos do meu pai, estai, pois, tranquilos! - «a igualdade exige cada vez mais a discriminação positiva a favor dos verdadeiramente mais fracos e mais carenciados nas prioridades de acção do poder político e do próprio Estado».

Para a correcta avaliação do significado e do alcance da estranha falta de combatividade do Primeiro-Ministro em relação às injustiças fiscais, repeguem-se alguns elementos de um recente documento da CGTP-IN elaborado a partir do rendimento declarado às Finanças: «as empresas e os empresários constituíram o grupo mais pobre», dado que

«grande parte das empresas existiriam mesmo por razões altruístas, já que 2/3 delas declaram prejuízos quando se trata de pagar o IRC» e que os «empresários em nome individual seriam os pobres dos pobres, tendo pago um imposto médio de 30 contos em 1993»; no mesmo ano, os «profissionais liberais pagaram em média 104 contos de imposto»; já os «trabalhadores por conta de outrem seriam os mais ricos, pois pagaram em média mais de 220 contos»...

Em tradução livre, as palavras do Primeiro-Ministro querem significar que os «trabalhadores por conta de outrem», além da

fatalidade de continuarem a pagar impostos de uma forma tão injusta, uma vez que são só detentores de «direitos formais» - ó que inovador conceito doutrinário! - devem passar a pagar por fora as funções sociais, de preferência privatizadas (Banco Mundial oblige...).

Só os pobres dos pobres podem contar entrar no reino dos céus guterrista...

Não traz isto tudo à memória o Tartufo e outras personagens que imortalizaram o João Baptista Poquelin, mais conhecido por Molière?

■ Edgar Correia

NIGÉRIA  
As chamadas do inferno

Quando o escritor nigeriano Ken Saro-Wiwa e mais oito dos seus companheiros do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni foram enforcados em Novembro passado, o regime do general Abacha foi solenemente «condenado» pela Grã-Bretanha, os EUA, a UE... Mas a condenação foi apenas simbólica, porque o passo decisivo da aplicação de sanções ou corte de relações económicas, pedido por várias entidades, esse não foi tomado. *Et pour cause*, ou não fosse a Nigéria o 8º produtor mundial de petróleo e as grandes companhias petrolíferas as suas maiores beneficiárias. A Nigéria, o mais populoso país de África, com 120 milhões de habitantes, é uma pedra geoestratégica e geopolítica capital para o imperialismo. Os regimes militares na Nigéria, uma quase constante em 36 anos de independência, não têm estorvado em geral os tubarões do ouro negro, desde que em 1966 foram descobertas ricas jazidas a leste do delta do Niger. Logo no ano seguinte, foi a Elf Aquitaine francesa quem estimulou, contra as concorrentes anglo-saxónicas, os separatistas do Biafra, precisamente na região petrolífera, desencadeando uma cruenta guerra que só veio a terminar 3 anos depois com a macabra contabilidade de 2 milhões de mortos.

O petróleo representa 96% das exportações e mais de 80% do rendimento nacional da Nigéria. Tão grande riqueza não aproveita todavia ao povo nigeriano, que mal sobrevive com um rendimento por habitante de menos de um dólar por dia e tem 40% da população em extrema miséria. A dívida externa da Nigéria monta já a quase 30 mil milhões de dólares, apesar, ou também por causa, dos «programas de ajustamento estrutural» do FMI. As imensas riquezas do petróleo aproveitam sim às multinacionais petrolíferas e aos bolsos corruptos das sucessivas camarilhas militares que as têm servido.

Desde 1992 que os Ogoni reclamavam da Shell indemnizações pela destruição ambiental da sua região. Os pipelines devastaram as terras e as fugas de petróleo empapavam vastas áreas e incendiavam casas e culturas. Como diz uma canção ogoni, «As chamadas da Shell são as chamadas do inferno». Já anos antes outra etnia local, os Etches, tinham feito as primeiras reclamações. A resposta da Shell foi chamar a brutal Força da Polícia Móvel - e o massacre. A repressão repetia-se a cada caso de resistência. Os Ogonis já sofreram mais de 2000 mortos, com 27 aldeias incendiadas e 50.000 pessoas em fuga.

Tanto os EUA como a Grã-Bretanha se opõem à aplicação de sanções. John Major justifica-se dizendo que elas prejudicariam a população. Mas na verdade são os interesses dos grandes tubarões petrolíferos que tudo decidem. Pouco depois da execução de Saro-Wiwa e seus companheiros, a Shell anunciou que ia para a frente com a sua participação num novo projecto de liquefacção de gás natural no valor de 3,6 mil milhões de dólares. E outras grandes petrolíferas mantêm estreitas relações com o regime de Abacha: este ano, a Mobil e a Chevron iniciaram também explorações de gás natural, enquanto novos projectos de exploração offshore atraem a Exxon, a Amoco, a Conoco. Não é por acaso que a Nigéria é o país africano com mais investimento estrangeiro, sobretudo inglês e norte-americano.

A partir do século XVI, foram «extraídos» da Nigéria 35 milhões de escravos, para maior glória e grandeza da «civilização ocidental» em construção. Hoje, no limiar do século XXI, a extracção é outra. Mas é essa mesma «civilização», de seu nome próprio capitalismo, que continua a consumir o sangue dos povos nigerianos nas «chamadas do inferno». Até quando?

■ Carlos Aboim Inglês

## Um novo Presidente para Portugal

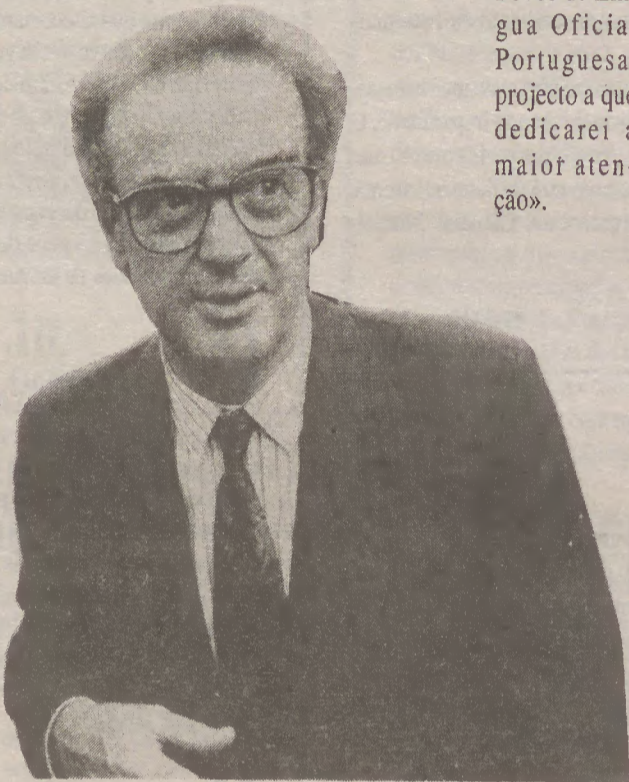
O novo Presidente da República, dr. Jorge Sampaio, tomou posse no sábado passado através de um conjunto de actos oficiais que começaram por uma significativa homenagem que lhe foi prestada pela Câmara Municipal de Lisboa, de que foi presidente durante cinco anos à frente da coligação PS/PCP que continua a governar a capital. Foi dos Paços do Concelho lisboeta que o novo Presidente da República seguiu para a Assembleia da República, onde tomou posse solene perante todas as altas personalidades nacionais, dirigentes políticos e sindicais, diversos chefes de Estado estrangeiros, com destaque para todos os presidentes dos países africanos de língua oficial portuguesa, o corpo diplomático, etc., tornando-se particularmente notada a ausência de Cavaco Silva, duplamente convidado na condição de ex-primeiro-ministro e adversário presidencial de Jorge Sampaio nas últimas eleições. O notável discurso proferido pelo novo presidente, que concitou aplausos unânimes, acentuou alguns aspectos sociais importantes:

«(...) Procurarei ser um presidente próximo das pes-

soas. Farei dessa minha intenção o timbre do meu mandato. Ouvirei atentamente os portugueses. Ouvirei todos. Mas estarei, naturalmente, atento aos excluídos do sistema ou das políticas, remetidos, tantas vezes, a um estatuto de dispensáveis. Não há portugueses dispensáveis. Essa é uma ideia intolerável(...)».

Jorge Sampaio referiu-se ainda às relações com os Estados de Língua Oficial Portuguesa, que «ocupam naturalmente um lugar electivo na nossa política externa». «Es-

sas relações», acentuou o Presidente, «representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste. A Língua, a rica diversidade de culturas expressas na mesma língua, a história e uma solidariedade efectiva entre os povos dos sete Estados e do território de Timor tornam necessária a concretização de uma Comunidade de Estados e Povos de Língua Oficial Portuguesa, projecto a que dedicarei a maior atenção».



## «Conversas de café» do PS e do PP na Madeira

O PP/Madeira mostra-se «receptivo» a uma coligação com o PS para «derrotar» o PSD de João Jardim nas próximas eleições regionais de Outubro. A ideia é do novo líder do PP na Madeira, Emanuel Jardim Fernandes, que já esteve à frente de uma coligação deste género nas eleições autárquicas de 1988, uma «experiência positiva enquanto ele esteve a liderar essa coligação», segundo considera o seu «vice», Costa Neves, que fundamentou a probabilidade da coligação em «conversas de café» já mantidas entre dirigentes dos dois partidos na Madeira.

Resta saber se estas «conversas de café» irão, ou não, pôr de novo o PS a reboque do PP.

## Micróbios mortais à venda nos EUA

Senadores norte-americanos mostram-se preocupados com a facilidade com que nos EUA se podem adquirir micro-organismos causadores de doenças mortais, como a peste bubónica. «Isto talvez surpreenda os americanos», afirmou Orrin Hatch, presidente da Comissão Judiciária do Senado norte-americano, «mas há micro-organismos muito perigosos e mesmo mortais que podem ser adquiridos nos EUA não só por aqueles que os utilizam de forma legítima, mas por qualquer pessoa que o deseje», acrescentando: «Entre estes organismos encontram-se o agente causador da peste bubónica, o antrax e outros agentes patogénicos semelhantes. Alguns destes agentes biológicos podem ser utilizados como armas de destruição em massa por terroristas locais».

Só não se percebe por que hão-de os americanos surpreender-se com isto. Não foi o governo dos EUA que ordenou a contaminação de milhões de vietnamitas e dos seus próprios soldados com o «agente laranja», para só darmos um exemplo? A única diferença é que aí não actuaram «terroristas locais» mas o terrorismo de Estado...



## «Colapso do comunismo» faz disparar epidemias

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que o «colapso do comunismo», há seis anos, fez disparar uma epidemia de doenças infecciosas, tais como a cólera, a tuberculose e a difteria, que estavam a caminho da erradicação e agora «ameaçam o resto do mundo». Jo Asvall, responsável da OMS na Europa, afirma taxativamente: «Aquilo a que estamos a assistir actualmente é um incrível desenvolvimento de doenças que já pensávamos ter conquistado», enquanto a OMS verbera «a Europa e o resto do mundo» (desenvolvido, entenda-se) por ainda «não se terem apercebido desta ameaça», recordando-lhes que «não seria muito difícil criar um programa eficaz de vacinação».

Pois não. O difícil é despertar «a Europa e o resto do mundo» capitalista para os valores da solidariedade que, independentemente dos erros cometidos (e não foram poucos), o chamado «socialismo real» praticou no concreto em todas as suas zonas de influência. Derrubado o «comunismo», aí estão as doenças a disparar... e o capitalismo a ver, com o desprezo habitual.

## Perez satisfeito com Arafat

«Arafat está no bom caminho», disse esta semana o primeiro-ministro israelita Shimon Perez, louvando a luta travada actualmente pelo chefe da Alta Autoridade Palestiniana contra os terroristas do Hamas. Mais de 600 partidários do Hamas e da Jihad Islâmica foram presos deste o início da ofensiva contra os integristas lançada pelas autoridades palestinianas, na sequência dos quatro atentados suicidas em Israel que provocaram 61 mortos nas duas últimas semanas. De acordo com a revista norte-americana «Newsweek», que cita um responsável pela segurança de Arafat, a actual ofensiva contra os extremistas islâmicos prevê a prisão dos combatentes do Hamas, o controlo dos seus órgãos de comunicação social, a apreensão do seu dinheiro, a substituição dos seus líderes religiosos e a anexação dos seus serviços médico-sociais.



## FRASES

«(...) o Partido Socialista tem de perceber que é Governo - e que ser Governo exige autoridade e firmeza. Transmitir a impressão de que o Estado é fraco, de que o poder não se assume, de que o Executivo está sempre pronto a ceder é estimular a rebelião.»

(Editorial - «Expresso», 09.03.96)

«Devem os liberais saudar ou lamentar que o «pecado burguês» do dr. Soares tenha dado ao socialismo democrático uma dimensão que rouba espaço a um liberalismo moderado? Essa é uma pergunta interessante que, todavia, um «verdadeiro liberal» não faz. As coisas são o que são, e o dr. Soares é o que é, por mérito próprio.»

(João Carlos Espada - «Público», 11.03.96)

«O meu sonho é ser político»

(Rui Morais, novo presidente da Associação Académica de Lisboa)

«Esta era a altura para eleições antecipadas»

(Jorge Coelho, PS - «Semanário», 09.03.96)

«O PP conduziu-se de forma responsável no debate do OE.»

(idem)

«Manuel Monteiro saiu do Congresso de Coimbra com a sua autoestima em alta, mas com o seu partido em baixa.»

(José Carlos de Vasconcelos - «Visão», 07.03.96)

«Monteiro tem a cabeça a prêmio»

(Nuno Fernandes Thomaz, Vice-Presidente do CDS/PP - «Semanário», 09.03.96)

«(Alberto Costa) criticou a acção dos polícias, ficou à espera do relatório do provedor, ouviu o comandante-geral da PSP desautorizá-lo e arrisca-se a ter perdido, em definitivo, a confiança das forças de segurança que é suposto tutelar. Para cúmulo da inabilidade política, parece agora ficar à espera que, nada fazendo, tudo caia no esquecimento.»

(José António Lima, «Altos & Baixos» - «Expresso», 09.03.96)

«(Rebello de Sousa) é hoje um homem adulto e respeitado e não já o Marcelo que escrevia no Expresso coisas interessantes, mas que era um rapaz azougado e incómodo que achava muita piada a si próprio.»

(Rui Machete - «Expresso», 09.03.96)

«O canal público tem um passivo criminoso na cultura portuguesa que deveria ser julgado, caso se pudessem nomear os responsáveis, num tribunal internacional.»

(Ricardo Pais - «Diário de Notícias», 11.03.96)

«É bom que Cavaco descanse e que dele todos descansem.»

(Miguel Cadilhe - «Expresso», 09.03.96)

## Sem soluções no OE

# Desemprego dispara em 96

A aprovação do Orçamento do Estado (OE) para o corrente ano, na Assembleia da República, e a divulgação do relatório da Comissão Europeia sobre a economia dos Quinze em 1995, a semana passada, permitem uma antevisão preocupante do futuro próximo, quer a nível nacional, quer comunitário. O desemprego aumenta e não se vislumbra no horizonte qualquer política concreta para lhe fazer frente.

Os famigerados critérios de Maastricht, que os Quinze se afirmam dispostos a prosseguir, saldavam-se já em Dezembro de 1995 em 18 milhões de desempregados, segundo os números oficiais. As opções definidas no OE português, no estrito cumprimento dos mesmos critérios, apontam para um agravamento da taxa do desemprego acima do 10 por cento, o que significa, em termos oficiais, mais de meio milhão de desempregados até ao fim do ano, ou seja, uma média de mais 240 desempregados por dia.

É neste contexto que o Relatório da Comissão Europeia classifica o ano de 1995 de «decepcionante» no que se refere ao comportamento da economia europeia em geral. Não, como se poderia pensar, pelos dramáticos números do desemprego, mas pela desaceleração e mesmo estagnação da actividade económica em vários países, o que a manter-se poderá pôr em causa a União Económica e Monetária (UEM) em 1999.

Sem uma única ideia nova e apostando na persistência de uma política que de ano para ano



Os trabalhadores saíram à rua a semana passada em defesa do direito ao emprego

se manifesta incapaz de responder ao agravamento dramático do desemprego, a União Europeia continua a meter a cabeça na areia e a afirmar, apesar dos seus próprios estudos o desmentirem, que 1996 (como antes o

afirmou para 95) será o ano da «retoma da retoma» e que os «decepcionantes» resultados do ano passado não configuram uma recessão, mas tão-só «uma pausa na actividade».

Em Portugal, o Governo PS

persiste igualmente na postura do «bom aluno» que tão cara foi ao PSD. E enquanto o ministro do Planeamento, João Cravinho, vai afirmando que «o OE de 1996 é um orçamento de sustentação conjuntural do emprego»,

seja lá isso o que for, a ministra do Emprego, Maria João Rodrigues, vai admitindo a «inevitável» escalada do desemprego e prepara-se para tirar da manga o seu já anunciado «super» programa de combate ao desemprego.

Apesar das sucessivas denúncias do PCP - que votou contra o OE para 1996 -, o povo português continua a ser mistificado quanto às verdadeiras consequências da sujeição dos interesses nacionais aos ditames de Maastricht. A entrevista que em separado se publica com o euro-deputado comunista Sérgio Ribeiro procura ser mais um contributo para esse tão necessário esclarecimento.

Ao contrário do que se pretende fazer crer, não estamos perante «acidentes de percurso» ou de «erros de cálculo», mas sim a sofrer as consequências da actual fase do capitalismo na sua dimensão «europeia».

## Um Orçamento de Estado com os olhos em Maastricht

«O investimento acelerou durante o ano, graças, nomeadamente, a projectos públicos financiados parcialmente pelos fundos estruturais» - afirma a Comissão Europeia. Ao insistir na rápida redução dos défices públicos, não se põe em causa esse «motor» do crescimento?

S. R. - A adopção da redução dos défices públicos como objectivo prioritário e determinante na política económica, com metas e prazos arbitrários e universais («europeus...») independentemente da diversidade de situações nacionais, põe em causa, necessariamente, esse «motor» do crescimento económico. Até porque, sobrepondo-se à intenção explícita de contenção dos défices públicos, de que seria de saudar a virtude, está a procura estratégica de diminuir a intervenção do Estado na economia, de tudo privatizar, do que resulta a desaceleração do investimento público indispensável para a manutenção de taxas de crescimento e, também, para dar conteúdo e orientação a esse crescimento.

E que crescimento foi esse?

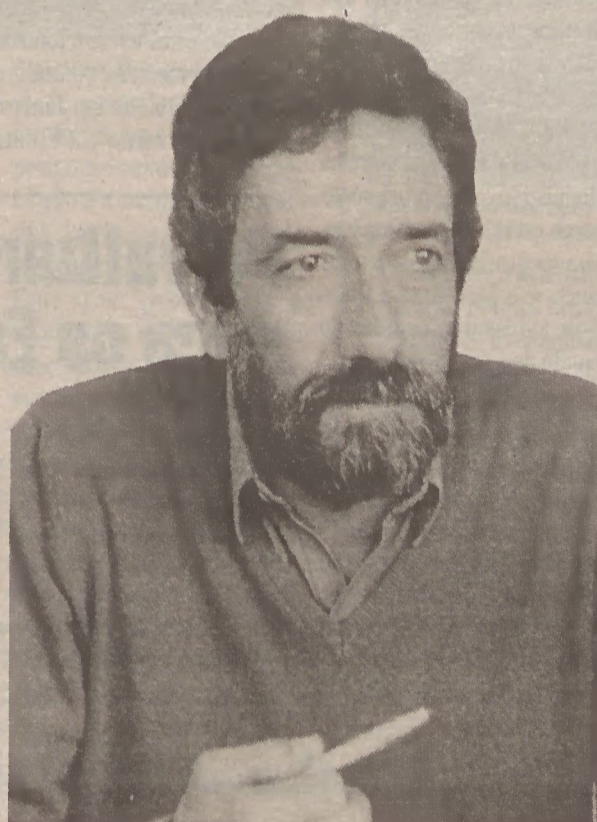
S. R. - Para 1995, estima-se, no OE, que o crescimento da economia portuguesa tenha sido de 2,5%. Curiosamente, nas previsões da Comissão Europeia de Abril/Maio, a previsão era de 3,0% corrigida em Dezembro para 2,7%! Assim, pelo terceiro ano consecutivo, o crescimento da economia portuguesa foi inferior ao da média comunitária, pelo que estamos num processo de **divergência real**. E trata-se de um crescimento que, tal como em 1994 (em 1993, cresceu-se negativamente...), foi sobretudo induzido pelas exportações e o investimento, particularmente na construção, enquanto o consumo privado, aquele que tem a ver com o bem-estar das pessoas, foi a componente da despesa de mais moderado crescimento perto da estagnação. Isto é o que confirma o relatório do OE para 1996.

A propósito de OE, o rigor orçamental exigido por Bruxelas, tendo em vista a moeda única, vai ter ou não incidências no emprego?

S. R. - Duas observações.

Primeira: se não é incorrecto dizer-se «o rigor orçamental exigido por Bruxelas», será mais correcto dizer-se «a exigência de rigor orçamental adoptado em Bruxelas pelas instituições comunitárias», ou seja, com a participação e/ou conivência das autoridades portuguesas.

Segunda, e servindo já de resposta: esse rigor, medido por critérios arbitrários e iguais para situações nacionais tão diferentes, não só vai ter, como está a ter e já teve, incidências no emprego. Contribuiu para acelerar a destruição do frágil apare-



lho produtivo português, levou à destruição de empresas e sectores, desmantelou serviços públicos, criou desemprego, precarizou o emprego.

E não se trata de «acidentes de percurso» ou de «erros de cálculo». A privatização de toda a actividade económica, o aumento (controlado) do desemprego e a precarização dos empregos, procurando anular conquistas sociais de décadas e séculos de luta social, mercadorizando a força de trabalho, são variáveis estratégicas da actual fase do capitalismo na sua dimensão «europeia».

Então, que resposta dá o OE para fazer face ao problema crescente do desemprego?

S. R. - O próprio OE responde por si. No seu relatório, depois da fria e distante caracterização da situação - «Em 1995, o emprego total reduziu-se 0,6% (cerca de 26 mil postos de trabalho)... De acordo com os ficheiros administrativos do IIEFP, o desemprego registado em 1995 apresentou um crescimento de 9%, que compara com um crescimento de 2,3% do ano anterior.» -, nas «Orientações gerais da política económica para 1996», que o OE deve servir, as **medidas de política** começam por se referir à **integração europeia** e às **privatizações** com a mira(gem) da redução do peso do défice orçamen-

## Entrevista com Sérgio Ribeiro

tal em relação ao PIB quase esquecem o desemprego se uma espécie de «má consciência» não obrigasse a dizer que tudo será possível, todos os problemas, económicos e sociais, se resolverão, uma vez alcançado esse obsessivo objectivo.

No OE, o governo propõe-se, por exemplo, transformar em capital social as dívidas das empresas à segurança social e ao fisco. Quais as consequências desta medida?

S. R. - Parece-me estar-se em presença de uma exemplificação das «habilidades» e expedientes que se podem descortinar no emaranhado orçamental, como os camaradas da Assembleia da República, oportuna e pertinentemente, denunciaram. E nada viria acrescentar ao trabalho que, nessa frente de luta, se fez e continua a fazer (na especialidade) mas, como consequência notória, sublinharia que assim, por essa operação contabilística, se retiram meios financeiros à segurança social, que deles está tão carente, e ao próprio fisco, configurando um não explícito perdão a empresas devedoras. Para mais, não se vislumbra a intenção de aproveitar a participação assim realizada no capital social para intervenção efectiva, saneadora e correctora de gestões que, em tantos casos, resolvem dificuldades não pagando salários, à segurança social e ao fisco, sem beliscarem remunerações próprias e do capital aplicado (ou não) nas empresas.

Que paralelo se pode fazer entre as opções tomadas para o OE e as imposições de convergência de Maastricht?

S. R. - Não haverá tanto paralelos mas mais justaposições e convergências, embora estas só nominais e não reais. Este OE foi feito com os olhos em Maastricht, em Bruxelas, em Frankfurt, onde será a sede do Banco Central Europeu e da moeda única, e onde já está o Bundesbank e o marco, de costas para o povo português e as suas reais necessidades. Aliás, sublinho como a sua discussão e aprovação na AR mostra bem para onde se voltou o Governo, para a direita, para o PP, e a quem voltou as costas, à esquerda, ao PCP. E insisto na ideia de que não se trata tanto de imposições mas muito mais de responsabilidade partilhada por partidos e governos nacionais que, em Bruxelas, adoptam as linhas estratégicas (e os critérios) que servem interesses do capitalismo transnacional. A aplicação nacional dessas linhas estratégicas, nomeadamente por via dos orçamentos, tem em maior ou menor atenção a adequabilidade às condições nacionais específicas. No caso português, o PS, na continuidade do PSD e com a ajuda concreta do PP, mostra, com este seu OE, como quer manter Portugal o «aluno bem comportado», o exemplar executor do que em Bruxelas (e Maastricht) se vai decidindo.

## TRABALHADORES

## BALSINHA AMEAÇA DESPEDIR NA RTP

«Não é admissível que sejam os trabalhadores a pagar pelos erros que foram cometidos em períodos anteriores por responsáveis da RTP», afirma a CGTP-IN, num comunicado em que reage às declarações de Fernando Balsinha proferidas na semana passada aos microfones da Antena 1. Este responsável revelou que o Conselho de Administração da televisão pública pretende reduzir em 25 por cento o pessoal da estação.

A CGTP encara tais declarações como «uma tentativa de preparar o terreno para a consumação de um despedimento colectivo de grandes proporções, que nada justifica nem recomenda, pois só contribuiria para agravar o flagelo do desemprego que grassa no nosso país», pelo que «a intenção anunciada não pode passar disso mesmo».

## HOTEL FLÓRIDA DISCRIMINA

Um dirigente sindical da Hotelaria, funcionário do Hotel Flórida, de Lisboa, recebe apenas o salário mínimo nacional, cerca de metade do valor que a administração paga a outros trabalhadores com iguais funções - denunciou a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal. Para a Feshot/CGTP, esta prática constitui uma «discriminação grotesca e escandalosa» de uma administração que «não pode com trabalhadores que sejam reivindicativos dos seus direitos» e «não olha a meio para atingir e destruir a organização sindical da empresa». Numa informação que distribuiu à imprensa na passada sexta-feira, a federação repudia a actuação dos responsáveis do Flórida e exige a reposição da justiça.

## JORNALISTAS VOTAM DIA 20

Apresentou-se apenas uma lista para concorrer aos corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas, nas eleições marcadas para o próximo dia 20. «Defender o jornalismo, responsabilizar os jornalistas» é o lema da lista que propõe Diana Andringa para presidente da Direcção, José Alberto Lemos como presidente da Mesa da Assembleia Geral, e Óscar Mascarenhas como presidente do Conselho Deontológico. Veiga Pereira encabeça a lista para o Conselho Geral. Foi entregue também uma lista para a Direcção Regional da Madeira do SJ, com o lema «Pela dignificação da classe», que apresenta o jornalista Nicolas Fernandez de Jesus como presidente.

## ESTÊVÃO UBACH PARADA

Por falta de matéria-prima necessária à laboração, a empresa têxtil Estêvão Ubach, em Gouveia, distrito da Guarda, está parada desde o início do mês, revelou sexta-feira o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta. Os cerca de 140 trabalhadores, que têm em atraso mais de dois meses de salários, entraram em greve no início da semana passada, interrompida na terça-feira, optando depois por «aguardar em casa uma solução para o problema». Antes, a empresa nunca registou qualquer greve ou paralisação, estimando-se «em cerca de 200 mil contos o montante das dívidas da fábrica, o que, comparativamente com outras empresas, é uma quantia insignificante», disse à agência Lusa o dirigente sindical Carlos João. A situação deveria ser analisada num plenário de trabalhadores, previsto para segunda-feira, e em reuniões pedidas aos ministérios do Emprego e da Economia.

## FNATES QUER FALAR COM MARÇAL GRILO

As reclamações dos trabalhadores-estudantes devem ser apresentadas por quem efectivamente os representa, defende a Federação Nacional das Associações de T-Es, que exige ser recebida pelo ministro da Educação. Marçal Grilo comunicou que despachara o pedido de audiência para as secretarias de Estado do Ensino Superior e da Educação e Inovação, resposta que a Fnates considerou positiva, mas desde que o ministro estivesse presente nesses encontros. A direcção da federação dos trabalhadores-estudantes, em nota de imprensa que fez chegar à nossa Redacção, recorda que «os ministros da Educação do PSD sempre dialogaram directamente» com a Fnates, e que o actual ministro já recebeu as associações do Ensino Superior. A resposta do ministro, aguardada até amanhã, deverá ser analisada sábado, numa reunião da direcção da Fnates com as associações.

## DESEMPREGO NO ALENTEJO

As uniões de sindicatos de Beja, Évora e Portalegre reúnem hoje as suas direcções, nas instalações eborenses do STAL, com o objectivo fundamental de analisar a situação social na região. Os dirigentes das estruturas distritais da CGTP deverão aprovar um conjunto de propostas de «Medidas imediatas e urgentes de combate ao desemprego no Alentejo».

# Fazem falta mas não sabem como vão ser admitidos 600 novos enfermeiros com futuro incerto

O anteprojecto de decreto-lei elaborado pelo Governo não corresponde ao compromisso de erradicar o trabalho precário, acusa o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

Há, a nível nacional, 600 estudantes que concluem em Março os cursos superiores de enfermagem, mas que continuam sem saber claramente como vão ser admitidos nas instituições. Ao lançar o alerta, na semana passada, a direcção do SEP chamou a atenção para o facto de o anteprojecto de decreto-lei enviado pelo Governo aos sindicatos, na sequência do acordo firmado com os representantes dos trabalhadores da Administração Pública, ser um documento que «não resolve as situações existentes e não salvaguarda as que vierem a existir».

O executivo de António Guterres e Jorge Coelho comprometeu-se, recorda o SEP, a erradicar de vez a praga dos vínculos precários no Estado; o Ministério da Saúde, colocou perante a exigência de sempre de que os enfermeiros sejam admitidos com contratos administrativos de provimento (como está consagrado na carreira da profissão), «comprometeu-se a analisar esta situação e apresentar medidas no sentido de a solucionar».

Acontece que o sindicato «teve conhecimento de que algumas instituições estão a recusar a admissão de novos profissionais», pelo que entendeu reclamar publicamente do Ministério de Maria de Belém que «clarifique rapidamente as zonas prioritárias e a forma de admissão dos enfermeiros». O SEP sublinha que estes profes-

sionais «são técnicos altamente qualificados, que prestam cuidados a uma população cada vez mais carenciada» e que «as instituições públicas continuam sem um número suficiente de enfermeiros».

### Vila Franca

O Hospital Distrital de Vila Franca de Xira despediu já cerca de 15 funcionários e prepara-se para despedir mais uma dezena - denunciou na semana passada o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, numa nota de imprensa em que realça que tal medida (já levada ao conhecimento da ministra da Saúde e do secretário de Estado da Administração Pública, sem que estes tenham tomado quaisquer medidas) contraria o acordo celebrado em Janeiro entre o Governo e a Frente



Comum dos Sindicatos da Administração Pública.

O STFPESA revela ainda que, sete meses depois de ter solicitado audiência, conseguiu reunir com o administrador-delegado do Hospital, «o qual, numa postura de extrema arrogância, se recusou a responder cabalmente ao assunto».

Os responsáveis do Hospital de Vila Franca alegam que foram entregues serviços a

empresas privadas, o que justificaria os despedimentos. O

sindicato afirma não compreender tal posição, uma vez que há ainda 150 dias de folgas por conceder a diversos funcionários, enquanto a maioria dos trabalhadores despedidos ou em vias disso «estavam a trabalhar no referido hospital há já longos anos e prestavam, todos eles, funções de carácter permanente».

## Privatizar não é solução para os Estaleiros de Viana

«Preservar a estabilidade» é o apelo que faz a Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, num comunicado que divulgou anteontem reagindo à reactivação do «folhetim da privatização» do Estaleiro, nomeadamente por via do programa de venda de empresas públicas que o Governo anexou ao Orçamento de Estado.

Na semana passada, a CT fez novo contacto com a Secretaria de Estado da Indústria, após o qual «parece concluir-se que, mesmo havendo

vontade da parte do Governo em acelerar o processo de privatização, tudo é muito complicado para que este objectivo seja atingido em relação aos Estaleiros». «Não se encarem as privatizações como a solução para os problemas do País», pois «já anteriormente se provou não ser esse o melhor caminho» - afirma a CT, que exige do Governo a criação de condições «para que a recuperação desejada não se faça só com o esforço dos trabalhadores».

## Bancários elegem delegados «com história e com futuro»

«Um projecto com história e com futuro» é o que as listas unitárias do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas propõem aos associados que, no próximo dia 20, vão eleger os delegados do SBSI ao congresso da UGT.

A Lista A, no jornal de campanha em distribuição, apresenta-se como «uma equipa que há mais de 25 anos dá corpo a um projecto sindical sério, dinâmico, combativo e coerente ao serviço dos bancários», agindo «para que o sindicato reflecta, a cada momento, as preocupações e aspirações dos seus sócios, para que lhes dê protecção e, em simultâneo, desenvolva a sua capacidade reivindicativa através da força dos trabalhadores».

O folheto divulga a lista de candidatos e inclui uma entrevista com Alexandrino Saldanha e depoimentos de Luísa Oliveira e José António Antunes. Noutras peças salienta-se a necessidade de «dignificar a profissão» e «dar a volta à situação sociolaboral», aponta-se o contraste entre os lucros fabulosos dos banqueiros e a degradação dos salários dos trabalhadores.

É criticado o papel que o SBSI tem desempenhado como «mealheiro da UGT», para cujos cofres transferiu, nos últimos 10 anos, cerca de 600 mil contos só de contribuições obrigatórias,

sendo os apoios materiais «muito superiores». Em contrapartida, «os dirigentes da UGT pagam assim aos bancários: apoiaram, dizendo que era bom, a venda ao desbarato da Banca; assinaram acordos na Concertação Social que facilitaram a imposição de tectos salariais; em 1994, Torres Couto (PS) e Pereira Lopes (PSD) declararam que uma tabela salarial de 4 por cento para 16 meses era boa; agora, acabaram de dar mais um contributo: aceitaram as propostas do patronato para rever as leis laborais». «É caso para dizer: com amigos como estes não precisamos de inimigos», conclui o documento.

### BPA

A lista unitária ganhou as eleições para a Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Português do Atlântico, com 977 votos e 5 mandatos. Às eleições de 16 de Fevereiro concorreram ainda uma lista apresentada pela tendência socialista (que obteve 746 votos e 3 mandatos) e outra dos TSD (581 votos e 3 mandatos).

## TRABALHADORES

# Jornada da CGTP deixa aviso ao Governo

## Insistir na ofensiva suscitará acções adequadas

Milhares de sindicalistas e trabalhadores estiveram em luta na semana passada, convergindo na recusa da imposição da flexibilidade e da polivalência e na exigência da redução do horário de trabalho para 40 horas.

Levada a cabo por iniciativa da CGTP-IN, esta jornada culminou na quinta-feira, dia 7, com uma concentração no Largo de Camões, em Lisboa, seguida de desfile até à residência oficial do primeiro-ministro. Em várias empresas e sectores foram levadas a cabo outras acções, como plenários de trabalhadores, greves e concentrações.

Antes de se dirigirem ao Palácio de São Bento, os activistas sindicais reunidos no Largo de Camões aprovaram uma moção, para depois entregar na residência oficial de António Guterres, considerando que a polivalência e a flexibilidade a que o Governo se comprometeu



dar força de lei «constituem uma inaceitável e total cedência aos interesses do patronato». A concretizar-se nos termos em que aquelas

matérias são tratadas, o acordo de concertação social de curto prazo colocaria em perigo o direito à livre negociação e à contratação colectiva, iria desorganizar a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, provocaria o aumento da exploração e do desemprego - refere o documento.

A moção conclui com quatro decisões:

- «reclamar do Governo o respeito integral pelos direitos dos trabalhadores, particularmente pelo direito de negociação colectiva»;
- «exigir o abandono da lei

da flexibilidade e da polivalência»;

- «reclamar as 40 horas semanais com aplicação imediata» e

- «avisar o Governo de que a insistência nesta ofensiva obrigará os trabalhadores e as suas estruturas a avançar com as formas de luta necessárias e adequadas para a defesa dos seus interesses».



## 63314 assinaturas exigem estabilidade e melhores salários



Depois da concentração frente ao parlamento, muitos activistas da Administração Pública integram-se no desfile da CGTP até à residência do primeiro-ministro

Dirigentes e activistas sindicais da Administração Pública deslocaram-se na quinta-feira, dia 7, à Assembleia da República, para entregar um abaixo-assinado promovido pelas estruturas da Frente Comum de Sindicatos.

O documento, posto a circular depois do acordo firmado nos últimos dias de Janeiro entre o Governo e os sindicatos, recolheu 63314 assinaturas de trabalhadores das várias áreas da Administração Pública. As reivindicações, dadas a conhecer ao presidente da AR e aos grupos parlamentares, agrupam-se em

dois temas: salários (garantir, na discussão do OE, verbas para equiparar o salário mínimo da Administração Pública ao salário mínimo nacional, integrar o adicional de 2 por cento no índice 100 dos corpos especiais e manter as paridades existentes) e emprego (medidas legislativas imediatas que assegurem a estabilidade de emprego e viabilizem a integração nos quadros dos trabalhadores que, embora com vínculo precário, preenchem necessidades permanentes dos serviços).



## Assembleia definitiva adiada para dia 28

# Só a luta mantém a esperança no futuro da MP Roldão

O Tribunal Judicial da Marinha Grande suspendeu até 28 de Março a assembleia definitiva de credores da Manuel Pereira Roldão.

A suspensão foi requerida pelo Ministério Público, na sequência de directivas dos secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e do Tesouro e das Finanças, por forma a «estudar e melhorar a proposta de viabilização apresentada pelo gestor judicial», segundo a agência Lusa.

A decisão, tomada pelo Tribunal no dia 8, foi justificada com o argumento de que o despacho de nomeação do gestor judicial, apesar de proferido em 18 de Julho, apenas foi publicado em 12 de Agosto, pelo que só a partir desta data se deve contar o período de oito meses de funções. Assim, contrariamente às informações que asseguravam o final da gestão controlada a 16 de Março, este período só terminará a 13 de Abril.

O gestor judicial sugeriu que, caso a sua proposta - que prevê um perdão de 90 por cento do passivo da empresa e a construção de uma nova unidade fabril em terreno a ceder pela Câmara Municipal - seja

aprovada, na próxima assembleia, a administração deverá ser constituída por um representante do maior credor (o Estado), pelo gestor judicial e por um elemento da Comissão de Trabalhadores.

### O Governo não deve esperar

No final da Assembleia, Sérgio Moiteiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, mostrava-se satisfeito, afirmando que «só a luta dos trabalhadores permitiu manter a esperança por mais um mês», refere a Lusa.

Depois de conhecida a decisão do tribunal, os operários desbloquearam a estrada que liga a Marinha Grande a Leiria, em frente ao Tribunal, onde se mantiveram concentrados durante a assembleia de credores, e dirigiram-se para as instalações da empresa, onde reuniram em plenário.

Aqui foi decidido que o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira peça reuniões urgentes com o governador civil de Leiria e com a Secretaria de Estado da Indústria, para analisar a crise da Manuel

Pereira Roldão e exigir apoios imediatos para que a empresa não entre em colapso.

Ao dar conta das conclusões do plenário, Sérgio Moiteiro salientou que «o Governo não precisa de chegar ao dia 28 para definir a posição que vai tomar na assembleia de credores». Os vidreiros querem ainda que o executivo «nos diga, com urgência, qual o impacto no emprego de cada uma das propostas que se diz existirem».

Durante o plenário, foi feito um apelo aos trabalhadores para estarem presentes na reunião da Assembleia Municipal da Marinha Grande que, em sessão extraordinária, a realizar anteontem à noite, iria analisar o problema da MP Roldão.

No final do plenário, em que os operários decidiram voltar ao trabalho após o almoço, a emoção tomou conta do ambiente, quando um grupo de mulheres, algumas delas com lágrimas no rosto, começaram a cantar *Mãos Vidreiras*, composição que é considerada um hino ao trabalhador do vidro.

Antes de se concentrarem frente ao tribunal, os vidreiros desfilaram na sexta-feira pelas ruas da cidade, apelando à solidariedade da população. Na quarta-feira anterior, o pessoal da MP Roldão manifestou-se em Leiria e chegou mesmo a interromper o trânsito entre a capital do distrito e a Marinha Grande.

## VISEU

## Cerrar fileiras

Com a participação de muitos militantes e simpatizantes do PCP, provenientes de vários concelhos das áreas do Dão e Lafões, e de amigos das formações política aliadas do PCP na CDU, decorreu, no domingo, em Viseu um almoço-convívio comemorativo do aniversário do Partido.

Aurélio Santos, membro do Comité Central e da Comissão Central de Controlo, interveio na iniciativa apontando a necessidade de os trabalhadores cerrarem fileiras em defesa dos seus direitos, hoje ameaçados pela política do Governo do Partido Socialista, que tenta permitir a flexibilização e na legislação laboral. Afirmando que «a esquerda não está no poder», Aurélio Santos lançou um apelo aos jovens portugueses para que lutem, ao lado do PCP, pela «democratização da democracia portuguesa» e um desafio para que saibam empunhar «a bandeira vermelha dos operários com a estrela dourada do internacionalismo proletário» nas lutas do presente e do futuro por um Portugal mais justo e democrático, por um Portugal socialista. O convívio continuou depois num tarde cultural com a actuação do músico viseense Carlos Clara Gomes, acompanhado por Peninha e Cameirão, do grupo conimbricense «Cor da Lua» e ainda de um grupo de jovens de Viseu da JCP.



## CASTELO BRANCO

## Iniciativas de aniversário

A Direcção Regional de Castelo Branco do PCP divulgou o seu calendário de iniciativas comemorativas do aniversário do Partido. O programa teve início na passada sexta-feira e prossegue até ao próximo dia 20 de Abril, com a realização almoços e jantares de convívio, plenários de militantes e conferências sobre vários temas da actualidade, que contam com a participação de destacados dirigentes do Partido.

## LOUSÃ

## Exposição na biblioteca municipal

Promovida pela Comissão Concelhia de Lousã, está patente ao público até ao próximo domingo, na biblioteca municipal, uma exposição evocativa dos 75 anos do PCP. Também no âmbito das comemorações a concelhia realizou, no passado domingo, um almoço de convívio que juntou cerca de meia centena de pessoas e contou com a presença de Vasco Paiva, do CC, e Alberto Vilaça, da Direcção Regional de Coimbra.

## CERCAL DO ALENTEJO

## Renúncia sem fundamento

A Comissão Concelhia de Santiago do Cacém afirma em comunicado que os fundamentos invocados por José Jacinto Custódio Miguel, para renunciar ao cargo presidente da Junta de Freguesia do Cercal do Alentejo, «não são claros», sublinhando que o programa eleitoral da CDU, força que o elegeu, «são para ser cumpridos em quatro anos». A concelhia do PCP recorda que «o município de Santiago do Cacém tem dez freguesias e que o orçamento municipal tem de as contemplar a todas». Citando um conjunto de importantes obras previstas ou já em curso pela Câmara, os comunistas manifestam discordância em relação às razões alegadas pelo autarca desistir das funções de presidente da referida Junta, fazendo «votos para que as soluções encontradas para a Assembleia e para a Junta de Freguesia sejam o garante da continuidade do trabalho do PCP e da CDU na resolução dos problemas da população do cercal».

## VILA REAL

## 6.ª Assembleia de organização

Os comunistas do Concelho de Vila Real estiveram reunidos, no sábado, para debater os problemas da região, definir as orientações do trabalho partidário e eleger a nova comissão concelhia, integrada por 17 camaradas. Na mesma noite, decorreu um jantar de aniversário, em que participou Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, que esteve também nos trabalhos da 6ª Assembleia.



## CDU marca encontro concelhio

## Câmara de Setúbal necessita de gestão rigorosa

Só a CDU pode protagonizar uma alternativa à gestão actual da Câmara de Setúbal, criando as condições para uma gestão transparente e rigorosa que assegure o progresso do concelho e o bem-estar das populações.

A realização do Encontro Concelhio de Setúbal da CDU, marcado para o próximo dia 31 deste mês, na Albergaria Laitau, será um importante contributo para alcançar tais objectivos, afirma uma nota da Concelhia de Setúbal do PCP, que recorda algumas fases do atribulado processo no município e que aqui reproduzimos.

«A Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT) e a Inspeção Geral de Finanças (IGF) solicitaram ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa a perda de mandato do Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, em função das irregularidades praticadas pela gestão maioritária do PS na autarquia.

Acto contínuo à mediática autodefesa com que tem procurado junto da opinião pública incutir a ideia de que tais irregularidades são consequência incontornável de uma legislação inadequada, que a todos sem excepção transformaria em vítima, o Presidente da Câmara ordenou uma afanosa "investigação" da "gestão do PCP" nos anos de 1980 a 1985 - como se a responsabilidade do processo que lhe é agora movido não decorresse directamente do actual Ministro das Finanças do Governo PS, Sousa Franco!

Porém, em desespero de causa,

afunda-se em contradições, desolidariza-se com os seus próprios parceiros de partido, dá, segundo a terminologia que atribui ao PCP, "tiros nos pés".

No que toca, por exemplo, à ADSE, Mata Cáceres escreve que "os pagamentos não eram satisfeitos desde 1978" (o sublinhado é dele) - mas quem assim é posto em causa é o próprio PS, que cumpriu um primeiro mandato desde 1977 até final de 1979, ao passo que a CDU (APU) como força maioritária só viria a tomar posse em Janeiro de 1980! (...)

Tal como a Comissão Concelhia de Setúbal escreveu em comunicado, de 1 de Março, "as ilegalidades e irregularidades de que Mata Cáceres é acusado e que por sua iniciativa própria entendeu divulgar parcialmente por todos os meios ao seu alcance, procurando minimizar-lhes a gravidade (mas não cumprindo o despacho de Sousa Franco para que os levasse à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal), são uma gota de água num oceano que abrange não só, segundo os próprios relatórios, as áreas das finanças e do pessoal, mas ainda com particular relevo as dos subsídios e representações, urbanismo, empreitadas, fornecimentos e gestão da Câmara e dos Serviços Municipalizados".

O recurso regular e sistemático a tais ilegalidades e irregularidades são a outra face de uma mesma moeda: esgotada e sem projectos de futuro, incompetente, perdulária e arrogante, a gestão PS acusa o desnoite.

Mente com todos os seus dentes quando os seus vereadores se permitiram afirmar que o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa declarou a tarifa do lixo legal, ou que a Câmara nada deve à empresa exploradora da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, à qual está obrigada a pagar mais de 30 mil contos mensais, razão porque lançou a tarifa como uma autêntica extorsão dos bolsos dos cidadãos.

Com dificuldade contorna a denúncia de uma dívida de 700 mil contos que mantém, desde 1993, a uma cooperativa de habitação, nada diz sobre a acusação que ao mesmo tempo lhe foi feita de projectar para a zona do Bairro Afonso Costa uma densidade de construção tal, que dela bem se pode dizer tratar-se de uma clara capitulação face à especulação imobiliária.

Perante projectos tão importantes como o do alargamento do terminal de contentores do Porto de Setúbal, demite-se da discussão nos órgãos autárquicos, ausenta-se da sessão pública marcada para o seu debate pelo Ministério do Ambiente, antes se remete para a expectativa e só toma posição no momento derradeiro em que (tal como no caso

da incineradora) o movimento de opinião pública não lhe permitiu mais campo de manobra.

Silência o escandaloso corte de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) para as autarquias locais com que o governo PS, dando continuidade à política cavaquista, brindou as mesmas.

Não dá a conhecer que projectos apresentou para o PIDDAC de 1996, na mesma medida em que rejeitou o concurso da CDU para o enriquecimento dos mesmos.

Recusa aprovar uma moção da CDU reclamando a extinção da portagem do troço da auto-estrada Setúbal-Pamela.

Acusou o PCP e a CDU de conluios ("festas e passeatas", dicit) com o PSD porque os seus autarcas, e em especial os do distrito de Setúbal, aliando o mais alto sentido de responsabilidade como gestores da coisa pública à defesa da melhoria da qualidade de vida, obrigaram o governo de então a compromissos inadiáveis. Mas agora engole em seco, quando em consequência os Presidentes comunistas das Câmaras Municipais de Almada, Barreiro, Moita e Seixal celebram com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do governo PS a assinatura do contrato do Anteprojecto do Metropolitano da Margem Sul (cujo primeiro troço poderá entrar em funcionamento já no ano 2000), e assim dão mais um bom exemplo da modernidade de uma gestão, que é a gestão CDU.

## Convívio no Porto

Cerca de 30 pessoas, entre professores, médicos, juristas, artistas plásticos, músicos, gente do teatro e da imprensa, participaram num jantar comemorativo, no passado dia 6.

Na iniciativa, promovida pelo sector intelectual do Porto, depois de cantados os parabéns com a música da Internacional, intervieram os camaradas José Luís Borges Coelho e Aurélio Santos.

A seguir à exibição do cantor Ivo, formou-se um grupo musical que improvisou um espectáculo, com Acácio Carvalho, Jorge Pereira e Roberto Machado nas cordas, Guilherme Monteiro, na flauta, e a voz de Paula Marques. Foi uma noite de alegria e convívio, de encontro e reencontro de amigos e companheiros de luta.



## CAMARADAS FALECIDOS

## Eduardo Moradas Ferreira

Faleceu, com 74 anos de idade, Eduardo Moradas Ferreira, neurocirurgião e militante do PCP desde 1979. Era membro da Direcção Nacional do Conselho Para a Paz e Cooperação e presidente da Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear. Foi membro da Assembleia Municipal da Nazaré.

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou uma mensagem de condolências à família do falecido, prestando «homenagem à sua figura de democrata e activista da paz, de prestigiado profissional e dedicado militante comunista».

## Agostinho Nôro Bernardes

Faleceu, na passada segunda-feira, Agostinho Nôro Bernardes, que contava 44 anos de idade. Militante desde 1982, era desde 1975 dirigente do Sindicato dos Ferroviários do Centro e da Federação dos Trabalhadores Ferroviários.

## Guilherme Vieira Pedro

Faleceu no passado dia 1 do corrente, Guilherme Vieira Pedro, que contava 71 anos de idade. Era comerciante e estava organizado em Algueirão Mem-Martins, no concelho de Sintra.

## Domingos Carolas

Faleceu, no passado dia 4 do corrente, após prolongada doença, Domingos Batista Carolas. Militante desde Outubro de 1977, estava organizado na Freguesia de Carcavelos.

## Hélène Lanièce Magalhães Vilhena

Faleceu no passado domingo, Hélène Lanièce Magalhães Vilhena. Viúva do camarada Vasco Magalhães Vilhena (filósofo e historiador notável de renome internacional), comunista com elevada compreensão política internacionalista, foi militante do PCP desde o fim do exílio de seu marido, após o 25 de Abril. Estava organizada na Freguesia dos Anjos, em Lisboa, tendo tido desde há muito uma participação activa e dedicada na Comissão de Freguesia.

## António Timóteo Mata

Faleceu, quinta-feira da passada semana, António Timóteo Mata, com 75 anos de idade. Operário dos mármore reformado estava organizado na Freguesia de Montelavar, no concelho de Sintra.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## Conferência de Álvaro Cunhal em Évora

A convite da Universidade de Évora, o camarada Álvaro Cunhal proferiu, quinta-feira da passada semana, uma conferência inserida no ciclo «Portugal às Portas do Terceiro Milénio».

Perante uma assistência composta maioritariamente por jovens estudantes, Álvaro Cunhal sublinhou que «este século não foi o século em que o comunismo morreu, mas sim aquele em que nasceu. (...) Pela primeira vez, apareceu um sistema capaz de combater no terreno o capitalismo explorador que permite a concentração de riqueza na mão de um número restrito de privilegiados e

não promove a igualdade entre os homens».

Durante cerca de uma hora, o dirigente comunista fez uma retrospectiva sobre a história deste século, destacando em particular o período revolucionário resultante do 25 de Abril de 1974. «Depois do golpe militar de 25 de Novembro, temos assistido à recuperação do sistema capitalista, agora eufemisticamente designado por economia de mercado. É, assim, com preocupação que vemos a próxima revisão constitucional, preparada para provocar a subversão do regime saído do 25 de Abril».

Álvaro Cunhal considerou mais adiante que não há razões



para pensar que o capitalismo é um modelo sem alternativa. «Baseado na exploração do homem pelo homem, o capitalismo atravessa uma profunda crise, contribuindo para alargar cada vez mais o fosso entre os ricos e os pobres e manifestando-se incapaz de resolver os

grandes problemas daí decorrentes».

Responsabilizando as políticas do PSD e do PS pelo estado desastroso da economia portuguesa, causado em grande parte pela obediência cega às directivas europeias, Álvaro Cunhal considerou que «é tempo de pôr fim à submissão e à capitulação (...) não podemos aceitar a destruição do aparelho produtivo a troco de subsídios». No final da sessão, o dirigente comunista respondeu a várias questões colocadas pelos presentes.

Numa próxima edição do «Avante!» contamos poder publicar o texto da conferência de Álvaro Cunhal.



## SETÚBAL Novas adesões

«As circunstâncias em que comemoramos, hoje, o 75º aniversário do Partido são bem melhores das de há um ano atrás», afirmou Ruben de Carvalho, deputado à AR e membro do Conselho Nacional do PCP, num almoço-convívio realizado em Vendas de Azeitão, no concelho de Setúbal.

Como que a confirmar aquelas palavras, 16 dos presentes na iniciativa, que reuniu, no domingo, mais de uma centena de convivas, formalizaram a sua inscrição no PCP, contando-se entre eles um número substancial de jovens e de mulheres.

Ruben de Carvalho sublinhou que «muito provavelmente, há um ano, muitos de nós não tínhamos a certeza de podermos vir a pôr cobro de vez ao ciclo do cavaquismo no nosso país, mas hoje é claro para toda a gente que foi o papel do PCP, ao longo de muitos anos, na denúncia e no combate à política de direita, ao lado dos trabalhadores e das massas populares, que proporcionou o resultado de 1 de Outubro e a eleição de Jorge Sampaio para a Presidência da República. Em 14 de Janeiro, os votos dos comunistas não foram mudos ou envergonhados, foram antes votos que contaram, e contaram decisivamente». No almoço, estavam mais de 30 membros da JCP das freguesias de São Lourenço e São Simão de Azeitão, que viram igualmente as suas fileiras aumentar com novos activistas. Durante a tarde, a organização juvenil realizou um torneio de futebol de salão, enquanto que o convívio continuava pela tarde fora com a actuação dos artistas locais Vanessa e Alfredo Santos.

## COIMBRA Mudança tarda a chegar

«O sentido da mudança expresso em Outubro último tarda a chegar a Coimbra», constatou Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, no decorrer de um convívio comemorativo do aniversário do Partido realizado, sábado passado, em Santa Clara.

O dirigente comunista referia-se à falta de intervenção e de propostas por parte do PS, o qual, disse, «anda entretido com os lugares em cargos públicos», sem prestar atenção aos interesses do distrito. Este, segundo Sérgio Teixeira, foi lesado em mais de um milhão de contos, pelo Orçamento de Estado agora aprovado.

Sérgio Teixeira falou mais adiante do património do PCP, «sem paralelo no cenário político-partidário português. É um partido forte, organizado e de massas. Tem fortes posições no poder local, no movimento operário e sindical, nos movimentos e organizações sociais unitárias. Para estes cargos fomos eleitos e, porque não procuramos benesses, merecemos a confiança de milhares de pessoas».

Notando uma «maior intervenção política do PCP» no distrito, Sérgio Teixeira realçou que esta é visível nas inúmeras propostas apresentadas em benefício da região, e no calendário das comemorações dos 75 anos do PCP que se estende a 13 concelhos e culmina com um grande comício, em Coimbra, no próximo dia 29. Estas iniciativas, bem como um vasto conjunto de actividades já realizadas ou programadas para os próximos meses, foram divulgadas, no passado dia 4, em conferência de imprensa da DORC, na qual estiveram Sérgio Teixeira, Alberto Vilaça e João Ramos Pereira.

## PORTEL Fundos para o CT

O almoço comemorativo do aniversário do PCP, em Portel, permitiu recolher 300 contos para ajudar a pagar as novas instalações concelhias do Partido. A iniciativa, realizada no sábado, juntou duas centenas de militantes e simpatizantes que aderiram com entusiasmo à campanha de fundos lançada localmente.

A compra do centro de trabalho foi decidida após reuniões com a organização em todas as freguesias e insere-se na necessidade de reforçar o trabalho orgânico bem como a luta por melhores condições de vida da população pelo progresso e desenvolvimento do Alentejo. De Portel vem ainda a notícia da inscrição de 23 novos militantes para o Partido e 25 jovens para a JCP, que dá conta do bom andamento da campanha de adesões em curso.

## ALEMANHA Convívio em Stuttgart

Várias dezenas de pessoas participaram num convívio de aniversário do PCP, promovido em Stuttgart, na Alemanha, no passado sábado. Na ocasião, João Armando, membro do CC, interveio sobre a situação política, abordando em particular a política de emigração do Governo PS, a qual, apesar das promessas do secretário de Estado, continua a não dar resposta às exigências dos emigrantes.

## Bragança A alternativa existe



Com a presença de 50 militantes, a 4ª assembleia concelhia de Bragança aprovou uma moção que analisa a realidade do concelho e apresenta 10 propostas para o seu desenvolvimento. No final dos trabalhos, em que participaram António Lopes, da Comissão Política, e José Brinquete, responsável pela DORBA do PCP, foi eleito por unanimidade o organismo de direcção, composto por dezena e meia de camaradas.

A moção, intitulada «Bragança não se resigna. A alternativa existe!», imputa pesadas responsabilidades, no plano autárquico, aos sucessivos executivos camarários do PS, à frente dos destinos do concelho nos últimos sete anos.

Os comunistas referem, a este propósito, a dívida do município superior 1 milhão de contos, valor idêntico ao que é anualmente atribuído pelo FEF, e o crescimento desordenado da cidade de Bragança, que concentra hoje cerca de metade da população do concelho, mas onde faltam as infra-estruturas adequadas e não existe sequer um plano de urbanização.

Alertando para as manobras de campanha para convencer o eleitorado nas próximas autárquicas, a moção aprovada pela 4ª assembleia avançou um conjunto de propostas onde se des-

taca, entre outras, a afirmação de Bragança como ponto estratégico na ligação de Trás-os-Montes e Alto Douro com a vizinha Espanha, a promoção do Ensino Superior, a revisão o Plano Director Municipal, a elaboração e aprovação do Plano de Urbanização e Planos de Pormenor da Cidade, a valorização do ambiente e património, o apoio e dinamização das associações criativas culturais, recreativas desportivas e artesanais.

## Braga Ineficácia e desnorte na Saúde

Passados quatro meses da sua entrada em funções, a actividade do Ministério da Saúde tem-se caracterizado «por uma ineficácia e mesmo desnorte confrangedores, que começam a suscitar justificadas preocupações», concluem os comunistas de Braga, afirmando que está a ser defraudada a expectativa criada na população portuguesa, e em particular nos profissionais de saúde, de que seriam rapidamente corrigidos os aspectos mais gravosos da política do PSD.

Segundo indica um documento do Organismo da DORBraga do PCP para as questões da Saúde, «a única medida visível até agora tomada foi a nomeação de uma Comissão para o diagnóstico de estado de da Saúde, presidida por uma personalidade que, independentemente da sua indiscutível competência científica, nas intervenções públicas efectuadas vem já propondo a terapêutica antes do diagnóstico: os cuidados de saúde são muito caros e portanto as pessoas têm de pagar».

O documento dos médicos e outros trabalhadores comunistas da Saúde chama ainda a atenção para problemas do sector em Braga designadamente no hospital de S. Marcos, que espera há vários meses pela nomeação de um director. É uma situação que revela «um Ministério apático, incapaz de decidir, sujeito às pressões dos mais variados sectores», sublinha o organismo do PCP que acusa a estrutura local do PS de pretender «indicar e possivelmente manobrar» o novo director do Hospital.

As críticas são ainda extensíveis ao PIDDAC para 1996 (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), o qual não atribuiu «nem um tostão» para a construção do novo hospital nem para a continuação das obras do novo bloco operativo, actualmente completamente paradas.

## 75.º aniversário do PCP assinalado no Brasil

Os 75 anos do PCP foram comemorados na cidade de S. Paulo, durante um almoço em que estiveram cerca de meia centena de portugueses e brasileiros.

Falando em nome da organização local do PCP, Alexandre Pereira sublinhou que os comunistas portugueses sentem um legítimo orgulho pelo facto de, numa época muito difícil, marcada pela arrogância do liberalismo selvagem e pelo recuo do socialismo na Europa, o seu Partido permanecer intransigente fiel aos ideais da transformação revolucionária.

Na iniciativa, usaram ainda da palavra dirigentes de três partidos da esquerda brasileira - Breno Alman, pelo Partido dos Trabalhadores - PT; o deputado federal Aldo Rabelo, pelo Partido Comunista do Brasil; e Ernesto Pichler, pelo Partido Comunista Brasileiro. Em nome

das organizações que ali representavam, saudaram o PCP pelo seu aniversário salientando a importância do papel que tem desempenhado nas lutas do povo português, a sua profunda ligação com as massas e a sua coerência na defesa do projecto de sociedade pelo qual se bate desde a sua fundação. O «Avante!» seria também referido pelo representante do PCB, que salientou o seu papel na divulgação de acontecimentos internacionais que são omitidos pela imprensa brasileira.

Finalmente, Miguel Urbano Rodrigues fez uma intervenção, na qual falando da solidariedade actuante do PCP com a revolução Cubana, como exemplo do seu internacionalismo, chamou a atenção para o significado que a defesa da ilha revolucionária assume hoje para toda a humanidade progressista e democrática.

## Tratamento de Resíduos Sólidos em Loures

Cerca de 40 por cento da população de São João da Talha (Loures) mostra vontade em mudar de residência caso seja construída a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) projectada para a freguesia.

Os dados são fornecidos pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da CTRSU de São João da Talha, realizado pelo consórcio IPA Hidroprojecto.

De acordo com o estudo, 41 por cento concorda com a ideia de que as incineradoras são a melhor maneira de resolver o problema do tratamento do lixo, mas 53 por cento acha que a incineradora deveria ser construída noutro local.

Entre as consequências negativas mais prováveis da construção da CTRSU, a população elege o aumento de tráfego, da poluição e de doenças.

A população inquirida revela, tanto ao nível do projecto como dos riscos de construção, uma percentagem de desconhecimento que se situa entre os 60 e os 70 por cento.

O EIA, que na generalidade conclui que a "tecnologia seleccionada para o projecto e os níveis de emissão são compatíveis com a saúde pública e o ambiente", deverá estar disponível para consulta pública no início de Abril.

O EIA aponta como aspectos positivos, do ponto de vista socioeconómico, a criação de emprego, cerca de 70 novos postos de trabalho, a dinamização da economia local na área dos serviços e a concretização do plano de ordenação da faixa ribeirinha.

Em termos de saúde pública, o estudo conclui que a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos "é semelhante às existentes noutros países compatíveis com a saúde pública".

A CTRSU, que deverá estar concluída em 1998, tratará os lixos dos concelhos de Lisboa, Amadora, Vila Franca de Xira e Loures, que correspondem a 19 por cento da produção nacional.

## Escolas Profissionais em debate

O Estado deverá reforçar as suas responsabilidades no financiamento das escolas profissionais (EP), a partir de 1999, ano para o qual se perspectiva o fim dos fundos comunitários.

Esta foi uma das principais conclusões da Conferência "Escolas Profissionais Ano 2000", organizada pela Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), que decorreu a semana passada em Fátima.

Segundo os representantes de mais de uma centena de EP de todo o País, em termos de curto prazo, o modelo de financiamento daqueles estabelecimentos de ensino deve assentar na "aprovação, para cada escola, de um orçamento anual ou pluri-anual, correspondente ao número de turmas e de alunos existentes".

Para o reforço e a consolidação deste subsistema de ensino, os conferencistas advogaram a "definição do estatuto das EP, a fixação de um corpo docente e a definição de um modelo de financiamento, que deverá permitir uma maior autonomia quanto à gestão das verbas".

Em termos estatísticos, a ANESPO divulgou que, dos diplomados em 92/93, 42,8 por cento arranjam emprego, 24,2 por cento prosseguiram os estudos, 18,6 por cento procuraram emprego e não encontraram, 10,1 por cento fizeram outro tipo de formação e 4,2 por cento mantiveram a situação de emprego que tinham durante o curso.

## Reclusos exigem lei sobre perdão das penas

Cerca de 500 reclusos do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz assinaram um documento, a enviar à Assembleia da República, em que exigem a elaboração e a discussão de uma proposta de lei sobre perdão das penas.

No documento, os reclusos entendem que o pedido de perdão das penas se justifica, entre outras razões, pela necessidade de pacificação da sociedade portuguesa em todos os sectores da vida política.

A situação grave das prisões, com destaque para o problema da sobrelotação e suas implicações, é outro dos argumentos invocados pelo meio milhar de reclusos de Pinheiro da Cruz para que a sua iniciativa tenha acolhimento nos vários grupos parlamentares na AR. Esta comunidade prisional tem "fortes e legítimas expectativas" relativamente a "uma medida de clemência no actual ciclo da vida nacional que agora se inicia", com a posse, em Belém, de Jorge Sampaio.

Os reclusos defendem ainda que só através do diálogo se podem resolver problemas de ordem social.

## Estudantes de Enfermagem contra propinas

A Associação de Estudantes (AE) da Escola Superior de Enfermagem do Porto decidiu não pagar propinas por não concordar com os montantes fixados.

Em comunicado, a AE refere que "as escolas superiores de enfermagem que ministram cursos superiores especializados fixaram um montante anual que varia entre os 8.200 e os 150 mil escudos". A AE considera que a fixação das propinas foi "súbita e inesperada" em termos de montante, sublinhando que "a política de educação do

# Situação da mulher trabalhadora nas comemorações do 8 de Março

O Dia Internacional da Mulher tem vindo a ser assinalado - em iniciativas que extravasam a data comemorativa - por diversas organizações, e nomeadamente pelo Movimento Democrático das Mulheres (MDM), e a nível sindical.

A CGTP-IN, através da sua Comissão Nacional de Mulheres, e das estruturas regionais e sectoriais, está a promover, desde dia 6, um vasto conjunto de iniciativas sob o lema "Emprego, Igualdade, Participação", que envolve a realização de debates, mesas-redondas, plenários, contactos directos com as trabalhadoras e trabalhadores nos seus locais de trabalho.

Estão em foco, nestes debates, "as possíveis consequências do Acordo Económico e Social de Curto Prazo (AES), que prevê a imposição, por via legal, da flexibilização dos horários de trabalho e da polivalência das funções profissionais, o que só poderá acentuar a exploração dos trabalhadores em geral e tornar ainda mais difícil a vida das mulheres trabalhadoras", sublinha-se em comunicado à imprensa.

Neste quadro decorreram já diferentes iniciativas, com destaque para a realização de debates, promovidos nomeadamente pelas Uniões dos Sindicatos de Lisboa e Coimbra, plenários de trabalhadores da Philips e Tovartex, em Ovar, com a participação do coordenador da CGTP-IN e diferentes actos comemorativos noutras localidades, designadamente em Beja, Évora, Aveiro e Braga.

A União dos Sindicatos de Lisboa, o MDM-Movimento



Mulheres no trabalho

Democrático das Mulheres e a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa, irão realizar em Lisboa, em 30 de Março, uma Mesa-Redonda sobre "Os reflexos do Acordo de Concertação Social na vida das mulheres trabalhadoras".

De entre as múltiplas declarações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, de referir a declaração da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, que assinala as "sérias discriminações (principalmente nas classes menos favorecidas)", que atingem as mulheres, "quer no que respeita ao trabalho, quer no que respeita às possibilidades objectivas de participação social e política".

A declaração sublinha ainda que "às mulheres trabalhadoras (que asseguram 43% do trabalho desenvolvido no País) muito frequentemente confrontadas com situações de baixa remuneração, cabe uma palavra muito forte no sentido de contribuírem para serem encontradas soluções políticas que precorizem uma verdadeira igualdade de direitos".

## Igualdade na lei Desigualdade na prática

Portugal está entre os primeiros países da União Europeia em matéria de legislação sobre a igualdade entre sexos, revela o primeiro balanço exaustivo sobre a protecção jurídica das portuguesas, editado pela Comissão Europeia.

Assinado pela jurista portuguesa Teresa Martins de Oliveira, advogada em Bruxelas, o livro foi publicado, em 1995, no âmbito da colecção "Enciclopédia" dedicada à "Igualdade jurídica entre homens e mulheres na Comunidade Europeia".

"Ao nível prático, em termos de mentalidade, ainda está tudo por fazer. Esta será, aliás, uma das raras vezes em que o Direito está adiantado em relação a realidade", afirma, entretanto, a autora.

Em 1991, as mulheres estavam sub-representadas na Assembleia da República (19 em 230 deputados), no Parlamento Europeu (3 em 24 eurodeputados portugueses), na equipa governamental (7 em 68 membros) e no Conselho de Estado, onde não havia nenhuma mulher.

As mulheres eram cada vez mais numerosas no mercado de trabalho. A taxa de actividade feminina era de 43 por cento no final de 1990.

No entanto, subsistiam imensas desigualdades, com o desemprego feminino superior ao masculino e com uma maior percentagem de mulheres a trabalhar a tempo parcial (64 por cento em 1990).

A igualdade de salários era inexistente, sendo o salário feminino ainda entendido como complementar do masculino. As trabalhadoras recebiam menos "benesses", como prémios de assiduidade e de produtividade.

## Nova lei para imigrantes Frente Anti-Racista toma posição

A proposta de lei para a regularização extraordinária de imigrantes em situação irregular "corresponde a uma vitória dos movimentos associativos dos imigrantes, da Frente Anti-Racista, do Movimento Sindical e da Igreja Católica, bem como de inúmeras entidades e personalidades da sociedade portuguesa, representando uma derrota da política da direita desenvolvida nos últimos anos", considera a Frente Anti-Racista.

Em comunicado recentemente divulgado, a Frente Anti-

Racista alerta, entretanto, para algumas insuficiências na proposta de lei que "se não forem corrigidas, podem diminuir o alcance que todos pretendemos atingir, e contribuir para a manutenção de uma reserva de pessoas afastadas da possibilidade de uma efectiva integração social". Trata-se, em particular, de introduzir na Lei "mecanismos que facilitem a regularização de todos os imigrantes e suas famílias que se encontram a residir e a trabalhar em Portugal efectivamente".

## NACIONAL

actual Governo está em total desacordo com o valor decidido". Segundo a estrutura estudantil, as propinas de matrícula e de inscrição para os cursos de estudos superiores especializados são fixadas pelos órgãos próprios dos estabelecimentos de ensino que os ministram. No comunicado, os estudantes de enfermagem do Porto manifestam-se dispostos a protestar junto da direcção da escola, do Governo e dos grupos parlamentares.

"Vamos tomar as medidas consideradas necessárias, em conjunto com as direcções das associações de estudantes de outras escolas de enfermagem que se encontrem na mesma situação", lê-se no documento.

## Desmistificar poderes das seitas religiosas

O pároco de Vilar de Perdizes, Montalegre, organizador dos congressos de medicina popular, disse em Penafiel ser necessário desmistificar os alegados poderes das seitas religiosas. Lourenço Fontes falava numa conferência sobre "Medicina Popular", organizada pelo Centro de Investigação de Estudos Autárquicos do Instituto Superior Portucalense de Penafiel.

De acordo com o padre Fontes, o "poder" das seitas religiosas é dizer "o poder está em ti", considerando que "a igreja católica não tem nada a perder se devolver ao homem a sua dignidade humana".

## Elevada percentagem de gravidez indesejada

Vinte e quatro por cento dos casos de gravidez registados em Portugal são indesejados, afirmou à Agência Lusa o Director Executivo da Associação para o Planeamento da Família, no quadro das oitavas jornadas nacionais desta Associação, que decorreram em Évora a semana passada.

"Há dezenas de milhar de mulheres portuguesas que recorrem, por ano, ao aborto ilegal, feito em circuitos mais ou menos obscuros", referiu. Aquele responsável defendeu a necessidade de "aprofundar o trabalho com determinados grupos da população", como os jovens e as mulheres migrantes e de estratos sociais mais desfavorecidos. "É nestes grupos", acrescentou, "que acontecem os problemas como a gravidez indesejada e o recurso ao aborto ilegal."

As jornadas, que reuniram profissionais da saúde e da educação, decorreram na Universidade de Évora com a discussão de temas ligados à sexualidade e planeamento familiar, numa óptica de promoção da saúde sexual e reprodutiva.

## Os perigos das incineradoras em debate

A Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos (CNCT) vai realizar dois colóquios com especialistas nacionais e estrangeiros para debater os perigos das incineradoras e métodos alternativos de tratamento de lixos.

O CNCT tem vindo a contestar a construção das incineradoras por considerá-las perigosas para a saúde pública. Defende que seja feita uma redução da produção de resíduos tóxicos, a par da introdução de tratamentos alternativos.

Em reunião realizada a semana passada no Ministério do Ambiente, a ministra voltou a reafirmar que o processo de instalação das incineradoras é irreversível.

## Minimizar impactos sociais da nova ponte sobre o Tejo

A Associação de Montijo e Alcochete para a Defesa da Qualidade de Vida (AMA) propôs investimentos especiais do Estado para minimizar os impactos sociais da construção da nova ponte sobre o Tejo. A AMA pretende que seja criado um Programa Especial de Investimentos (PEIMA) para os dois concelhos, para minimizar os efeitos sociais provocados pela nova travessia do Tejo entre Moscavide e Montijo.

O programa - de um "montante nunca inferior a 15 milhões de contos", escalonados até 1998 - foi apresentado em Alcochete a cerca de uma dezena de deputados de todos os Grupos Parlamentares, numa cerimónia em que também estiveram os presidentes das duas Câmaras Municipais.

"Só a criação do PEIMA permitirá o cumprimento integral do Estudo de Impacte Ambiental com que o Estado português se comprometeu em Bruxelas e a criação de um espaço urbano de qualidade na Área Metropolitana de Lisboa, com identidade e vida próprias", frisou. Ao fazer o diagnóstico relativo ao seu município, a presidente da Câmara Municipal do Montijo, Jacinta Ricardo, considerou necessário haver a valência de maternidade no Hospital e serem construídos centros de saúde, equipamentos desportivos e culturais, além de defender a instalação de um pólo universitário no concelho. Definindo como prioritárias as áreas da rede viária e ferroviária, o planeamento e ordenamento do território, os equipamentos socioculturais e desportivos e o abastecimento de água, saneamento e tratamento de águas residuais, Jacinta Ricardo apontou obras que podem implicar um investimento total a rondar os 20 milhões de contos.

# Conselho da Região do Alentejo exige plano de emergência

Se a Lei das Finanças Locais fosse cumprida, os 47 Municípios do Alentejo veriam o seu orçamento aumentado em cerca de 3% (mais de 900 mil contos). Este um dos factos sublinhados na reunião do Conselho da Região do Alentejo de 29 de Fevereiro, em que foi debatido o Orçamento de Estado (OE) para 1996 e sublinhada a necessidade de um plano de emergência para o Alentejo.

No que respeita ao PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central),

sublinhado em documento divulgado pelo Conselho da Região do Alentejo, "não está prevista a orçamentação de um

menos desenvolvidas da União Europeia e onde o desemprego atinge já a taxa de 20% e cresce a precariedade do trabalho".

Também no que respeita ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), o governo desrespeita "os valores e critérios de variação do IVA determinantes na variação do FEF", do que resulta as autarquias serem prejudicadas em mais de 8 milhões de contos.

"deve consubstanciar um conjunto de medidas e obras de carácter estruturante e outras, com incidência no aparelho produtivo e na criação de emprego", avançando como exemplo a construção de barragens, recuperação dos perímetros de rega, reflorestação, criação de locais de concentração das produções agro-pecuárias, mercados de origem, mercados abastecedores, habitação, recuperação de centros



A agricultura continua a ser um sector menosprezado

todos os distritos têm menos verbas que em 1995, e o Alentejo tem menos 1 milhão de contos.

Por outro lado, e como é

conjunto de projectos e obras, de há muito reconhecidos como capazes de provocar uma nova dinâmica e criar emprego, numa das regiões

Neste quadro, e face à gravidade da situação económica e social que se vive na região, o Conselho Regional exige que o governo cumpra a promessa de um Programa de Emergência para o Alentejo, que deverá ser discutido e executado com o Poder Local, os Sindicatos e outras entidades da região.

O Conselho Regional considera ainda que este plano

históricos, saneamento básico, projectos na área da saúde e educação, entre outros.

Por último, o Conselho Regional afirma haver no Alentejo todas as condições para que em 1997 se realizem as eleições regionais.

No sentido de contribuir para o avanço deste processo, será entretanto promovido um conjunto de debates sobre regionalização.

## JCP promove concurso literário

No quadro da realização do seu V Congresso, a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) organiza um concurso literário, nas modalidades de poesia e narrativa.

Não há, naturalmente, quaisquer limites à criatividade dos participantes. O lema do V Congresso da JCP, "Sonhar, Viver, Intervir, Construir", reflecte aliás o espírito deste concurso.

A narrativa compreenderá qualquer forma literária, desde a ficção, sonho, novela, conto, até ao romance, memórias, diário. O género poesia incluirá a modalidade de soneto, quadra, poema, lírica, sátira.

Os originais serão em língua portuguesa, podendo concorrer qualquer jovem residente em Portugal (português ou não) até aos 30 anos de idade.

É obrigatório o envio de dois exemplares dos originais, acompanhados de um envelope contendo a ficha de inscrição, e apenas com um pseudónimo e título do original escrito no exterior.

As fichas de inscrição devem ser remetidas para a R. Sousa Martins, nº 8, 1050 Lisboa, até 15 de Abril de 1996.

Serão atribuídos prémios aos três primeiros classificados de cada modalidade (Cheques-Livro no montante de 50.000, 30.000 e 15.000 escudos).

O júri que procederá à avaliação dos originais é constituído por: João de Melo, José Manuel Mendes, Mário Castrim, Mário de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues e Bruno Dias (representante da organização).

Os resultados do concurso serão conhecidos no decorrer do V Congresso da JCP (18 e 19 de Maio de 1996), e divulgados no jornal "Avante!" de 23 de Maio de 96.

## Coruche propõe medidas urgentes

"As cheias ocorridas no rio Sorraia, assim como as intempéries verificadas em todo o Concelho de Coruche vieram demonstrar, mais uma vez e infelizmente de forma dramática, o abandono a que se encontram votadas todas as linhas de água da bacia deste nosso rio e o subaproveitamento que continua a existir das águas pluviais", afirma-se em moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal de Coruche.

A Moção avança ainda a proposta de uma série de medidas, a curto e a médio prazo, nomeadamente o desassoreamento e limpeza do rio Sorraia e seus afluentes, a dotação da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de meios humanos e materiais que lhe permita fis-

calizar rios e valas, a instalação de meios de medição de caudais, a limpeza e desassoreamento de aquedutos e valetas.

Como medidas a médio prazo destacam-se: a conclusão da obra de rega do Vale do Sorraia, a aprovação da construção do Emissário da Vila de Coruche, para evitar a inundação da vila e ainda a construção do IC 10 que, além de outras vantagens, irá evitar o isolamento em situação de cheia.

A Moção sublinha que as medidas enunciadas "permitirão ainda aumentar o caudal ecológico do rio em períodos de seca, o que será benéfico na preservação da biodiversidade do Vale e permitirá diminuir os efeitos de salinização verificados na Lezíria do Tejo".

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Revisão da Constituição

# As propostas do PCP para mais democracia e progresso

Introduzir os aperfeiçoamentos e melhorias que a vida se encarregou de mostrar como úteis e necessários, responder a novos problemas que preocupam os trabalhadores e as populações em geral, corrigir soluções de sentido negativo introduzidas em anteriores revisões no texto constitucional, tais são, de modo sumário, os grandes planos em que se situam as propostas que dão corpo ao projecto de revisão constitucional apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Trata-se de um projecto animado pelo propósito de garantir "mais democracia e mais progresso", que respeita integralmente os limites materiais de revisão, visa o aperfeiçoamento da Lei Fundamental e dos seus grandes princípios e não a sua subversão, um "projecto que diz-se na sua nota preambular", se alimenta dos ideais democráticos da Revolução de Abril, vistos à luz dos desafios desta viragem de século".

Nesse sentido, como frisou o líder da formação comunista, Octávio Teixeira, na apresentação pública do projecto em encontro com os jornalistas parlamentares, que noticiámos na última edição do "Avante!", entre os objectivos visados pelo PCP está a defesa dos direitos, liberdades e garantias, bem como dos direitos económicos, sociais e culturais, combatendo para o efeito todas as propostas tendentes ao seu enfraquecimento. Na mira dos parlamentares do PCP, como questão igualmente essencial, encontra-se o aperfeiçoamento do sistema político, designadamente o reforço do papel da Assembleia da República e do poder local, contra todas as pro-

postas que busquem degradar a sua democraticidade, e, bem assim, o alargamento da democracia participativa e da intervenção directa dos cidadãos na vida política.

E é nestas características fundamentais que, aliás, melhor se podem compreender as diferenças que separam o projecto de revisão do PCP do conteúdo dos projectos subscritos pelos restantes partidos com assento parlamentar.

Vejamos, pois, de forma sintética, em que consistem as principais propostas preconizadas pelo PCP no seu projecto de revisão da Constituição da República, de acordo com o documento de resumo sobre as mesmas feito e entregue aos jornalistas pelo Grupo comunista:

## No plano do sistema político

Reforço do papel e poderes da Assembleia da República; reforço da ligação dos deputados aos eleitores; garantias de moralização e maior transparência da vida política; criação de novos mecanismos de intervenção dos cidadãos na vida política (como a ini-

ciativa legislativa e popular, a iniciativa popular do referendo, a iniciativa popular dos chamados referendos locais, e a iniciativa popular de fiscalização da constitucionalidade); melhoramentos no sistema de formação e subsistência do Governo e da representação política no Conselho de Estado e possibilidade de fiscalização da constitucionalidade de actos políticos.

## No que se refere à participação de Portugal nas Comunidades Europeias

Admissão do recurso ao referendo sobre questões fundamentais que envolvam ou possam envolver a soberania nacional e garantia da intervenção da Assembleia da República na sua esfera própria de competência, incluindo com a proibição de aprovação por Portugal de actos comunitários quando versem matéria da competência exclusiva da Assembleia e esta não os aprove.

## Quanto aos direitos dos trabalhadores

Garantia de melhoria do valor real do salário mínimo nacional e do direito ao salário; princípio da redução progressiva do horário máximo do trabalho; garantia de estabilidade da organização diária do horário; consagração de novos direitos e novas obrigações do Estado em matéria de higiene, segurança e acidentes de trabalho e da legitimidade proces-

sual das organizações de trabalhadores.

## No domínio dos direitos sociais e culturais

Consagração da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde; garantia de regular valorização em termos reais das pensões e reformas; estabelecimento do rendimento mínimo de garantia de subsistência; obrigatoriedade de criação de um sistema público de educação pré-escolar gratuito e universal; garantia da efectivação da proibição da exploração do trabalho infantil; estabelecimento da gratuidade de todos os graus do ensino público e valorização do associativismo desportivo.

## Em matéria de direitos, liberdades e garantias

Clarificação da obrigação do Estado de criar as condições para a efectivação do princípio da igualdade; reforço das garantias de acesso à Justiça e da responsabilidade do Estado e outras entidades públicas perante os cidadãos; protecção das vítimas de crimes; garantia de maior eficácia do exercício do direito de petição; reforço dos meios de intervenção do Provedor de Justiça e de uma fiscalização efectiva dos Serviços de Informações.

## No plano da liberdade de imprensa

Substituição da Alta Autoridade para a Comunicação Social e consagração do direito dos jornalistas à objecção de consciência.

## Em relação à economia nacional

Defesa dos interesses nacionais em matérias como a política



da água, a segurança alimentar e a apropriação do solo por estrangeiros; contribuição para a defesa do mundo rural e combate à desertificação; promoção da produção agrícola e de um rendimento justo para os agricultores; inclusão das taxas no sistema fiscal, submetendo-as ao mesmo regime dos impostos; explicitação do princípio da irretroactividade dos impostos e consagração de direitos dos particulares perante a administração fiscal.

## No quadro do sistema judicial

Fixação do princípio da desburocratização da Justiça e da sua proximidade aos cidadãos; garantia da dependência funcional dos órgãos de polícia criminal às Magistraturas; confinação da existência dos Tribunais Militares ao tempo de guerra; garantia da existência de Tribunais Administrativos e Fiscais de 1ª e 2ª instância; alteração do mandato dos Juizes do Tribunal Constitucional para nove anos e um único mandato.

## Quanto à garantia da autonomia do Ministério Público

Subtração ao Ministério Público da função de representar o Estado, deixando este de funcionar como uma espécie de advogado do Estado; alargamen-

to do elenco das suas competências e consagração do Conselho Superior do Ministério Público composto maioritariamente por Magistrados.

## Estatuto das Regiões Autónomas

Alargamento da competência legislativa das Assembleias Legislativas Regionais; estabelecimento da obrigação de regular por Lei o relacionamento financeiro entre o Estado e as Regiões Autónomas; consagrar a audição das Assembleias Regionais no processo de nomeação e exoneração dos Ministros da República.

## Estatuto do Poder Local

Melhorias no regime das Finanças Locais; jurisdicinalização do regime de tutela; possibilidade de criação de associações de freguesias e flexibilização do regime de instituição das regiões Administrativas eliminando a exigência da sua criação simultânea.

## Outras áreas

Ainda visando o aprofundamento das relações com os PALOP e com os seus cidadãos; garantia da prestação do serviço militar obrigatório e a definição da natureza civil das forças de segurança.

## Actividades ilegais da "secreta" PCP quer saber toda a verdade

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu a divulgação integral do relatório sobre o SIS elaborado pela Procuradoria Geral da República no qual são analisadas as acções desenvolvidas por aqueles serviços contra partidos da oposição, sindicatos e outras organizações.

Esta posição, formalizada em requerimento subscrito pelo deputado João Amaral, surge na sequência de notícias vindas a público, citando fontes governamentais ou judiciais não identificadas, dando conta de algumas das conclusões do referido relatório.

No texto, dirigido ao Presidente da Assembleia da República, o parlamentar comunista questiona igualmente o Governo sobre as medidas que este pensa adoptar no sentido do apuramento das responsabilidades penais e disciplinares decorrentes dos comportamentos referenciados no relatório.

Importante, do ponto de vista da formação comunista, é saber também que "orientações específicas foram dadas pelo poder político ao SIS" no que diz respeito à sua forma de actuação, do mesmo modo que interessa saber quais os limites concretos de actuação que foram definidos.

Reportando-se à substituição dos responsáveis pela "secreta" - uma questão que, recorde-se, motivou já na presente Legislatura uma tomada de posição do Grupo Parlamentar do

PCP reclamando a sua efectivação -, João Amaral voltou a reiterar as preocupações da sua bancada sobre o assunto, interrogando-se, designadamente, sobre os motivos que levam o Governo a manter em funções o actual Secretário-Geral da Comissão Técnica, general Pedro Cardoso, quando são publicamente conhecidas as suas posições em defesa de "modelos de actuação como os que foram diagnosticados no SIS", veementemente reprovadas e condenadas pelos mais variados sectores democráticos da sociedade portuguesa.

Inquietante e incompreensível é ainda a manutenção em funções do actual director do SIS, que se distinguiu, como se pode ler no requerimento, "pela forma xenofoba e racista de actuação que permitiu ao Serviço de Estrangeiros", circunstância que leva João Amaral a perguntar sobre as razões que levam o Governo a manter em funções tão contestada figura nomeada ainda pelo ministro Dias Loureiro.

Registe-se, por último, que o Procurador Geral da República, Cunha Rodrigues, em declarações à Lusa, referiu não ser sua intenção emitir qualquer comunicado sobre esta matéria, uma vez que o "relatório está na posse do Governo para investigações de natureza disciplinar", pelo que, concluiu, "seria contraproducente tornar pública matéria que o Governo pensa investigar".

## Orçamento volta hoje ao plenário Minorar injustiças e insuficiências

Após o debate na especialidade, em comissão, regressa hoje ao plenário da Assembleia da República o Orçamento do Estado para 1996. Com as atenções viradas para as propostas de alteração dos diferentes partidos no plano da fiscalidade (receitas) e das despesas, esta discussão prolongar-se-á pelo dia de amanhã, sexta-feira, estando prevista para o próximo sábado a votação final global.

No decorrer da apreciação entretanto ocorrida em sede de especialidade, muitas foram as propostas de alteração orçamental subscritas pelos deputados comunistas. Nos seus objectivos, todas elas, como foi anunciado por Octávio Teixeira, líder do Grupo Parlamentar do PCP, numa reacção ao conteúdo do Orçamento antes mesmo do debate na generalidade, "visam minorar algumas" das suas "muitas injustiças e insuficiências".

Embora sabendo que a essência das políticas, das orientações e prioridades do Orçamento não era susceptível de ser minimamente alterada - e por isso o PCP assumiu uma postura de decidida e frontal oposição -, tratava-se, no entanto, de tentar corrigir algumas das suas lacunas mais gritantes.

Um propósito testemunhado, por exemplo, na proposta visando o reforço da verba do Ministério da Educação em um milhão de contos destinados a instalações para a rede pública de educação pré-escolar.

Elucidativo quanto à natureza das preocupações que dominaram os deputados comunistas são ainda as suas propostas redigidas no âmbito da luta contra a toxicodependência.

Face à manifesta insuficiência da actual rede pública destinada a possibilitar meios de tratamento e de reinserção social aos toxicodependentes - uma carência para a qual as verbas escandalosamente irrelevantes do PIDDAC para 1996 não dão resposta - o Grupo comunista avançou com uma proposta que considera perfeitamente razoável e exequível, num valor global que ronda os 400 mil contos, visando a criação de centros de atendimento de toxicodependentes (em Vila Real, Guarda, Beja, Portalegre, Bragança, e ampliação do existente no Porto), a criação de novas unidades de desintoxicação (Lisboa, Viseu e Aveiro), bem como de novas comunidades terapêuticas (Algarve e Bragança).

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Em causa a duração do trabalho Governo atenta contra direitos históricos dos trabalhadores

As medidas previstas na proposta de lei relativa à duração do horário de trabalho foram classificadas pelo Grupo Parlamentar do PCP como das "mais retrógradas" levadas a cabo desde a instauração da democracia contra direitos dos trabalhadores.

Críticas cerradas vão para o que consideram a inconstitucionalidade da proposta do Governo - "viola grosseiramente a Constituição da República", não hesitam em afirmar os deputados comunistas -, razão que esteve na origem, de resto, como noticiámos na última edição do

"Avante!", do recurso que interpuseram visando a impugnação da sua admissão.

Em causa está sobretudo o objectivo perseguido pelo diploma do Governo PS, que, no entender do PCP, longe de visar a redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais, conforme por si proposto (mas rejeitado com os votos contra do PS), ao contrário, na senda do PSD - e numa clara cedência ao patronato - busca a "desregulamentação completa das relações laborais, enfraquecendo, mais ainda, a posição dos trabalhadores amea-

çados nos seus direitos resultantes de conquistas históricas".

Na fundamentação do seu recurso, detalhadamente desenvolvida em 55 pontos ao longo de 18 páginas, o Grupo comunista recorda que a limitação da duração do horário de trabalho, diário e semanal, bem como a estabilidade dessa duração - que a Lei Fundamental veio consagrar -, significou uma "conquista histórica resultante de lutas e de sacrifícios que muitas vezes representaram o sacrifício da própria vida".

Uma tal consagração no texto constitucional, do ponto de vista

do PCP, representa o "Progresso para aqueles que, sendo uma peça fundamental na produção da riqueza, têm um inalienável direito à felicidade, à realização pessoal, direito que, confrontando-se com a avidez do lucro teria fatalmente de produzir confrontos e mártires".

Defendendo que a limitação de poderes da entidade patronal no que se refere às tarefas exigíveis aos trabalhadores é também uma "resultante de um direito à realização profissional", os parlamentares comunistas consideram, em suma, que todos estes

direitos são seriamente postos em causa pelo conteúdo da proposta de lei.

Desde logo, como se demonstra no texto do recurso (ver caixa), porque contrariamente ao que a Constituição estabelece, o "governo age com uma óptica empresarial, colocando os trabalhadores à mercê das entidades patronais, assegurando que estas disponham dos tempos de repouso e dos lazeres dos trabalhadores conforme lhes convém, retirando-lhes a disponibilidade para a sua realização pessoal e das suas famílias".

As medidas preconizadas pelo Governo no seu diploma, contra o que a Constituição igualmente estabelece, constituem simultaneamente um "autêntico retrocesso social, anulando direitos consagrados em leis datadas de 1969 e 1971", como faz notar o PCP, que chama igualmente a atenção para o facto de o Governo, do gravoso pacote acordado na Concertação Social, avançar com uma das mais graves medidas contra os trabalhadores nele contidas, "ficando as poucas medidas positivas do mesmo plano secundário".



## Violações grosseiras da Constituição

# As razões da impugnação do PCP

A inconstitucionalidade das medidas contempladas na proposta de lei, por grave afrontamento aos direitos dos trabalhadores, é demonstrada ponto por ponto pelo Grupo Parlamentar do PCP no recurso por si interposto à admissão do diploma por parte do Presidente da Assembleia da República.

Estas violações da proposta do Governo ao Texto Fundamental, no entender do Grupo comunista, assentam, em síntese, em quatro aspectos fundamentais:

- Introduz no quadro da organização de trabalho o conceito de trabalho efectivo.

- Procede à desconstrução da Norma de organização semanal do trabalho, enveredando pela construção de uma outra baseada na organização de trabalho por ciclos, no caso concreto por períodos de quatro meses.

- Alarga desmedidamente o *jus variandi*, impondo ao trabalhador a realização de tarefas não compreendidas no objecto do contrato.

- Anula os regimes obtidos quanto à redução de horários de trabalho, bem como os regimes de organização da duração semanal de trabalho, obtidos por convenção colectiva, mesmo que mais favoráveis para os trabalhadores do que os previstos no diploma, impondo as soluções da proposta de lei.

### A opção empresarial do Governo

No que se refere ao primeiro ponto - introdução do conceito de trabalho efectivo -, o recurso apresentado pelo PCP começa por distinguir os três conceitos de trabalho existentes (de um ponto de vista empresarial, na óptica assalariado-empregador, e na perspectiva individual do trabalhador), comparando-os com o conceito de trabalho constante da Constituição da República, que é claro ao dispor que todos os trabalhadores têm direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a sua realização pessoal (artigo 59º, alínea b), do mesmo modo que não deixa dúvidas quando estabelece (alínea d do mesmo artigo) que todos os trabalhadores têm direito ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas.

Nesse sentido, ao acentuar relativamente ao tempo de trabalho o direito à realização pessoal dos trabalhadores e o direito ao repouso e aos lazeres, a Constituição, para o PCP, "assimilou o

conceito de trabalho encarado do ponto de vista individual do trabalhador", não sendo, por isso, possível, ao legislador ordinário - como sublinha o documento - introduzir na lei um conceito de trabalho do ponto de vista estritamente empresarial".

Ora é exactamente isso que faz a proposta de lei, ao colocar o trabalhador à disposição da entidade patronal, assumindo assim um ponto de vista estritamente empresarial, que impede a realização pessoal do trabalhador, restringe insuportavelmente o direito ao repouso e aos lazeres, coloca o trabalhador à inteira mercê da entidade patronal mais do que 40 horas por semana.

### Retrocesso social

Quanto à desconstrução da norma de organização semanal da duração de trabalho, segundo o documento subscrito pelos deputados comunistas, constata-se que a proposta do Governo toma como referência o ciclo de quatro meses para que as entidades patronais possam nesse período, tendo como base o referido conceito de trabalho efectivo, "jogar melhor com a adstrição do homem à máquina e não da máquina ao homem", impondo horários semanais de duração variável, excedendo nalgumas semanas mais do que as 40 horas de trabalho.

Assim sendo, também neste capítulo, no entender do PCP, são não só infringidos os citados preceitos constitucionais, como também as disposições da Lei Fundamental que referem que Portugal é um Estado de Direito Democrático que tem por objectivo a realização da Democracia Económica, Social e Cultural (artigo 2º) e, nessa qualidade, estabelece como uma das tarefas fundamentais do Estado (artigo 9º alínea d) a de promover o bem-estar e qualidade de vida do Povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais, mediante a transformação e a modernização das estruturas económicas e sociais.

Citando Vital Moreira e Gomes Canotilho, o documento lembra que a Constituição consagra o princípio do Estado social ("Fundamentos da Constituição"), princípio que se articula com os direitos económicos, sociais e culturais, e que, como sublinham aqueles constitucionalistas, implica a «proibição de retrocesso social, subtraindo à livre e oportunistica disposição do legislador a diminuição dos direitos adquiridos, em violação do princípio de confiança e da segurança dos cidadãos no âmbito económico, social e cultural».

### Todo o poder ao patronato

No que diz respeito à ampliação por si considerada "inadmissível" do *jus variandi* - isto é, o alargamento quase ilimitado do poder conferido à entidade patronal de impor ao trabalhador a realização de tarefas não compreendidas nas funções para que foi contratado -, a formação parlamentar do PCP é de opinião que esta ampliação contende com o artigo 58º da Constituição, na medida em que se destina a tornar desnecessária a criação de mais postos de trabalho. Com efeito, violado é o direito dos cidadãos a obterem por parte do Estado a genérica prestação deste no sentido da execução de políticas de pleno emprego, de modo a que seja garantido o direito ao trabalho, o primeiro direito dos direitos económicos sociais e culturais dos trabalhadores, equiparável, na hierarquia destes direitos, quando relacionados com os direitos liberdades e garantias fundamentais, com o direito à vida (vide "Constituição Anotada", Vital Moreira e Gomes Canotilho).

Ainda neste domínio, para além de outras inconstitucionalidades, a imposição aos trabalhadores da execução de tarefas fora do objecto do contrato individual de trabalho constitui, simultaneamente - são ainda os deputados do PCP a lembrá-lo -, um "inadmissível retrocesso social, violando o artigo 18º da Constituição, pois é uma medida inadequada, desproporcionada e desnecessária (a não ser, é claro, para o desmedido lucro privado)".

Por último, no que se refere à anulação dos regimes já obtidos em matéria de redução de horários de trabalho e de organização da duração semanal de trabalho - o quarto vector que marca a proposta do Governo -, o entendimento do PCP é que uma tal proposta "insere-se no movimento de individualização da duração de trabalho, o que, alerta, permitiria "os maiores arbítrios na relação trabalhador-entidade patronal, precisamente por deixar de existir a defesa colectiva resultante da contratação colectiva".

Também neste capítulo é manifesta a inconstitucionalidade, como observa o recurso apresentado pelo Grupo comunista, uma vez que a Constituição, no seu artigo 56º, estabelece que compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva, nos termos da lei.

Ainda a este respeito, citando de novo Vital Moreira e Gomes Canotilho, lembram os deputados comunistas que "o direito à autonomia contratual colectiva não pode ser aniquilado por via normativo-estadual", como faz precisamente a proposta de lei, assim violando um direito que faz parte dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

## Testes nucleares

A Rússia e os EUA anunciaram há dias o seu acordo quanto à proibição total de testes nucleares até ao fim de 1996, de acordo com a intensão da Conferência de Desarmamento da ONU que ocorreu em Genebra.

## Refugiados bósnios

O plano para a ex-Jugoslávia do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) obteve um amplo apoio da comunidade internacional, na semana passada. Este plano, que, segundo um funcionário do organismo, obteve um «inacreditável grau de consenso», apresenta como condição prévia o cumprimento do acordo de Dayton, com a instauração de mecanismos de protecção dos direitos humanos e com a amnistia de todos os delitos, com excepção dos crimes de guerra. Por seu lado, as autoridades alemãs anunciaram já que vão começar a repatriar em Julho os 320 mil refugiados bósnios que abrigam nos seus territórios. Numa declaração citada pela agência Lusa, adiantou que, caso os refugiados não aceitem o repatriamento voluntário «serão devolvidos contra a sua vontade», mostrando que não irão esperar que as condições da ACNUR estejam criadas.

## Impasse político

Em Espanha, continua o impasse político, depois do PP ter saído das eleições legislativas com uma maioria insuficiente para formar Governo. Os dezasseis deputados catalães, apontados como a «chave» que poderá resolver a questão, continuam a recusar-se a votar favoravelmente a eleição de Aznar, apesar de se manterem abertos ao diálogo.

## Cimeira contra o terrorismo

Realizou-se ontem, no Egipto, a Cimeira contra o terrorismo, denominada «Construtores da Paz». Com o objectivo de salvar o processo de paz do Médio-Oriente, suspenso após os atentados terroristas que se têm verificado nas últimas semanas, esta iniciativa conta com a participação de vinte e cinco países, a Autoridade Palestiniana, as Nações Unidas e a Comissão Europeia.

## EUA financiam croatas

Os EUA vão contribuir com 100 milhões de dólares para o programa militar «Treino e Equipamento» da Federação Croato-Muçulmana, alegadamente para «estabelecer o equilíbrio militar na antiga Jugoslávia». Recorde-se que as inspecções internacionais aos armamentos dos bósnios, croatas e sérvios, previstas pelo acordo de Dayton, iniciaram-se na terça-feira e prosseguirão até ao final de Junho.

# As faces (negras) da Moeda Única

A declaração do Conselho e da Comissão comunitários sobre a Moeda Única, Emprego e Crescimento Económico, saída da sessão plenária de Fevereiro em Bruxelas, é bem reveladora da atitude dos apologistas da panaceia da moeda única. Por um lado, encaram, com espanto, a dura realidade do contínuo crescimento do desemprego e a desaceleração económica nos países da União Europeia em resultado das políticas de Maastricht. Por outro lado, perante a impossibilidade (mesmo para os países do «núcleo duro») de se cumprirem os critérios de convergência nominal, tentam adaptar as interpretações para esse cumprimento aos interesses do tal núcleo, baseado no eixo franco-alemão.

Curiosamente, depois de se afirmar, tal como consta do último relatório anual sobre a concorrência na Europa, que o mercado único não tinha conseguido resolver os problemas do desemprego, o Conselho e a Comissão apresentam uma proposta de resolução...para o aceleração do processo em curso!

Para tentar superar a situação de não cumprimento dos critérios de convergência mesmo pelos países que mais avançaram no processo e que são o seu fulcro, encetou-se uma ginástica mental para arranjar interpretações do Tratado por forma que esses países possam passar a cumprir os seus critérios. Introduzem-se um conjunto de interpretações diferenciadas, tais como a definição de défice excessivo ou não, na senda das flexibilizações adiantadas pelo antigo Presidente francês Giscard d'Estaing na Mesa-Redonda sobre o euro.

A realidade impõe-se às teorias. A construção europeia, do ponto de vista económico, tem vindo a ser subordinada às teorias monetaristas e neoliberais, com a liberalização internacional do comércio e da circulação de capitais, as privatizações, a flexibilização do mercado do trabalho. Instaurou-se uma lógica de convergência em metas determinadas, que os diferentes países têm de cumprir ao mesmo tempo e sem ter em conta a diversidade dos níveis de desenvolvimento. Uma teoria do funil que, como aconteceu com o mecanismo das taxas de câmbio, acaba por rebentar.

Independentemente da discussão da forma como se chegou aos famosos critérios de Maastricht, a realidade mostra que esses critérios deixaram de ser instrumentos para a prossecução coerente da política económica para passarem a ser os condicionantes principais da própria política económica.

## Representantes sindicais no Parlamento Europeu

O Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GCEUE/EVN) do Parlamento Europeu, que integra os deputados do PCP, promoveu, a 6 e 7 de Março, em Bruxelas, reuniões com representantes do movimento sindical.

No primeiro dia, o GCEUE/EVN recebeu o secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos (Gabalio), convidado para uma troca de informações e impressões, dada a sua impossibilidade de estar presente na iniciativa realizada no dia seguinte.

Essa iniciativa teve por objectivo promover uma discussão sobre os temas Conferência Intergovernamental e Moeda Única. Abertos os trabalhos por Joaquim Miranda, do PCP, pela direcção do Grupo, seguiram-se duas intervenções introdutórias, de Philippe Herzog, do PCF, sobre o primeiro tema, e de Sérgio Ribeiro, do PCP, sobre o segundo tema, após o que se generalizou o debate com os representantes e quadros do movimento sindical, vindos da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal (Américo Nunes, da CGTP) e Suécia.

Sem se pretender fazer um resumo dos debates, que não tinham intenção conclusiva, sublinha-se que a troca de impressões se centrou na aplicação dos critérios de convergência nominativa, e suas consequências sociais. O debate deu particular realce às questões do desemprego, para além de proceder à avaliação da relação de forças sociais, que um posicionamento definido como hiper-realista (Gabalio) leva a aceitar, reduzindo a luta social à procura de compensações reequilibradas. Esta tese é contestada por quem valoriza a dinâmica social e descortina claros sinais de potencial alteração da relação de forças sociais em manifestações que, de formas diversas, explodem um pouco por todo o lado.



Basta analisarmos alguns aspectos para ver que assim é.

## Falências e desemprego

É sabido que um corte prolongado do investimento público combinado com uma política fortemente deflacionista conduz à quebra acentuada da procura, já fortemente afectada pela descaída dos salários reais. Esta situação repercute-se negativamente sobre o investimento privado, provoca a destruição do tecido produtivo, as falências, maior desemprego. Assim se bloqueiam os motores da expansão económica, com a política monetária impotente para resolver os problemas.

## China

## Tensão no Pacífico

A tensão entre a China e Taiwan aumentou nos últimos dias com a chegada àquela região do Pacífico de forte contingente bélico norte-americano. Sem contar com as forças estacionadas em bases americanas, os EUA dispõem já na zona de uma dúzia de navios de guerra, 11 mil homens e cerca de 160 aviões.

Este aparato militar, que o secretário da Defesa dos EUA, William Perry, classificou de mera «medida de precaução», contrasta com as suas declarações apaziguadoras, segundo as quais Washington afirma apoiar «a política de uma China unida». Perry rejeita as acusações chinesas de que o seu país apoia «os desejos independentistas de Taiwan».

A China criticou fortemente os Estados Unidos por terem enviado para a zona dois porta-aviões considerando que esta medida poderia levar a que Taiwan entendesse ser um apoio à declaração de independência da ilha.

A crise entre Pequim e Taiwan agravou-se nos últimos dias com a realização de exercícios militares chineses no estreito da Formosa, considerados uma «manobra intimidatória» numa altura em que está a decorrer a campanha eleitoral para a presidência de Taiwan. As eleições, marcadas para o próximo dia 23, são vistas pela China como uma

Por outro lado, o crescimento do PIB do nosso país teve efeito nulo na cobertura do desemprego cíclico. Mesmo comparando com o ano de 1993, em que o PIB caiu 1,2%, o crescimento de 1,1 em 1994 correspondeu a um aumento de 1,3 pontos da taxa de desemprego e o crescimento de 2,7% em 1995 correspondeu a um aumento de 0,2 dessa taxa.

Perante as dificuldades que todos os países enfrentam para cumprir os critérios de convergência, apesar das consequências gravíssimas que para muitos estão a ter as medidas nesse sentido,

enquanto alastra o cepticismo sobre a possibilidade de se respeitar o calendário da moeda única - os eurocratas mantêm-se cegos e surdos.

Mas falam e escrevem muito. Orçamentam muitos milhões para campanhas de esclarecimento, com a Comissão a lançar o «Pacto Europeu para a Confiança e o Emprego» no sentido «de aproximar mais os cidadãos do processo de integração europeia».

Tarefa difícil, é bom de ver. Porque, perante a crueza dos factos, das consequências, da incapacidade de encontrar saídas será impossível impor às massas critérios nominais impostos pelos grandes grupos económicos e pelos países do «núcleo duro».

tentativa para declarar a ilha independente, o que as autoridades chinesas consideraram intolerável.

Recorda-se que, desde o fim da guerra civil chinesa, em 1949, Taiwan - onde se refugiaram as forças de Chian Kai-Shek derrotadas pelo Exército Vermelho - é considerada como uma província renegada, mas parte integrante da China. Ao contrário do que sucedeu com Macau e Hong-Kong, o processo para a reintegração da Formosa tem-se revelado difícil, facto a que não será estranho o apoio dos EUA à ilha.

O vice-primeiro-ministro chinês, Qian Qichen, reafirmou há dias que «não há, nem haverá, mudança na nossa proposta de reunificação pacífica e de 'um país, dois sistemas', mas não renunciaremos ao uso da força em caso de intervenção de forças estrangeiras ou se Taiwan declarar a independência». A manifestação de força levada a cabo com os exercícios militares - que, ocorrendo demasiado próximo da ilha, provocaram de imediato as maiores apreensões - visaria assim prevenir a hipótese de que tal venha a suceder após as eleições de dia 23. A administração Clinton, também ela em plena campanha eleitoral, não se dispôs de contribuir para o aumento da tensão assumindo-se uma vez mais como «polícia do mundo».

## Cuba

# «Viver sem medo é o que nos faz sobreviver» – disse Roberto Robaina na ONU

«Somos o país que se pretende condenar sem qualquer fundamento por delitos de que fomos vítimas e não autores.» Estas palavras foram pronunciadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Roberto Robaina, na Assembleia Geral das Nações Unidas, na passada semana, referindo-se ao incidente com o abate dos aviões civis no dia 24 de Fevereiro.

«Rápida e imerecida», «absurda e injusta» e fruto de uma «evidente manipulação». É assim que o responsável cubano vê a condenação de Cuba por parte da ONU, fortemente pressionada pela delegação dos EUA que terá aproveitado abusivamente o facto de no momento presidir ao órgão.

Roberto Robaina apresentou todos os antecedentes deste caso, aludindo aos últimos 37 anos de uma política

hostil por parte dos sucessivos governos norte-americanos com o fomento do «isolamento diplomático, promoção de subversão interna, transmissões ilegais de rádio e televisão, infiltração de espões e sabotadores, planos para assassinar os dirigentes da nossa Revolução, o incentivo a actividades terroristas, guerras biológicas, a manutenção de grupos contra-revolucionários armados, o auxílio às incursões de avionetas e

embarcações para a realização de agressões contra Cuba».

A organização «Hermanos al Rescate», que nos últimos vinte meses violou o espaço aéreo cubano em 25 ocasiões procedendo sempre de território dos Estados Unidos, tem desempenhado as últimas agressões.

Entre os dias 9 e 13 de Janeiro deste ano, aviões da organização lançaram sobre Havana dezenas de milhares de papéis com propaganda subversiva. «Esta violação, tal como as outras, foi comunicada oficialmente pelo Governo de Cuba aos EUA, mas também foi orgulhosamente publicada pelos seus próprios autores nos meios de comunicação norte-americanos», informou Robaina. «De facto,

pedimos ao Governo dos Estados Unidos que fizesse tudo o que fosse possível para impedir a realização destes voos, que violavam não só as nossas leis como também as leis norte-americanas. Era uma solicitação adicional e especial. Não nos faltava fazer nada para evitar o incidente, excepto renunciar à dignidade e à soberania do nosso país. Não eramos nós que podíamos evitar a continuação dessas violações. Era o governo dos EUA, de cujo território partiam as agressões, o único que tinha essa possibilidade nas suas mãos.»

E acrescentou: «Se pode ser apontado algum erro à nossa conduta nos acontecimentos do passado dia 24, esse erro seria termos acreditado que

um país tão poderoso como os Estados Unidos tinha a capacidade de impedir que grupos de agentes irresponsáveis pudessem realizar acções perfeitamente evitáveis que poderiam ter provocado inclusivamente uma guerra genocida contra o nosso povo.»

Segundo o responsável cubano, a organização «Hermanos al Rescate» é «financiada pelo obscuro dinheiro das mafias extremistas de Miami». O seu principal dirigente, José Basulto, é um conhecido espão que já trabalhou para a CIA e que pertenceu à brigada mercenária que invadiu Cuba pela Baía dos Porcos, em 1961. Depois dos acordos migratórios assinados por Cuba e pelos EUA, o objectivo aparente desta organização, que era promover a emigração ilegal, caiu por terra. A partir desse momento, «a provocação e a realização de actos terroristas passou a ser o seu único propósito».

«Aceitariam as autoridades norte-americanas que aviões procedentes de Cuba ou de outro país entrassem ilegalmente no seu espaço aéreo para levar a cabo tentativas de conteúdo subversivo? Poderiam penetrar impunemente aeronaves civis cubanas nas zonas de segurança aérea das bases que cercam Washington? Como teria reagido a opinião pública norte-americana perante um acto semelhante de impunidade por parte de tais provocadores?», questionou Roberto Robaina.

Robaina deixou no ar ainda outras questões: «Por que é que o Conselho de Segurança da ONU, que tão diligentemente actuou neste caso, não considera a política de bloqueio norte-americana, já condenada quatro vezes por esta Assembleia Geral? Por que não se analisa a conduta de um Estado membro que desobedece e despreza a decisão da Assembleia?»

E concluiu: «Nada nos tira o sono. Desde há muito tempo aprendemos que perante um vizinho arrogante e avassalador de nada serve a fraqueza. Viver sem medo é o que nos tem feito sobreviver até hoje. Sabemos bem que esse desafio é o preço de vivermos livres e sem dono. Não levantamos a voz, não usamos insultos injustificados, não necessitamos de histeria nem de fábulas fantasiosas.

Somos um país pequeno, mas ninguém violará, humilhará nem roubará o nosso céu, o nosso mar, a nossa terra e a nossa bandeira.»

## Conferência para a cooperação Europa/Cuba

Desde a sua criação, durante a anterior legislatura, o Intergrupo no Parlamento Europeu Contra o Embargo a Cuba - que integra actualmente cerca de cem deputados de vários grupos políticos - trabalha para criar condições que facilitem formas de solidariedade activa com Cuba.

De início, e durante muito tempo, a sua acção centrou-se na denúncia política do embargo a Cuba, procurando e conseguindo alargar o número daqueles que consideram criminoso o bloqueio americano àquela ilha das Caraíbas, e de que constitui demonstração eloquente o número de deputados que o suportam. Hoje, e embora esta acção continue a ser decisiva, o Intergrupo ganhou influência e prestígio parlamentar, conseguindo alargar a sua acção a objectivos diversos e não menos importantes.

Foi assim que o Intergrupo procurou encontrar formas de colaboração e apoio concretos a Organizações Não Governamentais (ONGs) europeias e cubanas que, ainda que de forma insuficiente e com meios exíguos, começaram no terreno a dar corpo a projectos de cooperação e ajuda ao povo cubano.

Assim, por proposta de deputados do Intergrupo, foi este ano aprovada a inscrição no orçamento das comunidades de uma linha orçamental específica destinada a apoiar projectos de cooperação apresentados por ONGs.

Neste novo quadro, o Inter-

grupo decidiu promover a realização de uma conferência de ONGs, europeias e cubanas, que tivesse como objectivos um melhor conhecimento mútuo, encontrar as formas mais adequadas de relacionamento e abrisse novas perspectivas para a actividade futura.

Esta conferência, realizada por iniciativa do Intergrupo Contra o Embargo a Cuba, teve lugar na passada semana em Bruxelas, no anfiteatro de reuniões do Grupo da Esquer-

da Unitária, tendo contado com o patrocínio do PE e com o apoio financeiro da Comissão Europeia.

Foi marcante o espírito de abertura e diálogo desta conferência. A começar pelos aspectos práticos da organização que foram atribuídos pelo Intergrupo às ONGs. A Presidência do Intergrupo limitou-se a dar o pontapé de saída, presidindo às sessões oficiais de abertura e encerramento do encontro. Todas as sessões de trabalho foram presididas e

coordenadas, em paridade, pelas ONGs europeias e cubanas presentes na conferência. Ao longo dos dois dias de trabalho, discutiram temas muito diversificados, desde a segurança alimentar, ao desenvolvimento das energias alternativas, à formação de recursos humanos, aos problemas de desenvolvimento social e da juventude. Elaboraram conclusões em que consideraram necessário desenvolver projectos nesses sectores, reconhecem as enormes possibilidades de trabalho para as ONGs europeias, e valorizam o trabalho comum até agora realizado, mesmo tendo em conta as dificuldades e os erros próprios de uma cooperação que dá os primeiros passos.

Durante a sessão de encerramento usaram as palavras vários deputados, em nome dos grupos políticos que suportam institucionalmente o Intergrupo: uma deputada espanhola pelo grupo socialista, um alemão pelo grupo dos Verdes e o camarada Sérgio Ribeiro pelo GUE. O deputado italiano Rinaldo Bontempi, presidente do Intergrupo, recebeu formalmente as conclusões aprovadas pelas ONGs, tendo comprometido o Intergrupo na sua divulgação junto das diferentes instituições comunitárias, para além de ter anunciado que as mesmas passariam a constituir um referencial obrigatório da actividade futura do Intergrupo.

■ Honório Novo

## Presenças e Ausências...

Se uma forma de medir a importância de uma conferência deste tipo é o número e a origem dos participantes, então é certo que esta foi um êxito pleno. De facto, estiveram presentes 47 ONGs europeias (!) de Itália, França, Espanha, Portugal, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Grécia, Noruega, Luxemburgo, Alemanha e Suécia, para além de 9 ONGs cubanas.

O Governo Cubano considerou de grande importância a realização desta conferência. Só assim se explica, por exemplo, a presença de Isabel Allende, vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, e de Osvaldo Martínez, antigo ministro da Economia e actual presidente da Comissão de Economia da Assembleia Nacional do Poder Popular nas sessões de abertura e encerramento oficial da conferência, onde, naturalmente, foram convidados a usar da palavra pela Presidência do Intergrupo.

E no outro prato na balança deve referir-se, tal como o fez o camarada Sérgio Ribeiro, as decepcionantes ausências da Comissão e do Conselho (decepcionantes e protocolarmente inadmissíveis já que o Estado Cubano estava representado ao mais alto nível), apesar do apoio financeiro que a primeira concedeu à realização da conferência. Tal como referiu o nosso camarada, os principais atingidos com tais ausências foram as ONGs, designadamente as europeias, que esperavam a presença de interlocutores que pudessem responder atempadamente a questões relativas à resolução de problemas concretos com que se deparam no quotidiano das respectivas actividades. Mas nem tais ausências foram capazes de esmorecer a determinação e a vontade dos presentes em cooperarem com Cuba e o seu povo.

## E se fosse nos EUA?

O ministro dos Negócios Estrangeiros cubano sustentou que a campanha actual é uma conspiração da ultradireita cubano-norte-americana, que conta com o auxílio das figuras mais extremistas do Congresso dos EUA, e que age não só contra Cuba mas contra a própria administração daquele país, que a meio de uma luta eleitoral, pode provocar graves contradições e problemas no plano bélico.

## PCP/MPLA



Paulo Jorge, Secretário do Bureau Político para as Relações Exteriores do MPLA, avistou-se, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes, com o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e teve um encontro com Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da secção internacional do PCP. Nesta ocasião, foram trocadas informações sobre a situação nos dois países, a actividade dos dois partidos e confirmada a vontade de desenvolver as relações tradicionais de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o MPLA.



### Dia de anos em Setúbal

Os 75 anos do Partido foram comemorados no próprio dia 6 de Março - quarta-feira da semana passada - com um jantar promovido pela Organização Concelhia de Setúbal do PCP, num restaurante da cidade. O convívio, em que participou o Secretário-geral, Carlos Carvalhas, reuniu perto de trezentos camaradas e amigos, decorreu com grande animação a que numerosos jovens comunistas presentes deram o tom. Durante a confraternização houve oportunidade para intervenções, apresentadas pela camarada Maria João Luz, da Comissão Concelhia, que aludiu também ao 8 de Março, cujas comemorações iam



coincidir com o grande comício do PCP realizado na sexta-feira. Tomou ainda a palavra o jovem camarada Nuno Marques, numa breve e emocionada intervenção. Carlos Carvalhas interveio no final sobre o significado das comemorações e foi convidado a entregar cartões

a jovens militantes, anunciando a inscrição, nesse convívio, de mais um camarada. Por fim, cortou-se o bolo de aniversário e celebrou-se a passagem do aniversário ao som da Internacional e do hino nacional. A leitura de poemas de Ary dos Santos completou a jornada.

### Carlos Carvalhas em Aljustrel e Ferreira do Alentejo

O 75º aniversário do Partido Comunista Português foi comemorado em Aljustrel e Ferreira do Alentejo, distrito de Beja, no passado domingo, com a presença do Secretário-geral do PCP.



Na vila mineira, cerca de 400 pessoas encheram o Cine-Teatro Oriental para ouvir Carlos Carvalhas e, em Ferreira, mais de duas centenas de convivas participaram num animado jantar-convívio. O dirigente do PCP foi recebido e acompanhado nesta sua visita ao Alentejo por António Vitória, Bernardina Sebastião e Manuel Camacho, do Comité Central, e membros do DORBE.

Em Aljustrel, depois de se solidarizar com a luta que os mineiros das Pirites Alentejanas travam para manter os seus postos de trabalho, Carlos Carvalhas incitou os mineiros a perseguir esse combate «mostrando que é através da luta, da intervenção

e não da resignação que se pode transformar a sociedade». Referindo-se à política do novo Governo que, em seu entender, se aproxima muito da praticada pelo PSD, Carlos Carvalhas afirmou: «Claro que o discurso é diferente, claro que aqui e ali tem resolvido positivamente tal ou tal questão, mas nas questões centrais de desenvolvimento, o PS infelizmente continua a praticar uma política que levanta a bandeira de Maastricht, que levará a mais falências, mais trabalho precário e

comprometerá o nosso desenvolvimento e o nosso futuro». Em Ferreira do Alentejo, no final do jantar-convívio dos 75 anos do PCP, no amplo salão dos Bombeiros, Carlos Carvalhas depois de falar no significado do aniversário do PCP, referiu-se ao momento político actual e aproveitou para saudar as mulheres e dizer-lhes que «podem contar com o Partido na sua luta para que a legislação progressista que foi aprovada no nosso país tenha efectiva aplicação prática».

### Álvaro Cunhal com trabalhadores na Atalaia

A Quinta da Atalaia foi o local escolhido por células de empresa, activistas sindicais e membros das ORT's do distrito de Setúbal, para a comemoração dos 75 anos do PCP.



Muito «à maneira da Festa», a jornada começou com um jogo de futebol de salão, na parte da manhã, seguindo-se o almoço.

Numa pequena intervenção, Álvaro Cunhal afirmou: «A actual ofensiva contra os direitos dos trabalhadores levada a cabo pelo governo do PS, em particular a que decorre do acordo de concertação social e que em muitos aspectos ultrapassa os desígnios do pró-

prio PSD derrotado em 1 de Outubro, não está desligada da natureza da exploração dos trabalhadores, que neste momento se faz sob uma rápida concentração do sector produtivo nacional estratégico nas mãos de muitos

que foram o suporte do regime fascista».

A iniciativa, que reuniu cerca de 200 pessoas, contou ainda com a presença de Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política do CC, e membros da DORS do PCP.



# 75 anos de vida e de luta PCP em festa



Era de festa o ambiente que se viveu, na sexta-feira à noite, entre os comunistas que, no comício comemorativo do 75º aniversário do PCP, enchiam completamente o Pavilhão Carlos Lopes.

Já tarde, pouco antes de se iniciarem as intervenções, os comunistas da margem sul, atrasados pelo intenso tráfego que se verificava na Ponte 25 de Abril, entraram apressados na sala onde já tinham começado a actuar os grupos que integravam o espectáculo musical que antecedia o comício - o conjunto «O que Som Tem», o grupo de batucque cabo-verdiano da Amadora «Finka-Pé» e o grupo coral de Almada «Canto Novo». Quase nem deu para reparar no enorme bolo que, às fatias, era vendido no átrio, juntamente com um copinho de Moscatel de Setúbal, pela organização de Lisboa.

Com a entrada «de Setúbal» o recinto tornou-se intransitável. Entretanto, a juventude, que já se havia começado a concentrar à frente do palco, para «não perder pitada», expandia a sua energia. E foi com alegria, entusiasmo e confiança que mais jovens e menos jovens escutaram atentamente os discursos que pouco depois se iniciaram.

A mesa que presidia ao comício era composta por membros da direcção nacional da JCP, das direcções das organizações regionais de Lisboa e Setúbal do PCP, da Comissão Central de Controlo e dos Organismos Executivos do Comité Central.

O comício foi aberto por Francisco Lopes, do Secretariado do CC, que informando sobre as numerosas saudações que, entretanto, tinham sido dirigidas ao PCP pelo

seu 75º aniversário, chamou ao palco os representantes das organizações que tinham querido assinalar a data com uma oferta sua. Da célula da Lisnave ao organismo de direcção dos bancários, da comissão de freguesia de Odivelas à comissão concelhia do Seixal, da célula do STAL à célula dos CTT, foram cerca de trinta as organizações que fizeram questão de assim assinalar a ocasião. Mas foi, sem dúvida, a oferta da JCP a que mais emocionou o Pavilhão: 5 inscrições de jovens comunistas no Partido.

E foi também um jovem comunista, Alexandre Araújo, o orador que antecedeu Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional, e Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, nas intervenções que fizeram e que se publicam nas páginas seguintes.





EM FOCO

**Intervenção  
de Carlos Carvalhas**

# Um áspero mas apaixonante

Ao celebrarmos, comemorarmos e festejarmos o 75º aniversário do nosso Partido – o Partido Comunista Português – celebramos muitíssimo mais de que uma efeméride ainda que ela, só por si, também convoque a nossa emoção e a nossa alegria.

Celebramos, sobretudo, as sete décadas e meia de incomparável presença, intervenção e acção de um partido – o nosso partido – que, desde o já longínquo ano de 1921 até aos nossos dias, vem travando, com os trabalhadores e o povo, um áspero mas apaixonante combate pela liberdade, pela democracia, por uma vida melhor, pela dignidade e direitos dos cidadãos, pelo socialismo e os seus generosos ideais e valores humanistas.

Celebramos, não uma simples soma de anos, não uma mera passagem do tempo, mas a forma corajosa, empenhada e generosa como o nosso Partido soube sonhar e viver estes setenta e cinco anos e os ideais libertadores e revolucionários a que sucessivas gerações de comunistas se devotaram numa trajectória colectiva construída por muitas formas de heroísmo e de grandeza que são parte integrante e irreversível da nossa memória e do nosso património de experiência, de luta e de valores.

Celebramos, pelo seu valor histórico e pela sua importância essencial para o Portugal em que hoje vivemos e para o Partido que hoje somos, o longo combate e luta clandestina do PCP contra a ditadura fascista e pela vitória da liberdade, base fundamental da conquista de valores, transformações e avanços democráticos, que hoje, para muitos portugueses, podem ser tão naturais como o ar que respiram, mas que custaram trabalho, luta, sangue e sacrifícios sem conta.

Celebramos o papel e a intervenção do PCP na fundação, construção e defesa do regime democrático, celebramos de facto, como marco inesquecível da história do PCP e elemento fundamental para a sua configuração como grande partido de massas, o papel e a intervenção do PCP na Revolução de Abril, no avanço de históricas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que ainda hoje, apesar de drasticamente diminuídas e golpeadas, pesam positivamente no nosso viver colectivo.

Celebramos a resistência, a luta e o esforço dos últimos vinte anos contra a ofensiva generalizada da política de direita, em brutal e continuada revanche e agressão contra o património mais importante da revolução democrática, organizando a luta no quotidiano, marcando sempre presença contra as injustiças e prepotências, desenvolvendo uma vasta acção construtiva nas mais diversas esferas da vida nacional, continuando sempre a trabalhar pela conquista de uma nova política e de uma mudança democrática, ao serviço do povo e do país.

Celebrando os 75 anos de vida e de luta do PCP, há sobretudo um compromisso de honra, que ilumina o nosso passado, que renovamos para hoje e para amanhã, perante o povo português.

O grande compromisso de honra de que este Partido, que se orgulha da sua história, do seu projecto e do seu nome de Partido Comunista Português, não desertará do lugar e das causas que deram sentido a 75 anos da sua vida e, com os trabalhadores, com a juventude, com todos os portugueses e portuguesas vinculados aos ideais de liberdade e de progresso social, prosseguirá, com energias renovadas, a sua luta pela democracia, pelo socialismo, por Portugal.

## O novo quadro político

Este nosso Comício comemorativo do 75º aniversário do Partido decorre também num quadro político novo, mas em que o PS, infelizmente, prossegue, no essencial, a política que foi derrotada nas urnas em 1 de Outubro passado.

Uma política que como se pode ver na proposta de lei da polivalência e da flexibilidade, no programa de privatizações e no Orçamento de Estado, navega com as bandeiras de Maastricht e merece os aplausos mais rasgados dos grandes senhores do dinheiro.

Esta orientação é particularmente chocante sabendo-se como se sabe que os portugueses votaram pela mudança de política, por uma ruptura com a política de direita.

De facto, para além do discurso para disfarçar o conteúdo, para além das questões de estilo e da resposta positiva a alguns problemas pontuais, nas questões de fundo, não há mudança, mas sim a continuidade.

**Não há mudança nem política de esquerda** quando o Orçamento de Estado mantém a mesma estrutura, as mesmas injustiças sociais, os mesmos benefícios fiscais de milhões de contos às actividades especulativas e financeiras, quando desacelera o investimento público nas funções sociais do Estado e que por isso mesmo é viabilizado pelo CDS/PP com os elogios rasgados de Ferraz da Costa e outros representantes das Confederações do grande patronato. É um Orçamento cozinhado com a direita em que, mesmo para a “paixão” da educação desacelera o investimento, chegando quase a zero na rede pública do ensino pré-escolar! É um Orçamento de Maastricht e do desemprego.

**Não há mudança nem política de esquerda** quando se sacrifica o crescimento económico, quando se sacrifica a nossa agricultura, as nossas pescas e importantes sectores da nossa indústria à marcha forçada para a Moeda Única.

**Não há mudança nem política de esquerda** quando se defende uma política laboral contra os direitos dos trabalhadores, contra a liberdade de negociação e a contratação colectiva.

**Não há mudança nem política de esquerda** quando se diminui em 28% os investimentos no sector da agricultura e escandalosamente se aumenta as benesses aos grandes proprietários absentistas do Alentejo pelo processo da Reforma Agrária, depois dos milhões que já receberam do PSD.

**Não há mudança nem política de esquerda** quando se quer levar à prática uma política que vai trazer mais falências, mais salários em atraso, mais e mais desemprego e mais casos como os de Sto. Tirso.

Não, esta não é uma política de esquerda, esta é a política que tem o apoio efectivo da direita. O governo PS assume assim uma grave responsabilidade pela continuação das orientações que combateu enquanto esteve na oposição e assume a responsabilidade pelos parceiros que escolhe para aprovar a sua política assente nos dogmas monetaristas e neoliberais que vai trazer mais desemprego e mais dificuldades para mais famílias portuguesas. E certamente que, para muitos e muitos



trabalhadores que votaram no Partido Socialista, não passaram despercebidos os aplausos e os elogios rasgados das Confederações do grande patronato e até as manifestações públicas de arrogância de alguns dos seus membros quando afirmaram que as alterações à legislação laboral, à polivalência e flexibilização, significando o fim das carreiras e a permissão para o aumento do trabalho até às 10 horas diárias e 50 horas semanais são para ser concretizadas, doa a quem doer! Sentem as “costas quentes”.

Mas podem contar com o nosso inequívoco, determinado e firme combate. E se o PS fizer aprovar com a direita a proposta de lei da polivalência e da flexibilização, ficará com um ferrete mais marcante que aquele que assumiu quando o seu Governo avançou com a lei dos contratos a prazo e com a tentativa de retirada do 13º mês.

E os mesmos que aplaudem o Governo por querer avançar com tais medidas são os mesmos que não poupam elogios ao programa acelerado de privatizações do PS, que é uma cópia do PSD, o que é tanto mais escandaloso quando o Governo se vê obrigado no próprio Relatório do Orçamento a dizer que o SEE tem vindo a assumir cada vez mais, um papel dinamizador da economia nacional, reforçando a sua capacidade empresarial e a realização de importantes investimentos de desenvolvimento e a modernização das infra-estruturas básicas do País.

E vai até mais longe escrevendo preto no branco, que o conjunto das empresas públicas contribuirão em 1996 com 191 milhões de contos da receita fiscal do Estado para além de terem entregue nos cofres públicos mais 114 milhões de contos de dividendos.

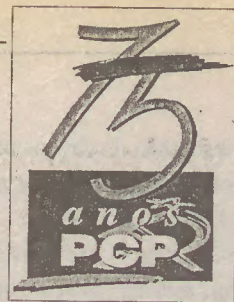
Então se o Governo diz isto do SEE porque privatizar avanças fundamentais da economia portuguesa, porquê continuar a venda ao desbarato da propriedade social, que é pertença do povo comprometendo o futuro e a soberania do País? Será então difícil perceber o regozijo, os sorrisos e o frenesim dos grandes senhores do dinheiro e o comportamento positivo dos chamados mercados, essa entidade mítica que não é mais do que o conjunto das respostas da oligarquia, da especulação e do grande capital financeiro. Estes vêem o Governo PS, na actual conjuntura, como o melhor gestor do capitalismo neoliberal. O Governo que pode continuar e ir até mais longe na “obra” do PSD que já estava desacreditado e isolado.

Mas o PS que não tenha ilusões, pois quando os problemas se agudizarem, quando as falências, os salários em atraso e o desemprego descenderem à rua, a direita que agora lhe dá apoio e o aplaude será a primeira a tirar-lhe o tapete e com o maior descaramento dirá que aquelas são as consequências da esquerda no poder. Não. Não são.

É por isso que temos reafirmado que quem está no Governo não é a esquerda mas sim o PS que, nas questões fulcrais, segue, infelizmente, uma política que pode ser assinada, com ou sem disfarces, quer pelo PSD, quer pelo CDS/PP.

Quem levanta claramente as bandeiras da esquerda e as bandeiras do 25 de Abril, quem defende sem tibiezas uma política de desenvolvimento económico e de justiça social é este grande partido, que não ajoelha perante as dificuldades, que não cede perante as pressões da direita ou do grande capital, o Partido Comunista Português.

É importante que se reafirme aqui, face a certas teorizações que procuram apresentar o governo minoritário PS como praticando entendimentos, consoante as matérias, ora com o PSD e o PP, ora com o PCP, que nenhuma convergência do PS



# combate

com o PCP para a aprovação de medidas pontuais positivas servirá para esconder a evidência de que para a realização da política de direita em que o PS, infelizmente, está empenhado, as suas alianças e entendimentos estratégicos serão necessariamente com os partidos de direita. Como, aliás, ficou claro, um Orçamento de Estado estruturalmente de direita só poderia ser apoiado pela direita. Foi viabilizado pelo CDS/PP, mas também o poderia ter sido pelo PSD, que só não o fez por mera tática política.

Uma política estruturalmente de direita só pode ser apoiada pela direita.

Mas com esta orientação serão muitos e muitos socialistas e muitos e muitos eleitores que tendo votado no PS se sentirão desencantados e desiludidos e que compreenderão a necessidade do reforço do PCP, para que haja uma verdadeira mudança, para que se dê resposta às questões do desemprego e às necessidades do desenvolvimento.

Começa a ficar cada vez mais claro quem quer seguir a velha política, a política de concentração de riqueza e quem defende uma nova política, uma política humanista, de justiça social e de desenvolvimento. Mas também começa a ficar mais claro a quem serve a política do CDS/PP, mais desmascarada a sua demagogia anti-Maastricht e o seu populismo, o populismo de um Partido que congrega descontentes do PSD, nostálgicos do salazarismo e que se mostra cada vez mais como a corrente de transmissão da CIP. Há até quem diga que, depois da viabilização do Orçamento, o Champalimaud já terá afirmado: "Manuel Monteiro estás perdoado, fica lá com o cheque..."

É necessário dar combate a estas orientações. Por isso, afirmamos que a concretização das esperanças criadas na sociedade portuguesa pela derrota da direita exige, não atitudes de expectativa e de passividade, mas antes, que prossiga e se amplie a reclamação de uma nova política, na base de um activo exercício dos direitos democráticos e do desenvolvimento de um grande movimento de opinião, de protesto, de iniciativa e de luta.

E não há, na nossa atitude, nenhuma má vontade, nenhuma intransigência nem qualquer oposição sistemática em relação ao governo PS.

O que há na atitude do PCP é, essencialmente, a sua fidelidade às aspirações de mudança, e a sua crítica, que não é feita com gosto, a uma política que corresponde aos interesses egoístas do grande capital financeiro e aos objectivos claramente perfilhados pelos partidos de direita.

Nem vale a pena que se insista no velho truque de dizer que seriam a intransigência ou o sectarismo do PCP que estariam a «empurrar» o PS para a direita.

Como as experiências governativas do PS em 76-79 e em 83-85 mostraram exuberantemente e como a experiência de agora está a confirmar, o PS nunca precisou de ser empurrado para a direita por ninguém, pela simples razão de que lá foi parar pelas suas próprias opções e vontade e para lá caminhou pelos seus próprios pés.



**A nossa principal acusação ao PS não é, evidentemente, a de, em quatro meses, não terem resolvido os graves problemas nacionais.**

**Não. A nossa acusação principal é outra: é a de, em quatro meses, não haver domínio efectivamente decisivo da política nacional – isto é, daqueles que são verdadeiramente estruturantes e irão condicionar mais fortemente a evolução da vida nacional – em que o PS tenha definido e posto em prática uma orientação realmente diferente da seguida pelos governos do PSD.**

Falamos da questão determinante da política de integração europeia e da questão maior da defesa da produção nacional e do presente e futuro da nossa agricultura, das nossas pescas, da nossa indústria.

Falamos da melhoria dos salários, pensões e reformas e em geral das condições de vida da população, da justiça social.

Falamos dos direitos dos trabalhadores e do combate aos despedimentos, a desregulamentação e a precariedade do trabalho.

Falamos da defesa do interesse público e nacional na organização e na política económica e da rejeição do seu controlo pelo grande capital e pela especulação financeira.

Falamos do desemprego, que foi um dos temas mais evocados pelo PS na sua campanha eleitoral e que não só tem continuado a aumentar como a prosseguir tal política, ainda vai crescer mais.

Por isso, vós estareis de acordo, certamente, que o Partido tenha uma só cara, que honre os seus compromissos, que se mantenha firme e combativo à política que vai agravar os problemas nacionais e às pressões da direita.

Não há discursos por mais retórica social que conttenham, nem promessas de diálogo por mais altissonantes que sejam, que dêem empregos a quem os não tem ou que encham estômagos a quem os tem vazios.

Nem haverá retórica que disfarce o clientelismo que se instalará se prosseguir a política de concentração de riqueza. E, por isso, quando andam por aí alguns querendo mostrar-se muito incomodados nos partidos e no Estado com os **jobs for the boys**, que é a tradução inglesa dos portuguesesíssimos "tachos para a rapaziada", nós afirmamos, daqui, que a mesma política produz os mesmos resultados. O que é necessário não é a reconstituição da política dos lobies e do clientelismo, o que é necessário é uma política de desenvolvimento e de bem estar das populações, o que é necessário é aumentar o emprego para a juventude e para as mulheres, que são as primeiras vítimas dos despedimentos e emprego para os milhares de trabalhadores que se viram obrigados a aceitar reformas antecipadas. Do que Portugal precisa não é da velha política de concentração da riqueza e das mordomias, mas sim, de uma nova política que defenda e valorize a produção nacional e o aparelho produtivo do país, que estimule a intervenção dos trabalhadores e a sua formação permanente, que dinamize a nossa indústria, a nossa agricultura, as nossas pescas e os serviços, de uma política que eleja o crescimento equilibrado, na sua vertente espacial e ambiental, o emprego e o bem-estar das populações como grandes prioridades e não os critérios de Maastricht e as actividades financeiras e especulativas.

Por isso, a direita, sabendo que o prosseguimento da política do Governo vai frustrar esperanças e provocar inevitavelmente um grande descontentamento, apressa-se, também, a tentar mudar o texto constitucional para encontrar depois cobertura legal para os factos consumados, para a repressão e para a sua manutenção no poder em alternância, através de leis eleitorais que lhe dêem a vitória na secretaria.

É assim que o projecto de revisão constitucional apresentado pelo CDS/PP que quer desempenhar o papel de lebre neste processo, elimina ou atinge gravemente os direitos dos trabalhadores e das suas organizações, elimina o princípio da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, altera o equilíbrio de poderes, diminuindo os do Presidente da República e aumentando os do Governo, consagra novas indemnizações aos agrários e suprime significativamente qualquer referencia ao 25 de Abril e ao fascismo.

O PSD também quer eliminar os direitos sociais dos trabalhadores e defende um projecto que desvirtua profundamente a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos.

Por sua vez, o PS, embora tenha um projecto de revisão Constitucional diferente, incluindo até, propostas de anteriores projectos de revisão do PCP, o que é certo é que nas questões eleitorais, para além de querer suprimir a eleição directa das Câmaras Municipais, quer também rever a legislação eleitoral, a pretexto da aproximação dos eleitos aos eleitores, mantendo todas as ambiguidades e defendendo os círculos uninominais.

Mas só há revisão constitucional com a maioria de 2/3. Em 1994, não chegou a haver acordos entre o PS e o PSD porque as eleições estavam perto e receavam as consequências.



## EM FOCO

Agora, depois do que se viu na aprovação do Orçamento de Estado é caso para se perguntar com quem e com que preço para a democracia é que o PS quer fazer a Revisão.

É necessário que a opinião democrática se dê conta do que é que está em marcha e do que é que está em jogo para que se trave um firme combate para a defesa da proporcionalidade e da autenticidade na conversão de votos em mandatos, de um combate em defesa da Constituição da República Portuguesa.

## Um Partido voltado para o futuro

O nosso Comício realiza-se por feliz coincidência, no dia 8 de Março. Queríamos daqui saudar muito especialmente todas as militantes do Partido e através delas as mulheres do nosso país, dizendo-lhes que podem contar com este Partido na luta pelo emprego, pelos seus direitos, pela sua participação em igualdade, e pela concretização de legislação progressista que lhes é dirigida.

Mas neste ano do 75º aniversário, terá lugar, também, o Congresso da JCP, a Juventude do PCP, que daqui saudamos com grande confiança. E este ano comemoraremos também o 20º aniversário da Festa do "Avante!" e realizaremos, em Dezembro, o nosso XV Congresso.

É um ano de grande afirmação partidária, de grande exigência política que necessitará de todos e de cada um, muito empenho e militância.

Estamos confiantes que o nosso Partido saberá estar à altura das suas tradições e responsabilidades e que o nosso Congresso representará um novo e importante impulso na iniciativa e na acção do PCP, na luta pelos seus ideais e projecto, prosseguindo a renovação e a afirmação do seu insubstituível papel na sociedade portuguesa, uma luta pelo aprofundamento da democracia pelo bem-estar do povo, pelo socialismo e por Portugal.

E, com o objectivo do nosso reforço, como sabeis, o Comité Central decidiu concretizar até ao fim do ano uma Campanha Nacional de Adesão ao Partido, tendo fixado como objectivo trazer ao nosso colectivo mais 5 000 novos militantes.

Estamos certos que todas as organizações do Partido, que todos vós, que todos nós, nos vamos empenhar nesta tarefa para que ela seja concretizada com êxito, para que o nosso Partido seja mais forte e mais interveniente.

E digam o que disserem os guardiões das ideias e dos interesses dominantes, digam o que disserem os mentores e cortesãos do «pensamento único», digam o que disserem os banalizadores do inaceitável e do intolerável, digam o que disserem os campeões da resignação e de renúncia, o que é **moderno e tem futuro** não é querer aprisionar a esperança e o futuro da humanidade num suposto «fim da história» sustentado na pretensa eternidade e superioridade do capitalismo, mas sim ter a vontade e a coragem de lutar pela sua superação, de lutar pela construção de novas sociedades libérrimas da exploração do homem pelo homem, num projecto enriquecido, renovado e construído pela acção e intervenção dos povos, que acolha o melhor do património já conquistado pela humanidade e que esteja aberto para as novidades que o devir histórico seguramente trará.

O que é **moderno e tem futuro** não é a apropriação dos recursos e riquezas, mundiais ou nacionais, por uma minoria de privilegiados, não é a dominação dos interesses do grande capital sobre os povos e países à custa de trágicos e incontáveis sofrimentos, humilhações e ofensas à dignidade dos seres humanos, mas a coragem de proclamar o Homem, os seus direitos, as suas aspirações, a sua dignidade e a sua felicidade como eixo central da organização das sociedades e da definição das políticas.

O que é **moderno e tem futuro** não é querer entrar no terceiro milénio com os direitos dos trabalhadores e os direitos sociais dos cidadãos reconduzidos ao nível do princípio do século XX, mas defender o património histórico de direitos duramente alcançados pela luta dos trabalhadores e dos povos ao longo deste século e promover o seu reforço e alargamento.

O que é **moderno e tem futuro** não são os golpes e projectos para, por mil formas, mutilar, empobrecer, desfigurar e subverter a democracia e expropriar a soberania popular atribuindo aos «mercados» (leia-se o grande capital e a especulação financeira) uma verdadeira tutela sobre os povos e as deci-

sões nacionais, mas a defesa e reforço da democracia representativa, a sua articulação com a democracia participativa, o combate sem tréguas pelo pluralismo e pelos grandes valores da vida democrática.

O que é **moderno e tem futuro** não é a liquidação da soberania de Estados e nações a favor de instâncias supranacionais e do agravamento de desonrosas sujeições e dependências, mas a corajosa afirmação do valor das identidades e das soberanias nacionais num quadro de uma activa e multi-forme cooperação internacional fundada no direito, na justiça, na igualdade, no respeito pelo direito dos povos à liberdade, ao bem-estar e à independência.

O que é **moderno e tem futuro** não é o arrivismo, a falta de escrúpulos, o egoísmo, o conformismo e a resignação perante o que é injusto, mas a coerência, a verticalidade, a seriedade, a capacidade de revolta e de indignação, a coragem de enfrentar as dificuldades, a vontade de dar testemunho, de construir e de rasgar novos horizontes de esperança e de mudança, de transformação e de progresso.

## Com a nossa identidade atentos à mudança

Ao celebrarmos, com emoção e com uma imensa alegria mas também com o pleno sentido das nossas responsabilidades, os 75 anos de vida e de luta do Partido Comunista Português, afirmamo-nos profundamente vinculados à nossa identidade e ao nosso património político e ideológico, **mas, por isso mesmo, despertados e atentos para a mudança e a renovação que o curso da vida e da realidade constantemente exigem.**

**Firmes nas nossas convicções e no nosso ideário mas, por isso mesmo, abertos para a reflexão crítica e para o estímulo que podemos encontrar no diálogo e no debate com concepções e pontos de vista diferentes.**

Seguros do papel que desempenhamos na sociedade portuguesa, mas, por isso mesmo, sempre voltados para a congregação de esforços, a união de vontades e aspirações, a mobilização de energias, capacidades e valores democráticos e de esquerda que fazem falta para um projecto político que esteja à altura dos desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados à beira do século XXI.

Unidos na audácia, na determinação e na combatividade para conquistar os êxitos, as vitórias e os avanços rápidos que a defesa dos interesses populares inegavelmente reclama, mas também unidos, conscientes e preparados para as batalhas difíceis e de longa duração que sempre teremos pela frente.

Solidamente empenhados em manter e reforçar a unidade e os laços de fraternidade e de solidariedade no nosso colectivo partidário e o seu empenho comum na definição e na concretização da orientação e das tarefas do Partido, mas, por isso mesmo, sempre valorizando a contribuição de cada militante, sempre fortalecendo a democracia interna, sempre defendendo como uma insubstituível riqueza a diversidade de percursos, de origens sociais, de experiências e de opiniões e sempre a vendo como uma seiva indispensável da nossa acção colectiva.

Orgulhosos do que somos, do que fazemos e do que valemos, mas, por isso mesmo, distantes de quaisquer atitudes de jactância ou arrogância, portadores da legítima e necessária ambição de fazer melhor e servir melhor. De valer mais, de no pensamento e na acção do nosso Partido fazer reflectir ainda com mais força e dar maior irradiação e projecção à dimensão humanista e revolucionária dos ideais comunistas, à actualidade, modernidade e perspectiva de futuro do nosso projecto e da nossa causa, a grande causa da liberdade, da democracia, do socialismo.

Viva Portugal!  
Viva o Partido Comunista Português!

# Uma via

Ao participarmos neste comício comemorativo do 75º aniversário do nosso Partido, ao vivermos este ambiente de entusiasmo somos tomados de alegria, porque se evidencia aqui hoje, uma vez mais, que este partido que alguns anunciaram a definhar e prestes a morrer, está cheio de força, de vida e de vitalidade.

Aqui está hoje o PCP a confirmar que não é um partido que alguém possa esperar que capitule e se acomode com a política de direita, mas um partido sempre no combate e pronto ao combate - o Partido Comunista que sempre foi comunista e vai continuar a sê-lo.

Ainda aparecem, de vez em quando, alguns adversários desesperados que não se conformam em que o PCP continue a ser o PCP e por isso manifestam ainda esperanças de que o PCP possa vir a seguir uma via diferente daquela que seguiu e segue. É bom que se desiludam. Todos sabemos onde conduziram as tão faladas e incitadas outras vias. Foram dar a porta-vozes no PS ou a tachos no PSD. A nossa via é a via que se iniciou em 1921 e em que em 1996 nos encontramos, via não certamente em linha recta, linha com curvas mais ou menos apertadas, com vitórias e derrotas, com subidas e descidas, com pontes e com túneis, percorrendo tanto belos dias de sol como aguaceiros e tempestades, mas sólida, segura e pela qual prosseguimos sempre com convicção e confiança apontando na direcção do socialismo e do comunismo.

Há quem pergunte: Porquê tão profunda convicção e confiança? Porquê este incansável empenhamento? Porquê o defrontar as dificuldades, os obstáculos, os momentos mais difíceis com tanta coragem e serenidade? Porquê, no pântano de falsidades, mentiras, traições, renúncias, promessas não cumpridas, escândalos e corrupções que enodoam a sociedade actual, porquê o nosso Partido é o que é no presente? Porquê um partido que com razão consideramos e é considerado por vastíssimos sectores da população não só necessário mas indispensável e insubstituível na vida nacional?

A razão encontramos-la precisamente na história destes 75 anos que agora comemoramos. O nosso Partido é o que é no presente porque é um partido caldeado, forjado, temperado, em 75 anos de luta, sempre com a classe operária, sempre com os trabalhadores, sempre com as massas populares. Porque é um partido que tem como princípio e prática falar verdade ao povo mesmo que falar verdade suscite contra o Partido ódios e perseguições. Porque é um partido educado na frontalidade, na audácia e na coragem e com inigualável experiência nas mais variadas formas de luta segundo as condições concretas existentes.

Se referimos este património de luta de 75 anos do nosso Partido não é com sentimentos passadistas, mas porque, além do seu valor histórico, esse património nos dá força, capacidade, convicção para a nossa luta presente e para olharmos o futuro com confiança.

## A importância do património de luta na acção presente do Partido

O conhecimento e valorização do património de luta do Partido impõe-se tanto mais quanto é certo que continua em desenvol-



## Intervenção de Álvaro Cunhal

# Sólida e segura

vimento uma orquestrada campanha de falsificação da história, nomeadamente da história mundial e nacional no século XX prestes a findar.

O mal não é haver legítima diversidade da interpretação da história. O mal é a falsificação, é a mentira utilizada como verdade absoluta, provada e julgada.

**Mentem ao falar da ditadura fascista** tentando o

seu branqueamento. Não lhe chamam fascista, nem mesmo ditadura, mas "regime anterior" ou "antigo regime". A liquidação das liberdades, a tirania, perseguições, prisões, torturas por vezes até à morte, condenações chegando a ultrapassar 20 anos, assassinatos, seriam não realidades da repressão fascista mas invenções ou exageros maldosos dos comunistas.

Para compreender a realidade presente, as actividades antidemocráticas, os valores a defender, é necessário que o povo português não esqueça e que a juventude saiba o que foi a ditadura fascista em Portugal, quais eram as forças sociais e políticas que determinavam a política de exploração e terror, quais eram as forças que combatiam o fascismo e lutavam pela liberdade e a democracia.

Ao comemorarmos o 75º aniversário do nosso Partido, nós, como sempre fizemos, prestamos homenagem aos democratas que não sendo comunistas também lutaram, muitas vezes ao nosso lado, contra a ditadura. É porém uma verdade histórica que não só, durante longos anos, não havia praticamente em Portugal nenhum outro partido democrático além do PCP forçado à clandestinidade, como na luta para por termo ao fascismo, para alcançar a liberdade e a democracia nenhuma outra força política se pode comparar ao PCP.

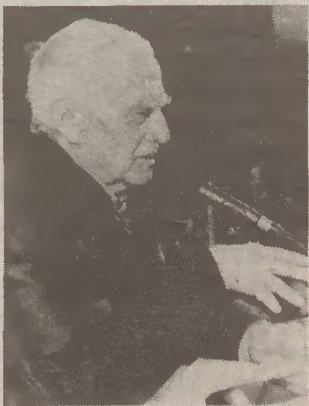
**Mentem ao falar do Governo de Marcelo Caetano** que, com manobras demagógicas liberalizantes, procurou salvar a ditadura, a exploração e o domínio coloniais e o poder dos grandes monopolistas e dos latifundiários, mas que, segundo os falsificadores da história, teria sido o caminho para a democracia, que o 25 de Abril (acusam eles) impediu se concretizasse.

É particularmente importante conhecer e compreender o que foram esses anos para compreender tudo quanto sucedeu na Revolução de Abril, as sucessivas tentativas de golpe visando a instauração de uma outra ditadura, as conspirações e sabotagem dos grupos monopolistas e dos latifundiários, as actuações e responsabilidades das várias forças sociais, dos vários sectores militares e dos partidos políticos.

Neste 75º aniversário, é indispensável salientar a luta revolucionária do nosso Partido para pôr termo à ditadura, para pôr fim às criminosas guerras coloniais, que alguns procuram agora glorificar e na qual foi sacrificada a vida de milhares de jovens na defesa de interesses contrários aos interesses de Portugal. Luta que contrariaram sectores do movimento democrático que não acompanhavam a revolução antifascista já então em marcha imparável e que pretendiam estabelecer um compromisso e colaboracionismo com Marcelo Caetano. Luta heróica do nosso Partido que desempenhou papel sem paralelo na criação de condições que conduziram ao levantamento militar seguido do levantamento popular, ao 25 de Abril, à revolução democrática.

**Os falsificadores da história mentem também ao falar do 25 de Abril** e da revolução democrática que atacam e insultam nos termos mais vis. Reaparecem com larga cobertura na comunicação social, fascistas bem conhecidos do passado e ultra-reaccionários intitulado-se democratas a acusarem de não serem democratas os que com o MFA e o povo libertaram Portugal do terror fascista e instauraram a democracia. Pouco lhes falta para dizer, que, se pudessem, julgariam e condenariam aqueles que conduziram a luta revolucionária contra a ditadura fascista e que foram obreiros da revolução de Abril poderosa afirmação da vontade popular e que ficará sempre como um momento glorioso na história de Portugal.

No 75º aniversário do nosso Partido, é necessário defender a verdade histórica, esclarecer o povo português e particularmente as jovens gerações do que foi o 25 de Abril e do valor das suas conquistas.



A desastrosa situação em que Portugal actualmente se encontra com a destruição do aparelho produtivo, a desindustrialização, a crise profunda da agricultura e das pescas, o abandono do aproveitamento do subsolo, a submissão a interesses estrangeiros na União Europeia, o desemprego, a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores - esta desastrosa situação não é (como proclamam os falsificadores da história) o resultado da revolução de Abril e das suas conquistas, mas sim da destruição dessas conquistas por sucessivos governos. Lembre-se: do PS sozinho, do PS com o CDS, do PS com o PSD, do PSD com o CDS e do PSD sozinho nos últimos 10 anos.

Ao contrário daqueles que um dia afirmaram uma coisa e fizeram outra, e negam ter afirmado o que afirmaram, negam ter escrito o que escreveram, negam ter feito o que fizeram, negam ou ocultam ter inscrito nos seus programas o que inscreveram, negam ter votado o que votaram, ao contrário desses o nosso Partido sempre tomou e toma responsabilidade do que defende, do que diz, do que faz, dos seus objectivos imediatos e a longo prazo, das suas orientações e da sua acção - na luta contra a ditadura fascista e pela liberdade, na revolução de Abril, na resistência à contra-revolução. É um património de que nós, comunistas, temos legítima razão para nos orgulharmos.

## A contra-revolução, a situação e a política actual

Falamos em contra-revolução porque contra-revolução é a designação exacta para definir o processo que se desenvolveu a partir de 1976 para destruir as grandes conquistas da revolução (nacionalizações, reforma agrária, direitos dos trabalhadores, regime político com elementos criativos de democracia participativa). Esse processo teve um objectivo estratégico fundamental: reconstituir e restaurar os grandes grupos monopolistas e o seu poder.

É necessário sublinhar, porque há ainda quem o não compreenda, que as estruturas socioeconómicas são a base fundamental



das sociedades e que delas são inseparáveis as relações de trabalho e a política social, o sistema político, os critérios oficiais no domínio da cultura, e, no caso português, a independência e soberania nacionais.

Assim, o processo contra-revolucionário de reconstituição e restauração do poder dos grandes grupos económicos teve, como outros elementos essenciais, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, a perversão da democracia política, a política anticultural e a crescente submissão de Portugal a interesses estrangeiros, com graves limitações da soberania nacional.

O Governo de Cavaco Silva e do PSD nos 10 anos em que esteve sozinho no poder apressou esse processo e preparava-se para o completar.

Não conseguiu, porém, completá-lo. Porque as consequências para o povo e o país foram tão graves e desastrosas que acabou por ser derrotado por vontade do povo, acabou por ser corrido e

bem corrido do Governo, perdeu a maioria na Assembleia da República e foi novamente derrotado na tentativa de recuperação nas eleições presidenciais. Cavaco já pensava vir a ficar no poder tantos anos como Salazar. O povo deu a resposta. Já se tem dito: foi o fim do cavaquismo.

**Não se trata de acontecimentos menores. Trata-se de grandes derrotas da reacção, da política de direita e de grandes vitórias da democracia.**

E tem de sublinhar-se que nessa derrota da direita e nessas vitórias da democracia o nosso Partido teve um papel decisivo. Nós assumimos essa quota parte na vitória da democracia. E daí resulta sairmos, destas batalhas mais fortes, mais prestigiados, com mais autoridade e mais larga influência.

**Não se alcançou, é certo, a mudança que inquestionavelmente constituiu a vontade e esperança do eleitorado.** E porquê? Não se alcançou porque o eleitorado pensando que só o PS estava em condições de substituir o PSD no governo, acreditou que o PS poderia significar uma viragem democrática na política nacional. E afinal o PS no governo continua em aspectos fundamentais a política do PSD.

Nós perguntamos: Poderia alguém esperar que o PCP viesse a apoiar na actuação do Governo do PS aquilo que firmemente combateu no Governo do PSD? Só quem não conheça o PCP o poderia pensar.

O nosso Partido, pela sua Direcção, mais de uma vez pela voz do seu secretário-geral camarada Carlos Carvalhas, já tornou clara a nossa posição. **Tomaremos uma atitude positiva para o que for positivo. Mas combateremos firmemente tudo quanto signifique a continuação da política de direita, tudo quanto signifique que o Governo do PS quer levar a seu termo o processo contra-revolucionário que o Governo do PSD pretendia concluir.**

Combateremos nomeadamente a declarada aceleração das privatizações, o Acordo de Concertação Social firmado com a cumplicidade da UGT, o envio de tropas para a Bósnia, o descartar das obrigações sociais do Estado.

Com fundamentada consciência do perigo, combateremos o **plano de instaurar efectivamente um novo sistema e um novo regime político através de novas leis eleitorais antidemocráticas e através de uma nova revisão inconstitucional da Constituição que infringindo princípios fundamentais do direito, pretende instaurar a prática de que não é a política dos Governos que tem que respeitar a Constituição mas que é a Constituição que tem de ser modificada cada vez uma maioria na Assembleia da República e um Governo são substituídos.**

O nosso Partido propõe ao povo português uma política de esquerda, uma Nova Política capaz de resolver os graves problemas que o país atravessa. Travamos e travaremos a luta em todas as frentes. Associamos a acção institucional dos nossos eleitos na Assembleia da República, Autarquias, Parlamento Europeu e outras instituições do Estado, à luta dos trabalhadores, à luta popular, à luta de massas, e ao reforço das grandes organizações e movimentos sociais. Damos particular relevo à CGTP e ao movimento sindical unitário, que os porta-vozes e ideólogos do patronato incitam a que se transforme numa espécie de UGT, mas que (confiamos) os trabalhadores portugueses saberão defender e reforçar, como um movimento sindical de classe, independente, unido e democrático.

Não aceitamos toda essa ideologia e essas pressões e ameaças para que a oposição ao Governo aceite que só tem um lugar pró-





## EM FOCO



prio, o Parlamento, e a voz dos trabalhadores só na Concertação Social deve ser ouvida.

E se, à luta de massas, chamam "a rua" nós dizemos que a rua é também, mesmo em termos constitucionais, lugar próprio para lutar.

Não aceitamos que Portugal capitule e fique de braços cruzados submetido às ordens de Bruxelas. O povo tem uma palavra a dizer. A dizê-la directamente com a expressão da sua vontade, com a sua luta, a sua intervenção directa e imediata, no quadro das liberdades e direitos que a democracia lhe confere.

E aqui importa **uma advertência:**

No momento actual é necessário combater o conformismo, o desânimo, a timidez de atitudes, o defensismo. O momento requer grande firmeza, grande coragem, grande confiança, grande determinação, grande iniciativa.

Mas advertimos ao mesmo tempo que mal seria se, como reacção contra uma certa vaga de defensismo conformação e oportunismo que infelizmente se respira, reaparecem casos de insensato radicalismo.

Quando os outros partidos dão o espectáculo de desorientação, divisões e conflitos internos, lutas de barões por cargos e lugares, às voltas com uma maré de escândalos e histórias de corrupção, dando passos em falso pelo nervosismo que deles se apossa, o nosso Partido, firme, convicto, frontal, falando verdade ao povo, em luta aberta e destemida, dá mostras de **segura serenidade revolucionária que constitui também um importante factor do seu crescente prestígio e autoridade.**

## O Partido que somos e que queremos ser

Assim é o partido que somos e que queremos ser. Assim é o partido cujos 75 anos de vida e de luta comemoramos.

Ao contrário do que os detractores repetem em eterna casette, não somos um partido agarrado a verdades eternas, com ideias imutáveis e dogmáticas. Somos um Partido que em 75 anos aprendeu com a vida, respondeu às situações mais diversas, analisou e reanalisou factos, corrigiu rumos, respondeu criativamente a novas situações e a profundas mudanças verificadas no mundo e em Portugal.

Aqueles que querem impor em todo o mundo o capitalismo como sistema final, aqueles que em Portugal estão restaurando o capitalismo monopolista, estão fazendo rodar a história para trás, para um passado que a experiência histórica do século XX mostrou ser superável. Ao contrário de uns e de outros o nosso partido actua para que a sociedade ande para a frente, com transformações profundas que assegurem efectivamente as liberdades e os direitos dos cidadãos, organização democrática do poder, desenvolvimento económico real, progresso social, democratização da cultura e a independência nacional.

**O nosso Partido foi criado pela necessidade para a classe operária, para os trabalhadores, de terem um partido completamente independente dos interesses, das pressões, da ideologia das forças do capital.**

Assim se criou, assim lutou, assim se desenvolveu e se tornou um grande partido nacional. Assim queremos todos que continue a ser.

A necessidade de um partido dos trabalhadores com tal independência justifica-se inteiramente. A luta de classes é uma realidade da vida social. Nem foi Marx que o descobriu. Os partidos e governos representam classes sociais e hora a hora o mostram nas suas ideias, decisões e actuações.

As forças políticas que defendem a política de direita estão com o grande capital, os grandes monopolistas da ditadura fascista, com os Champalimaud, Melos, Espírito Santo, com os novos multimilionários, com os latifundiários, com os especuladores.

Nós sempre estivemos, estamos e estaremos com a classe operária, com os trabalhadores, com os pequenos e médios agricultores, com os intelectuais, com as pessoas idosas e os sectores mais desfavorecidos, com a juventude como força social e activo sector da luta popular e democrática.

Ao ser criado e ao longo dos 75 anos da sua existência, o nosso Partido definiu, também como **objectivo e elemento fundamental da sua identidade política a construção em Portugal de uma sociedade socialista.**

Na criação e luta do nosso Partido, na luta dos comunistas, dos trabalhadores e dos povos em todo o mundo, tiveram poderosa influência a revolução russa de 1917 (mais tarde seguida de numerosas outras revoluções socialistas) e as extraordinárias realizações económicas e sociais na União Soviética - empreendimento gigantesco no qual, pela primeira vez em milénios de

história, o ser humano transformou o sonho, a esperança e a revolta no empreendimento revolucionário concreto da construção de uma nova sociedade.

Uma conclusão temos adiantado e nela insistimos: ao contrário do que afirmam as forças do capital, **o século XX não é o século em que o comunismo morreu, mas sim o século em que o comunismo nasceu como empreendimento concreto da construção de uma sociedade nova libertada da exploração.**

A vida mostrou é certo a extrema complexidade e dificuldade de tal processo, incomparavelmente maior do que nós, comunistas, previmos e anunciámos. Desenvolveram-se processos que se afastaram cada vez mais dos ideais e objectivos dos comunistas sempre afirmados. Concretizaram-se "modelos" que conduziram a gravíssimas derrotas de que sofreram não só os povos respectivos, mas toda a humanidade.

Aprendendo com a vida, com a experiência das grandes realizações e conquistas, com o que foi de positivo e de negativo, com as vitórias e as derrotas, e em consequência redefinindo objectivos, **o nosso Partido continua defendendo que o capitalismo não resolve antes agrava os grandes problemas da humanidade e que o futuro pertence, não ao capitalismo mas ao socialismo e ao comunismo.**

No seu longo caminho de luta o nosso Partido guiou-se sempre por **uma teoria revolucionária, teoria da classe operária**, que é também de todos os trabalhadores, de defesa das massas exploradas e oprimidas, discriminadas, marginalizadas, e, como agora se diz, excluídas.

É uma teoria que não só explica o mundo mas indica (como um guia para acção) a necessidade, a possibilidade e o caminho para transformá-lo. Que aponta a necessidade e a inevitabilidade, por leis objectivas do desenvolvimento social e pela luta dos povos, da substituição do sistema capitalista por um novo sistema socioeconómico base de libertação da humanidade - um sistema socialista. Uma teoria que, ela própria, tem sido ao longo do século e continua a ser uma elemento poderoso de intervenção na sociedade, porque, conforme com um conceito célebre, a teoria torna-se uma força material quando ganha as amplas massas, quando se torna, como se tornou ao longo do século XX inspiradora das massas populares na sua luta libertadora.

Essa teoria revolucionária tem um nome, nome que só por si assusta as classes exploradoras e aqueles que as servem. É o marxismo-leninismo, não concebido como cristalizado e dogmatizado, mas dialéctico, criativo cujos princípios se actualizam e enriquecem acompanhando por um lado as conquistas da ciência e respondendo por outro à vida, às transformações, às mudanças da sociedade e experiências de luta.

Supremem-se aqueles que foram verificando que, ao contrário da caracterização acusatória ao PCP de ortodoxia, de stalinismo, de seguidismo em relação a outros partidos, **o PCP desenvolveu-se e afirmou-se como um partido aberto para a vida, com um pensamento e actuação próprios, independentes e criativos.**

Ficaram desiludidos os que tiveram esperança em que os comunistas portugueses seguissem o exemplo daqueles que primeiro abandonaram Lênine dizendo-se ainda fiéis a Marx, depois abandonaram Marx a pretexto das mudanças de natureza objectiva e se tornaram ou colaboradores ou defensores ou gestores do capitalismo.

Não. Não somos daqueles que bateram palmas ao desaparecimento da URSS, a Ieltsin, ao derrubamento de estátuas de Lênine. A revolução russa, Lênine, a teoria revolucionária fazem parte e continuam a fazer parte do nosso património de luta, não apenas como referência histórica, mas como elementos do nosso pensamento político e da experiências para a acção.

A organização e a vida partidária com órgãos de funcionamento colectivo são concebidos como um grande colectivo de militantes, no qual cada membro do Partido tem a sua afirmação própria e cujas opiniões e críticas constituem contribuição individual estimulada, reconhecida e apreciada.

Concebemos e praticamos a direcção colectiva e o trabalho colectivo e, ao contrário do que vemos noutros partidos, não há chefes em guerra uns contra os outros, que em vez de dirigirem imponham as suas opiniões individuais e reduzam os membros do Partido a meros apoiantes e votantes.

Temos aprofundado e propomo-nos continuar a aprofundar

a democracia interna, o âmbito da descentralização de decisões, e o estímulo a uma larga iniciativa de organizações e militantes. Temos uma direcção central cuja renovação devemos continuar e uma orientação geral em cuja concretização todo o Partido se empenha dando um exemplo de unidade que tem sido ao longo dos 75 anos de luta um dos elementos da sua força própria e da sua capacidade de intervenção.

Finalmente, sempre foi ao longo dos 75 anos de luta, e continua a ser um elemento de identidade do nosso Partido, ser **simultaneamente patriótico e internacionalista**, firme e consequente defensor dos interesses de Portugal, nossa pátria, e activamente solidário com os comunistas, os trabalhadores, os povos e nações oprimidas de todo o mundo.

As graves e recentes mudanças verificadas no mundo, nomeadamente a derrocada da URSS e de outros países socialistas e a capitulação de alguns partidos não alteraram esta nossa atitude mas colocaram a necessidade de avaliar a realidade actual do movimento comunista.

Há ou não partidos que, estando no poder e ensaiando novos caminhos, insistem na construção do socialismo nos seus países? Sim, há tais partidos e tais países.

Há ou não dezenas de partidos comunistas, alguns com considerável influência nos países respectivos, que mantêm firmemente os objectivos que determinaram a sua criação e a sua luta? Sim, há tais partidos.

Há ou não partidos comunistas que ressurgiram e recuperaram influência? e outras forças revolucionárias que lutam corajosamente contra o imperialismo? Sim, há tais partidos e tais forças.

O movimento comunista sofreu duros golpes, está enfraquecido, mas é uma realidade e os objectivos fundamentais dos comunistas no mundo mantêm inteira validade. Tendo em conta as diferenças da situação e a inevitável definição nova da sua composição e limites, **o reforço do movimento comunista, o estreitamento da cooperação entre os seus componentes em formas diversificadas diferentes das épocas anteriores, é no nosso entender uma necessidade, um objectivo e uma tarefa.**

O nosso Partido, cujo prestígio internacional é incontestável, está trabalhando com esta orientação, mantém relações de amizade e cooperação com muitas dezenas de partidos de todos os continentes, de que são testemunho entre muitos outros a participação de dezenas de delegações na Festa do "Avante!". Estamos certos de que a nossa acção, não só corresponde aos nossos ideais internacionalistas como é aquela que melhor corresponde aos interesses dos trabalhadores portugueses, ao nosso povo e ao nosso país.

Algumas palavras para finalizar.

75 anos de existência e de luta são 75 anos de ideal, de convicções, de dedicação e de acção. Também de **renovação constante.**

Renovação que significa respostas novas que a realidade exige e agilidade e mobilidade táctica.

Renovação na Direcção Central e de uma forma geral nos organismos de direcção e nas estruturas da organização.

Renovação que significa também não só atribuição no Partido a quadros jovens de maiores responsabilidades mas a iniciativa que lhes seja conferida para corresponderem a elas. E simultaneamente o desenvolvimento da JCP, que confia no Partido e por isso se afirma "juventude do PC", e na qual o Partido confia, porque confia na sua reflexão própria e na sua consciência política e porque confia também na juventude, grande força social que como tal é chamada a intervir na sociedade e que, numa perspectiva histórica assegura o futuro do povo português e de Portugal.

Viva o 75º aniversário do PCP!

Viva a JCP!

Viva o Partido Comunista Português!

# Posso fazer umas perguntas?

■ Graça Mexia

Parece que há épocas do ano, ou dos calendários políticos, em que é mais comum serem feitas perguntas - campanhas eleitorais, 25 de Abril, 1º de Maio, discussão do Orçamento, tomadas de posse de novos Presidentes da República, etc., etc. e... ah! o 8 de Março.

Como estamos dentro do dito calendário cá vão elas - algumas perguntas:

- A educação pré-escolar (que vem na lei) está a «andar»?

O tal Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar funciona? As educadoras e os educadores que reivindicam «formação de qualidade, inicial e contínua, condições de trabalho dignas, respeito pela sua função e valorização do seu papel em igualdade de circunstâncias com os outros agentes educativos» já vêem avanços positivos com este novo Governo?

E o alargamento da rede pública de educação pré-escolar já está a... alargar?

E as camas dos hospitais? Na década de 60 havia 5,4 por cada 100 mil habitantes. Recentemente, em 1994, havia 3,9. Somos menos ou não vamos para os hospitais quando estamos doentes, ou estar doente é cada vez mais um luxo? E este Governo PS vai mesmo considerar a Saúde uma prioridade? Já agora, o que é que vai acontecer à Maternidade Magalhães Coutinho? Fecha, não fecha? As grávidas vão para o famigerado Hospital da Amadora? Da maneira como ele (não) está a funcionar? E a ligação à Pediatria (a ligação Estefânia/Maternidade)? Os pediatras da Estefânia estão a «achar graça» e eficiência e vantagens nesta hipótese?

- Para quando a nossa proposta na Assembleia da República de alterações indispensáveis à lei 6/84 «Exclusão de Ilicitude em Alguns Casos de Interrupção Voluntária da Gravidez»?

Estão quase passados doze anos sobre a aprovação desta lei e ela ainda não foi corrigida nem sequer nos seus erros técnicos!

Sabem que continuamos com a tal «anedota» de a análise que

leva ao diagnóstico de eventuais malformações do feto só ser possível após as 16 semanas de gravidez, que é nesta lei o prazo-limite para se poder interromper a gravidez? Pois...

E as razões de ordem económica e/ou social que não estão incluídas na Lei? A maioria dos países admite essas razões para até à 12ª semana ser possível interromper a gravidez legalmente, num estabelecimento de Saúde, em segurança - e nós? Será que vivemos uma «época de ouro» social e económica?...

- Apesar da integração efectiva da Educação Sexual nas escolas ter tido nos últimos anos alguns avanços ainda está na chamada «fase de luta». Ainda há quem espartilhe a temática da sexualidade em vez de a integrar e que alimente receios, pânico, representações de obstrução em vez de ajudar, formar, participar. Que temos feito nós, dentro do Partido, para intervir nessa área? Os nossos e as nossas militantes que actuam como professores ou como psicólogos ou nas Comissões de Pais têm toda a influência progressista, eficiente, que de nós, comunistas, se espera?

Mais uma perguntinha?

- Será que as consultas de Planeamento Familiar nos Centros de Saúde estão todas a funcionar? E em todos os Centros? E funcionam bem?

E os adolescentes? São divulgados nas Escolas Preparatórias e Secundárias os locais onde há as consultas?

E a desburocratização, facilitando o acesso sem marcações prévias nem listas de espera, assim como a garantia (obrigatória) de confidencialidade, funciona?

Como é que podemos ajudar para «controlar» o efectivo cumprimento destas regras? Através de Comissões Consultivas dos Centros de Saúde? Das Comissões de Utentes? De questionários (anónimos) nos Centros de Saúde?

- E a desinformação às mulheres em fase de climatério (menopausa)? É melhor fazer compensação hormonal ou não? (A enor-

me maioria dos médicos considera que sim, indubitavelmente, desde que acompanhada por médico e com exames ginecológicos.) Mas, e as «lendas» que por aí correm? E os medos que certos médicos levantam, o obscurantismo que ainda reina? E os «tem que aguentar, paciência, faz parte da idade» - as depressões, a irritabilidade, o envelhecimento prematuro, os problemas com os ossos - osteoporose, etc., etc., têm mesmo de ser uma fatalidade? Hoje? Ainda? Os conhecimentos médicos actuais não dizem nada disso - mas as mulheres, como de costume, que aguentem e calem...

Não, nada disso! Informem-se, escolham outro médico, exijam uma melhor qualidade de vida (ao menos essa...).

- Outra questão muito «na moda» neste últimos dias, tem sido os suicídios de jovens (e não só).

Para já, e em parêntesis, nós, psicólogos, sabemos que a «publicidade» nos jornais, na TV, desses casos, com fotografias e tudo, são altamente contagiantes! Quer dizer, dá «óptimas ideias» a quem anda deprimido, desiludido da vida, sem razões para continuar, desempregado, endividado, etc., etc.

Sem querer restabelecer a censura (livra!), não podíamos ajudar a explicar aos meios de comunicação que embora a morte, o suicídio, os homicídios de mulheres «infiéis» (ou simplesmente furtas de violência e de desamor) sejam altamente vendáveis, óptimos para atrair leitores e telespectadores, são também uma banalização e desculpabilização desses actos («agora só se vê disto», «olha, é a vida que se leva», «o que é que eles haviam de fazer...»)?

- E a lei de 1984, do «Direito da Grávida a ser acompanhada durante o trabalho de parto»? Está a ser cumprida na maioria dos estabelecimentos de Saúde? Há um avanço ou algum retrocesso no criar, de facto, condições para a correcta aplicação da Lei? Não podíamos arranjar uma forma de investigar o que é que está a acontecer nesse campo?

Chega! Acabaram as perguntas! Por hoje...

## «Os Direitos das Mulheres - Realidade versus Lei»



«Exercer os direitos que nos assistem é uma forma de os defender», pode ler-se na brochura - «Os Direitos das Mulheres - Realidade versus Lei» - que as comunistas lançaram no dia 8 de Março, com o objectivo de dar a conhecer às mulheres alguns dos seus principais direitos.

Informar tem sido, de facto, uma das preocupações do PCP na sua acção junto das mulheres. Foi com esse objectivo que as mulheres comunistas conceberam uma brochura ilustrada e legendada que, de uma forma muito simples, contrapõe a realidade das mulheres portuguesas àquilo que a lei consagra. Esta brochura, que contou com o apoio financeiro da secção das ONGs da CIDM, teve uma tiragem de 20 mil exemplares.

Aproveitando o Dia Internacional da Mulher, as comunistas procederam a uma primeira distribuição da brochura às trabalhadoras das fábricas Triunfo, em Sacavém, e Hally Ansen, em Alhos Vedros, com quem contactaram directamente, tendo verificado da sua parte uma boa receptividade a este documento.

## EM FOCO

## O "neo-Marcelismo" a caminho do "Congresso da Feira"

A quinze dias do "Congresso da Feira", anda o PSD, de candeia na mão, à procura do sucessor de Cavaco-Nogueira.

Candidatos assumidos à liderança só um tal Freire Antunes, provavelmente uma lebre de serviço para fazer saltar alguns "lebrões" candidatos.

"Moções", mais ou menos "estratégicas", há umas tantas, variando nesta ou naquela questão realmente menor e tática, da iniciativa ou projectos políticos de curto prazo, já que quanto ao essencial - a construção do capitalismo monopolista de Estado transnacional, a exploração acrescida dos trabalhadores e o reforço do PSD como "partido instrumento" dos grandes senhores do dinheiro - não há divergências conhecidas.

Uns tantos pré-candidatos não passaram nas "primárias", umas poucas consultas a barões maiores e menores - os das "bases".

Outros optaram por serem candidatos sem se assumirem, à espera que alguns avancem para ser "triturodos" pela, nesse caso, santa e efémera aliança dos demais, ou que uma "vaga de fundo" os faça "salvadores" do partido, ou até, perfeito "happening", que não reste mais ninguém porque todos se anularam mutuamente, antes e durante o "Congresso da Feira".

Um dos "faz de conta que não sou candidato" é paradigma desse "não papel" - Marcelo Rebelo de Sousa (MRS).

MRS foi fundador do PPD, de que foi e é dirigente, foi deputado, membro do Governo e autarca, mas até hoje fracassou nas tentativas de mais altos voos.

Entre outras actividades mais de "jet set", exerce com "independência" a de "comentarista" da TSF, Diário de Notícias e em breve, diz-se, da SIC.

O seu "Exame" é uma peça deontologicamente intraduzível, porque vive da "banha da cobra" de promover os seus desígnios políticos sob a capa de "isenção" e porque a auto-atribuição do papel do professor catedrático da política, que dá "notas" a adversários e "companheiros", e é disso que se trata, é uma agressão de péssimo gosto à inteligência do "cidadão comum" (todos nós), que até MRS, por muito que lhe custe, estaria obrigado a respeitar.

MRS não se coíbe, no papel de "comentarista", de semear "factos políticos" e "cenários virtuais", sugerir ou ocultar elementos de análise que se destinam, tão-só, a mistificar, para tirar vantagem partidária e/ou pessoal.

Relativamente ao PCP a manipulação é sistemática e visa criar dificuldades à intervenção dos comunistas e "pintá-la" consoante convenha à direita, em cada momento. Recentemente ainda, e é apenas um exemplo, num único "Exame", com uma "nota alta" e uma frase pouco mais que sugerida, "arrumou" Carlos Carvalhas numa "viragem pró-Pequim"(!) e o voto do PCP no OE na dependência da "utilidade" que pudesse ter para o PS(!).

MRS é candidato não assumido à "chefia" do PSD e os passos que tem dado a caminho do "Congresso da Feira", foi ele próprio que os teorizou para um anónimo candidato a "líder".

Clarificou os perigos de se assumir como candidato cedo de mais, num partido que sem a "interacção entre os barões e as bases" só se definirá num "impulso telúrico" em Congresso, mas, à cautela, vai trabalhando os barões da "tertúlia da Lapa" e organizando a influência nas "bases" com Isaltino, Menezes e Jardim.

Falou da "ruptura com o cavaquismo", que no fundo, é ele que o diz, ninguém no PSD está absolutamente em condições de representar e que ele, feitas as contas ao partido, não irá protagonizar.

Dissertou sobre o "fim do ciclo" dos "líderes fracos", os "Moisés que não chegarão à terra prometida" e, defendeu que existem condições para "abreviar" a chegada de um "líder forte", feito à sua imagem e semelhança, "discurso político" e "ideias para dar aos portugueses" (sic).

MRS, no seu "faz de conta que não sou candidato", arranjou dois argumentos para o respectivo "tabu": o não ser deputado e a dependência da sua candidatura de "Cristo descer à Terra". Quem o ouvir agora, reconhecerá que, com a "vaga de fundo" em torno da "moção" e do "não candidato", Cristo deve estar aí mesmo a chegar.

Mas a mais clarificadora das politiquices da sua "não candidatura" foi a palestra no "American Club" de rasgado elogio a Cavaco, "personalidade excepcional", e de compromisso com um conjunto de propostas de verdadeiro "neo-Marcelismo" e "evolução na continuidade" do "cavaquismo" e das suas políticas.

MRS precisa dos votos e apoios de Cavaco e partiu à procura deles, que o "professor de Boliqueime" está muito activo.

Veremos se este "neo-Marcelismo" ganha efectivamente o "Congresso da Feira", ou se, como aconteceu noutras ocasiões, as "forças ocultas" do grande capital ou de qualquer lobby ou sociedade secreta não estarão, na sombra, a preparar um outro "chefe".

Em todo o caso, o nosso povo não se deixará enganar com o "neo-Marcelismo". Como diz MRS, "vem nos manuais".

■ Carlos Gonçalves

# «São números, são números...»

A ciência e os métodos quantitativos mudaram muito nas últimas décadas. Da adopção de modelos determinísticos passou-se à teoria do caos, com trânsito por modelos de incerteza. Na impossibilidade de determinar universos certos, passou-se aos intervalos de confiança e à teoria das probabilidades. A realidade é tão complexa, e a sua representação conta com tantas variáveis, que nunca podemos estar certos de nada, mas tão-só provavelmente certos, segundo critérios definidos à partida. Sendo assim, os números são uma ferramenta de trabalho interessante, mas muito longe de poderem substituir a realidade.

Perante as mudanças epistemológicas, no entanto, os números tornaram-se, para o comum dos cidadãos, sinónimo de verdade por via de hábil manipulação dos políticos, que os usam com critérios e argumentos pessoais para defender os seus interesses ou os interesses que defendem. O que não é o mesmo mas é igual. Hoje, em qualquer debate político que se preze, assiste-se a uma guerra de números e indicadores económicos que, de ferramentas de análise e de trabalho, foram promovidos a cerne de questões políticas e, até, das metas a alcançar.

Vejam os exemplos dos critérios de convergência nominal, que números são e têm condicionado, de forma determinante, a nossa política e a política europeia. Não se consegue falar de opções estratégicas e políticas sem que esses famosos critérios apareçam. O número 3 para a percentagem do défice orçamental em relação ao PIB tornou-se um número mítico, uma meta cega, um motor de arranque ou um «ponto morto», um símbolo de algo a atingir numa sociedade em que o vazio de ideias impera para servir os interesses de alguns... poucos. O governo actual hipotecou ao objectivo dos 3% o orçamento e, também, a sua política económica. E até nos cafés se ouve conversas sobre este fatídico número: «ó Zé, vê lá como o tal défice está a descer, 'tamos quase nos 3%!... que bom fazer parte do pelotão da frente!»

Mas os números têm uma história por detrás. Atirados a frio, sem a sua génese e fora do contexto, ficam desprovidos de sentido. Os números têm de ser enquadrados nas proposições de partida daqueles que os criaram para justificar posições. A manipulação da numerologia contemporânea, nalguns casos algo narcísica, tornou-se o pão-nosso-de-cada-dia. A adaptabilidade dos números e as justificações do tipo CQD (*como queríamos demonstrar*) não devem tirar credibilidade aos números, mas apenas pô-los no seu devido lugar. O que significa ter uma inflação de 2.5%? O que significa atingir essa meta? Como se atingiu esse número e por que critérios se regeu o seu cálculo?

Devendo os números ter o imperativo de dizer verdades ao cidadão, tornaram-se uma arma de convencimento político, esvaziados de substância, tornando a política e a sociedade num reflexo (*boomerang*) de critérios economicistas... melhor, quantitativas. A estatística passou, assim, de instrumento de trabalho a deturpadora de conceitos. Tornou-se

numa caixa de ferramentas que, manipuladas a preceito, compõem cenários e dão-lhes cor, desde o cor-de-rosa até ao negro, segundo as conveniências. E se muita vez se critica a falta de rigor dos números do INE e as novas formas que se encontram para «ajustar» os indicadores económicos e sociais mais importantes (eliminando alguns, como é o caso dos relativos ao cálculo do Rendimento Nacional e sua repartição), em confronto com o que se passa no EUROSTAT essas «habilidades» não são mais que brincadeiras de criança, até porque os dois níveis estão intrinsecamente ligados uma vez que os serviços de estatísticas de cada um dos 15 Estados-membros, interpretando instruções de Bruxelas ou do Luxemburgo, contribuem com os seus jogos de números para o «puzzle» das estatísticas comunitárias.

## Previsões

Vejam os exemplos das previsões semestrais sobre as grandes variáveis económicas que costumam ser apresentadas pela Comissão, particularmente antes dos Conselhos Europeus que marcam o fim de cada Presidência.

As previsões de crescimento económico utilizam o indicador do PIB (Produto Interno Bruto), apesar de se poder questionar a escolha deste indicador. Mas ainda não se encontrou/adoptou outro. As previsões de Abril/Maio apresentavam-se com excesso de optimismo, pois era necessário ajudar os primeiros-ministros e chefes de Estado reunidos em Cannes a mostrar aos mortais comuns que a «Europa» estava saudável, a retoma era um facto adquirido, o crescimento económico iria manter-se elevado até ao ano 2000 na casa dos 3%/ano, o investimento iria crescer a uma taxa na ordem dos 7% e o emprego subiria cerca de 1%. Previa-se, para 95, um crescimento do PIB de 3,1% e, para 96, de 2,9%. Justificavam-se assim, numericamente, as decisões que se tomaram em Julho. Perante este cenário estatístico, poderia acelerar-se (e acelerou-se) o avanço para a moeda única e a exigência do estrito cumprimento dos critérios de convergência nominal, com ameaças veladas (nem todas) de penalização dos Estados que não fizessem esforços nesse sentido, nomeadamente no que respeita ao Fundo de Coesão.

Estes mesmos números serviram o Conselho Europeu seguinte, de Madrid, em Dezembro último, encerrando a presidência espanhola. O Ecu travestiu-se em Euro e aprovou-se um cenário de transição do tipo «é favor apertar os cintos»... porque vamos descolar e, aliás, faz sempre jeito ter cintos com furos para apertar.

Mas, muitas vezes, a evidência dos factos e da realidade obriga à volabilidade dos números. E os seus manipuladores têm de se render às evidências... A revisão das previsões macroeconómicas em Dezembro veio trazer um cenário completamente diferente. O desaceleramento económico, sentido por todos os que participam na economia real e, mais ainda, pelos seus excluídos por efeito das orientações económicas vigentes, tinha de ter repercussão nos números. A revisão veio baixar a estimativa de crescimento do PIB de 95 em 0,4 p.p., ou seja, um crescimento de 2,7% e, para 96, adiantou uma previsão de crescimento de 2,5%, ou seja, menos 0,3 p.p. que as previsões de Abril. Um inverno bem mais rigoroso que as previsões da Primavera/Verão!

Não obstante, mais uma vez se cozinharam os números e transferiram-se as previsões optimistas para 97 e anos seguintes. Como branco é... e as estatísticas o põem, é claro que é necessário continuar a aceleração do processo da tão falada UEM, a grande panaceia que irá, de uma assentada, resolver

# meu senhor,

■ Pedro Carvalho  
Sérgio Ribeiro



os problemas do desemprego e promover um crescimento sustentável. Estabilidade e empregos, prosperidade a rodos, tudo a fazer lembrar a velha história da cenoura à frente da carroça (e do burro, para que este avance com a ajuda alternativa do varapau). E isto sem ofensa para as populações dos vários Estados-membros que não foram nem tidas nem achadas no glorioso processo da moeda única. Embora sejam directamente bombardeadas com campanhas de propaganda de milhões de Ecus sobre o Euro e suas vantagens, uma vez que a última palavra, a ratificadora, (ainda) é, ou pode ser, deles. Valha-nos um referendo.

## Manipulações

Mas se este exemplo é paradigmático, outros aspiram a tomar o seu lugar, como o do *relatório sobre a convergência nominal em 95*, apresentado em Janeiro deste ano, e o do *novo índice harmonizado europeu da inflação*.

O primeiro apresenta os números do défice orçamental, referentes a 95, sem as actualizações que os próprios Estados-membros já fizeram depois da execução orçamental desse ano. Assim, o relatório apresenta um défice público na Alemanha de cerca de 2,9% (menos que os mítico/fatídicos 3%), quando o Ministro das Finanças da Alemanha, Theo Weigel, já confessou que o défice foi de 3,5%. Isto quer dizer que o desejo daqueles que querem a moeda única é tão forte que força a realidade e, de repente, um país (aquele país!) que não cumpre o défice passa a cumpri-lo, apesar de, na realidade, estar posto em causa todo o sistema monetário europeu pois sem o famoso eixo franco-alemão não temos moeda única, sem o marco não temos Euro.

A deturpação numérica vai mais longe, pois quando se apresentam os quadros comparativos da produtividade com os custos salariais unitários, este último indicador é calculado termos nominais, pois se fosse apresentado em termos reais mostrava, de forma clara, que a produtividade cresceu nos dois últimos anos acima dos 3% enquanto os custos salariais (representativos do salário real) tiveram um crescimento negativo acumulado de 12 p.p. O poder de compra dos trabalhadores foi duplamente penalizado. Não só não cresceu ao ritmo da produtividade como cresceu abaixo da inflação. Assim se demonstra, também, que a apropriação de mais-valias pelo capital se mantém e cresce significativamente, justificando que, neste caso, os marxistas possam usar, legitimamente, o referido CQD.

No segundo caso, da harmonização do indicador da inflação, como por milagre, em Janeiro de 96, conseguiu baixar-se as taxas de inflação dos países que querem estar na corrida da moeda única e aumentar as taxas daqueles que não estão, ou daqueles que há muito tempo estão no pelotão da

frente desse critério, como é o caso da Finlândia. Portugal, por exemplo, passou de uma taxa de inflação de 2,5%, em Janeiro, para 2,3%. Isto consegue-se retirando ao IPC português todas as categorias de serviços, rendas de casa, despesas de educação e de saúde e outras, ou seja, temos um novo IPC baseada apenas em mercadorias. Aliás, desta forma se confirma que o acréscimo das importações contribui para a redução da nossa inflação dado o hiato que existe entre a inflação externa e a interna. De várias maneiras se importa a deflação!

Mas estes exemplos e estas manipulações, umas mais subtis, outras mais grosseiras, também muitas vezes acabam por se tornar prisões para aqueles que as criam, obrigando-os, depois, a tentar negar os números que apresentaram e a exercícios quase malabares para tentar corrigir afirmações anteriores, depois negadas. O exemplo mais flagrante deste funambulismo intelectual dos monetaristas e neoliberais que povoam esta Europa é a tentativa de dar uma nova roupagem aos critérios de Maastricht, flexibilizando-os quanto baste para que o dito núcleo duro possa cumprir os critérios nominais que criou.

Dos números, sempre fica alguma coisa. Embora sejam aquilo que nós quisermos, não alteram a realidade. Os indicadores são apenas indicadores. As pessoas, essas sim, deveriam ser o objecto da *praxis* política, o cerne das opções estratégicas económicas e sociais. Não podemos deixar de lembrar o famoso Relatório Cecchini que apresentou o fabuloso «número» dos *custos da não Europa*. Este «número» apadrinhou o mercado interno e sabemos como estava mal calculado. Mas teve o poder real dos números. Pena é que não se tenha apresentado (ainda?) os *custos do mercado interno...* em desempregados, por exemplo. Só para se poder comparar.

Relembrando as nossas lendas e narrativas, se a Rainha D. Isabel viesse cá abaixo (como às vezes se pede ao Marquês para vir ver ao qu'isto chegou...), talvez fosse diferente a resposta que daria a D. Dinis, seu esposo, escondendo no regaço os Euros dos fundos para os pobres, «*são números, meu senhor, não números...*».

LUÍS SÁ

## O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político

CAMINHO  
coleção universitária

**A** afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para: Edições «Avante!», SA,  
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa



## As papas e os bolos

Diz o provérbio que «com papas e bolos se enganam os tolos».

Pois António Guterres e Manuel Monteiro quiseram enganá-los com as alterações cantadas pelo líder do PP da tribuna da Assembleia da República para justificar a viabilização do Orçamento do PS.

É claro que a negociação não foi feita ali, já estava tudo cozinhado antes.

A abstenção de Monteiro não foi comprada com mais nove ou dez milhões de contos que agravaram a despesa orçamentada. Foi acertada entre o PS e o PP para assegurar o programa de privatizações e a transformação em lei da flexibilidade e da polivalência, entre outras orientações que interessam especialmente ao capital. Carvalhas tinha anunciado uma semana antes o voto do PP. Monteiro protestou.

Para quê?

Em matéria de falta de vergonha é que é difícil escolher o campeão: se o PP que, contra todas as juras, vota os critérios de Maastricht, ou se o PS que faz uma política tão à direita que até tem o apoio do PP.

O «Diabo» escolheu os dois!

### «Filhos» e «enteados»

Os líderes socialistas da União Europeia - primeiros-ministros, membros de governo ou chefes da oposição - reuniram-se esta semana na Penha Longa, em Sintra, discutindo durante dois dias o futuro da Europa e a próxima revisão do Tratado de Maastricht, que ocorrerá na Conferência Intergovernamental (CIG), a partir de 29 de Março. O primeiro-ministro português, António

# PONTOS CARDEAIS

Guterres, anunciou à imprensa o resultado das elocubrações socialistas, cujas consistem na «constatação» de que, no plano económico, a União Europeia tem um «filho» e um «enteado». O «filho» é a união monetária e as políticas monetaristas impostas pelos critérios de convergência para a moeda única; o «enteado» são as políticas de crescimento e de emprego, ou melhor, a ausência de coordenação destas políticas a nível europeu.

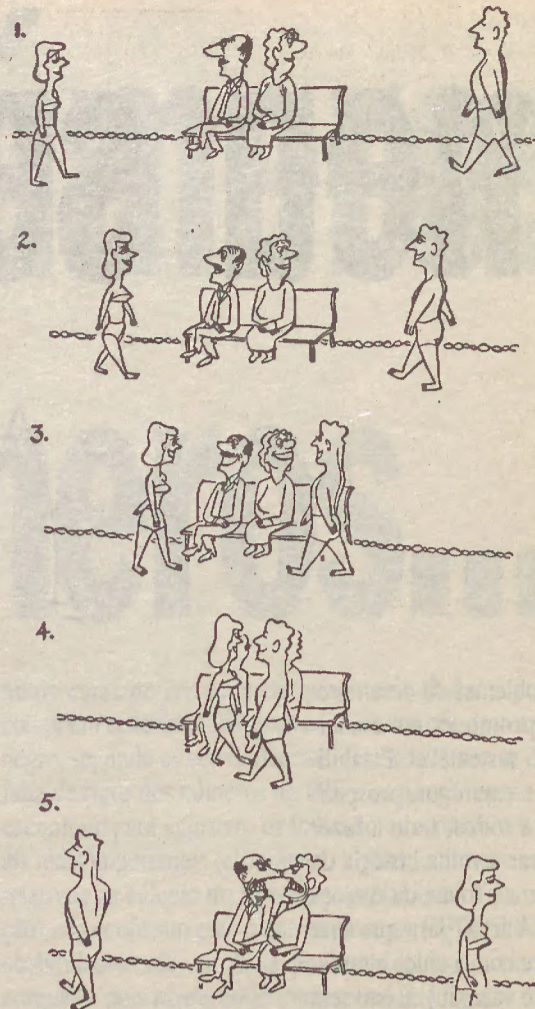
Mais claro que isto não se pode ser, acerca do que significa realmente o Tratado de Maastricht: os socialistas europeus reconhecem, com a maior das naturalidades, que os «filhos» da Comunidade Europeia são os interesses dos grandes capitalistas, e os «enteados» são os trabalhadores e a maioria das populações e povos.

Isto é que são uns belos «pais»...

### Gente a menos e a mais

A nova Comissão Política do PP reuniu esta semana pela primeira vez, desde o acidentado Congresso de Coimbra, tendo-se saldado o evento pela eleição de três dos cinco vogais para a comissão directiva, tendo ficado dois lugares em aberto.

Caramba! Nem com o poder absoluto obtido em congresso com «o golpe do vou-me embora» Manuel Monteiro consegue levar uma coisa até ao fim? Ou será que, afinal, os «tachistas» que andavam a «pressioná-lo» durante o Congresso continuam a azucrinar-lhe «a cabeça»? Se calhar, o rapaz não sabe é mandar, já que umas vezes



acha que tem gente a mais para lugares a menos, para, logo a seguir, evidenciar que tem gente a menos para lugares a mais...

### Grande Pacheco

Agitadíssimo anda o Pacheco Pereira, no seu afã para se alcandorar à direcção do PSD. Na sua «moção de estratégia» ainda a cheirar a tinta fresca, defende, nem mais nem menos, que «os candidatos consensuais reproduziriam de novo os problemas do PSD». Percebe-se a tática do homem: estando ele próprio muito longe de ser um líder consensual no seu partido, com esta pérola teórica demonstra o óbvio: o melhor candidato é ele mesmo. Ah, grande Pacheco!

### O engano

Afinal era engano: Freitas do Amaral não foi alvo de uma tentativa de assassinato através de uma encomenda armadilhada. Um magistrado e dois agentes da Polícia Judiciária deslocaram-se a Nova Iorque para investigar e concluiu-se que tudo não passou de um lapso de uma funcionária de hotel. Quem não parece ter ficado muito convencido foi Freitas do Amaral, que se apresentou esta semana em Lisboa com segurança reforçada. Perante isto, como é que podem querer envolvê-lo em actividades bombistas? O homem tem um medo de bombas que se pela!

## PONTOS NATURAIS

### Pois é assim

Tem de ser tudo a rigor pra ter o melhor bocado não se vê nada melhor que a economia do mercado.

O pontapé a violência tu comigo engalfinhado na febre da economia da economia do mercado.

Nunca mais digas futuro se ficares deste lado do lado de cá do muro da economia do mercado.

O gato mia e ladra o cão o rato chia no alçapão da economia do beliscão isto é que é o resto é treta o resto é a fé de algum profeta do insucesso viva o progresso o gato mia e ladra o cão

o rato chia No alçapão.

Tu tens insónias, insónias, tu estás desempregado. Dá graças a Deus. É assim a economia do mercado.

Tudo pode ser vendido tudo pode ser comprado. Este é o claro sentido da economia do mercado.

Nunca ficarás inerte até morrer alongado.

Podes comprar-me e vender-te na economia do mercado.

O gato mia e ladra o cão o rato chia no alçapão da economia do beliscão isto é que é o resto é treta o resto é a fé de algum profeta do insucesso viva o progresso! o gato mia e ladra o cão o rato chia no alçapão da economia deste lado

a economia de mercado.

*Mário Castrius*



## AGENDA

**Distrito de BEJA**

Beja - Sábado, 16, às 20h - Almoço na Coop. "Lar para Todos" com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**  
 Odemira - Convívio em Luzianes Gare, com Bernardina Sebastião - domingo, 17  
 Moura - Almoço no Rest. "O Patinho", com Rodeia Machado - domingo, 17 às 13h

**Distrito de CASTELO BRANCO**

Covilhã - Debate com Aurélio Santos: «O Ideal Comunista» - sexta, 15, às 21h30  
 Fundão - Jantar com Domingos Abrantes - sexta-feira, dia 22  
 Idanha-A-Nova - Almoço com Carlos Vale - domingo, 17

**Distrito de COIMBRA**

Alfarelos - Almoço no Grupo Desportivo Alfarelense, com Alberto Vilaça - domingo, 17, às 13h  
 Coimbra - Jantar da célula dos Hospitais da Universidade no Rest. «Cantinho dos Reis», com Sérgio Teixeira - sexta-feira, 15 às 20h  
 Eiras / Coimbra - Jantar no Rest. «Petisqueira», com Jorge Gouveia Monteiro - sábado, 16, às 19h30  
 Condeixa-A-Nova - Jantar no «Salão de Convívio», na Barreira, com Sérgio Teixeira - sábado, 16, às 20h  
 Montemor-O-Velho - Jantar no Rest. «Paraíso»; homenagem ao cam. Mário Silva Galvão - sábado, 16, às 20h

**Distrito de ÉVORA**

Cabeção - Plenário-convívio na Junta de Freguesia - sábado, 16, às 17h  
 Escoural - Plenário e convívio no CT - sábado, 16, às 21h  
 Vale de Figueiras - Plenário e convívio no Centro Cultural - sábado, 16, às 20h

**Distrito de GUARDA**

Almeida - Almoço no Rest. «Caçoilo», com Aurélio Santos - sábado, 16, às 13h  
 Gouveia - Sessão e lanche-convívio no CT do PCP, com António Lopes - sábado, 16, às 14h30  
 Guarda - Almoço na Pensão Aliança, com Aurélio Santos - domingo, 17, às 13h

**Distrito de LISBOA**

Lisboa - Convívio (Matança do Porco) dos Sectores Público, de Serviços e de Empresas de Lisboa no restaurante da Festa do Avante na Quinta da Atalaia, com José Vitoriano - sábado, 16, às 12h (Inscrições no CT da Av. Duque de Loulé até hoje, dia 14)  
 Lisboa / Ajuda - Almoço no CT da Ajuda, com Luís Fernandes - sábado, 16, às 13h  
 Lisboa / Alcântara - Almoço no CT local, com Arménio Carlos - sábado, 16, às 13h  
 Lisboa / Centro da Zona Norte - Convívio das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião da Pedreira no CT Vitória, com Antónia Dimas - sábado, 16, às 16h  
 Algueirão-Mem Martins - Almoço no CT de Algueirão - domingo, 17, às 13h  
 Alhandra - Colóquio na Sociedade Euterpe Alhandrense: «Contributo do concelho de Vila Franca de Xira para a História do Partido», com Dias Lourenço - sábado, 16, às 21h30.  
 Cascais - Almoço na Coop. A Linha do Estoril, com Vítor Dias; animação musical - domingo, 17  
 Loures - Jornada comemorativa em Sacavém: Manhã Desportiva a partir das 11h, almoço na Coop. A Sacavenense às 13h com José Casanova, debate sobre «Os comunistas e a sociedade portuguesa actual» às 15h30.  
 Loures / Odivelas - Almoço no CT de Odivelas, com Fernanda Mateus - sábado às 13h  
 Loures / Caneças - Convívio no Rest. «Olho do Cuco», com Domingos Abrantes - domingo, 17, às 13h  
 Loures / Santa Iria de Azóia - Sessão na Soc. 1º de Agosto, com Luís Sá - sexta, 15, às 21h30  
 Póvoa de Santa Iria - Colóquio no Centro de Trabalho: «A História da Imprensa do Partido antes e depois do 25 de Abril», com Leandro Martins - sexta, 15, às 21h30  
 Torres Vedras - Jantar no Hotel Império, com Jerónimo de Sousa - sábado, 16, às 20h30

**Distrito de PORTO**

Paredes - Jantar no Rest. "Zangão", em Baltar, com José Timóteo - sábado, 16 às 20h  
 Gondomar - Almoço na Esc. Preparatória de Rio Tinto - domingo, 17, às 12h30

**Distrito de SANTARÉM**

Alpiarça - Almoço no Rest. da Alpiarga, com Luís Sá - domingo, 17, às 13h  
 Coruche - Jantar no Rest. «Alcorucen», com Vítor Dias - sexta, 15, às 20h

**Distrito de SETÚBAL**

Barreiro - Lanche-convívio e entrega dos novos cartões do Partido no CT Concelhio, com Virgílio Azevedo - sábado, 16, às 15h30.  
 Plenário-convívio da freg. de Santo André, no CT de Sto. André - sábado, 16, às 15h  
 Laranjeiro - Lanche-convívio no CT com Brito Apolónia - sábado, 16, às 16h30

**Distrito de VISEU**

Lamego - Almoço-convívio no Rest. «O Marquês», com Maria da Piedade Morgadinho - domingo, 17, às 12h30 (Inscrições até 16/3, tel. 656700)

**EDUCAÇÃO:  
 ESTRATÉGIAS  
 PARA A MUDANÇA**  
**ENCONTRO NACIONAL  
 DO PCP  
 SOBRE EDUCAÇÃO  
 E ENSINO**

16. MARÇO. 1996  
 SÁBADO  
 10.30 HORAS  
 HOTEL CONTINENTAL  
 LISBOA

**FARO**

Sábado, 16, às 15h30 no CT do PCP

**Conferência por Álvaro Cunhal:  
 "O papel do PCP na Sociedade Portuguesa"**

**GOLEGÃ**

**Assembleia da Organização Concelhia  
 do PCP**

Domingo às 10h no Secretariado da Feira com a participação de

**CARLOS BRITO**

Às 13h:

**Almoço comemorativo  
 do 75.º aniversário do PCP**  
 no Rest. "O Parque"

**CICLO DE DEBATES NO VITÓRIA  
 «O PCP e a Lisboa do Virar do Século»**

Hoje, dia 14:

**Planeamento Urbanístico**

com Filipe Diniz, Luís Jorge Bruno Soares, Silva Dias e Guilherme Alves Coelho (arquitectos) e Rui Godinho, engenheiro, Vereador da CML

**ACTIVIDADES PROMOVIDAS****PELA JCP**

**Algés** - Debate: «A intervenção dos comunistas e a actualidade do Marxismo-Leninismo», com Manuel Gouveia - sábado, 16 às 15h

**Brandoa** - Debate sobre juventude trabalhadora no CT da Brandoa com Bernardino Soares e Rogério Silva - sábado, 16 às 16h.

**Parede** - Exposição sobre o 75º Aniversário do PCP - de 16 a 23 de Março, no CT da Parede

**PLENÁRIOS****Lisboa**

Reunião de eleitos nas assembleias de freguesia da Graça, Sta. Engrácia e S. Vicente: dia 19 às 21h30 no CT da Graça.  
 Reunião dos comunistas das empresas da Indústria e Comércio Farmacêuticos - dia 14 às 19h no CT Vitória.  
 Plenário de militantes da freguesia de S. Domingos de Benfica, com José Tavares: dia 15 às 21h.  
 Plenário da célula do CESL: dia 14 às 19h no CT Vitória.



**MUD Juvenil**

**MUD JUVENIL****CINQUENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO**

ALMOÇO CONVÍVIO  
 DE ANTIGOS ADERENTES

23 DE MARÇO

RESTAURANTE MONTES CLAROS  
 MONSANTO - LISBOA

Aberto à participação de familiares, amigos  
 e pessoas de todos os grupos etários

**Informações/Inscrições:**

(01) 848 87 24 (01) 410 29 67

(01) 849 27 18 (02) 617 61 37

(084) 537 28 (039) 264 82



**Pela Democracia  
 Pelo Socialismo  
 Por Portugal**

**GRANDE COMÍCIO  
 DO NORTE  
 NO PALÁCIO  
 DE CRISTAL**

Domingo, 17, às 15h  
 com a participação de

**CARLOS CARVALHAS**

**ALMOÇO  
 EM  
 GANDOMAR**

Escola Preparatória de Rio Tinto  
 Domingo, às 12h30

também com a participação de  
**CARLOS CARVALHAS**

**COMÍCIO  
 EM ÉVORA**

no Teatro Garcia de Resende  
 Sexta-feira, 15, às 21h  
 com a participação de

**ÁLVARO CUNHAL**

**COMÍCIOS  
 COMEMORATIVOS**

O 75º aniversário do PCP será ainda assinalado ao longo do mês de Março nos seguintes comícios:

**Aveiro - 23 de Março  
 Coimbra - 29 de Março  
 Alpiarça - 30 de Março**



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## O Deserto Vermelho

(Sexta, 23.55, TV 2)

Uma jovem e bela mulher (Monica Vitti), saída da burguesia, sente-se aparentemente submergida e abafada pelos inúmeros bens que a sociedade de consumo lhe proporcionou e é incapaz de resistir à forte tendência para o suicídio, do qual nem mesmo a paixão que encontra num amante de ocasião a faz afastar. Um filme de culto de Antonioni que, como noutras suas obras, sabe como poucos situar as suas errantes personagens bem no centro da «paisagem» social, económica e cultural a que pertencem e em confronto (por vezes violento) com as contradições que ela gera. Resta ver se o filme e o seu modo de pensar terão ou não envelhecido com a passagem dos anos.

## A Noite do Cometa

(Sábado, 21.05, TVI)

Apenas duas irmãs habitantes de uma pequena cidade da Califórnia escapam, por casualidade, ao rasto de destruição e pulverização que a passagem de um cometa provoca à sua passagem pela Terra - e após várias mensagens enviadas pela rádio ambas chegam à conclusão de que, aparentemente, apenas um grupo de cientistas de um laboratório subterrâneo sobreviveram à catástrofe e se aprestam a vir em seu auxílio. E no entanto... Um filme fantástico, com alguns momentos de grande susto e pavor como se impõe, mas que apenas serve para entreter a noite se não houver nada de mais importante a fazer.

## O Sonho

(Sábado, 00.05, TV 2)

Melodrama familiar em que uma mulher de Kentucky luta para realizar o sonho de adquirir uma quinta para viver com a sua família, este telefilme de qualidade superior, com boas referências da crítica, foi realizado por Daniel Petrie um cineasta que na TV criou alguns dos seus melhores trabalhos. O filme constituiu, ao mesmo tempo, a «estreia» de Jane Fonda na televisão tendo arrancado, pela força e dramatismo de que rodeou a construção da sua personagem, um merecido Emmy.

## Há Lodo no Cais

(Sábado, 01.05, TVI)

Trata-se, evidentemente, do melhor filme desta semana. Um fortíssimo argumento, escrito por Budd Schulberg, e uma poderosíssima direcção de imagem, a cargo de Boris Kaufman, transmitem-nos com impressionante e esmagador realismo uma história, como tantas outras, em que um homem só luta contra uma poderosa organização - na circunstância, um jovem estivador enfrentando um poderoso e corrupto sindicato, apenas apoiado pela sua namorada e por um padre (cuja pleonástica personagem é o único senão neste filme exemplar). Uma obra cinematográfica de enorme força, em que o amor e a paixão (esplendorosamente personificados pelo sensual



A estreia de Jane Fonda na televisão em «O Sonho», um filme de Daniel Petrie

Marlon Brando e pela frágil Eve Marie Saint) se contrapõem à brutalidade do poder instalado. Sem dúvida uma das melhores obras de um grande cineasta: Elia Kazan.

## Luta de Morte

(Domingo, 19.35, TV 2)

Em meados do século passado, um médico e um criador de gado de Oklahoma entram em conflito a propósito de uma exploração de petróleo e o primeiro é ameaçado por ter tomado a seu cargo a defesa dos interesses dos índios. Um western de qualidade média que, no entanto, revela alguns talentos do seu realizador: Francis D. Lyon.

## A Rapariga de Los Angeles

(Domingo, 22.00, TVI)

Obra relativamente interessante que nos dá a conhecer com alguma sensibilidade e também cruza uma certa juventude em plenos anos 80, este filme conta-nos a história de uma jovem dos subúrbios que se enamora de um jovem punk da grande cidade perante a aprovação dos seus pais (antigos hippies) e a contestação de um ex-namorado do liceu - o que vai provocar graves incidentes e confrontos. Um dos aspectos positivos do filme parece residir no propósito com que nos dá a ver, de uma forma que contraria o habitual ridículo e talvez por ter sido dirigido por uma mulher, Martha Coolidge, o lado feminino do mundo dos adolescentes.

## A História de Betty Ford

(Domingo, 00.30, TV 2)

Outro telefilme considerado pelas referências como de boa qualidade, este interpretado por uma grande actriz (Gena Rowlands) na figura da ex-Primeira Dama dos EUA, Betty Ford - que lhe proporcionou a conquista de um Emmy - na história verídica da sua dependência do álcool e da droga, tal como contada no seu livro *The Times of My Life* que esteve na base do argumento. Uma curiosidade.

## Herança de Honra

(Domingo, 01.00, SIC)

Chegado o momento da morte, Cochise faz prometer a Taza, seu filho, que fará a paz

com os brancos. Mas um outro filho de Cochise, Naiche, conspira com Geronimo para fazer sabotar essas intenções. Mas Taza acaba por assegurar a paz. Realizado por Douglas Dirck e contando-se entre os seus filmes mais originais - porque fugindo ao género por si mais frequentado, o melodrama - *Herança de Honra* foi filmado originalmente em 3 D, e recomenda-se.

## 007, Operação Tentáculo

(Segunda, 22.30, SIC)

Porventura mais uma vez prejudicado (tal como todos os outros episódios da série até agora transmitidos) pelo assassinato do formato, este novo filme de James Bond (Roger Moore) é um dos mais espectaculares, com uma cena de perseguição num mercado que é de antologia, como de antologia é o plano (câmara subjectiva) do camelo a olhar para o céu a ver um automóvel saltar-lhe por cima da cabeça... Desta vez, a história, mais ou menos idiota como todas as outras, passa-se na Índia e, como de costume, o mais refinado exotismo serve de pano de fundo para as aventuras mais incríveis e, pelo menos na época, divertidas.

Michael Palin, John Cleese, Kevin Kline e Jamie Lee Curtis, intérpretes principais de «Um Peixe Chamado Wanda», de Charles Crichton



Um fotograma de «Herança de Honra», um «western» de Douglas Sirk

## Um Peixe Chamado Wanda

(Terça, 22.20, Canal 1)

Previsto na programação mensal para há duas semanas atrás (mas alterado à última hora nas programações semanais), o filme conta a história de um grupo de larápios meio desastrados que levam a cabo o planeamento de um fabuloso roubo de jóias que acaba por revelar-se absolutamente falhado. Como então dissemos, o filme fez encher as bilheteiras e para isso contribuiria, por um lado, a história e, por outro lado, a presença de um dos mais loucos parceiros dos Monty Python - John Cleese - bem como a de dois americanos talentosos, dos quais se destaca a impagável Jamie Lee Curtis (com Kevin Kline, na pele do seu companheiro



Marlon Brando, em «Há Lodo no Cais», de Elia Kazan

«atrasado mental», a merecer um justo Oscar). Embora realizado com a sabedoria e o ritmo de um rotineiro na matéria, o filme contém, entretanto, alguns disparates de mau gosto que nem a todos agradam.

## Nasceu Uma Estrela

(Terça, 00.55, Canal 1)

A hora de fecho desta edição, ainda não conseguimos apurar qual das versões de *Nasceu Uma Estrela* é hoje transmitida pelo Canal 1. Das três versões conhecidas (1937, de William Wellman; 1954, de George Cukor; ou 1976, de Frank Pierson), apenas as duas primeiras são imprescindíveis. Esperemos que seja uma delas a contemplada.

## A Festa de Babette

(Quarta, 00.55, Canal 1)

Na época da repressão contra os *communards*, Babette fugiu de Paris e foi refugiar-se numa pequena aldeia da Jutelândia onde se empregou como serva de duas senhoras que alimentavam a lembrança de seu pai, um pastor muito querido na comunidade. Mas quando Babette recebe a notícia de que ganhara a lotaria francesa ela praticamente gasta todo o dinheiro na encomenda dos víveres e na confecção de um repasto memorável para todos os habitantes da aldeia, até pelos momentos de transformação na visão da vida que experimentaram. Uma pequena obra-prima de sensibilidade e de requintes (veja-se os preparativos do banquete!) que transforma a própria intérprete principal, Stéphane Audran. Um filme de... comer e chorar por mais!



Um fotograma de «Deserto Vermelho», um filme de Michelangelo Antonioni



■ Correia  
da Fonseca

# A cobiça

**A**quele telefilme visitou o universo das telenovelas latino-americanas fazendo escala no Brasil, na Venezuela e no México. A sua origem foi pouco ou nada esclarecida por José Manuel Barata-Feyo, que o apresentou em «Actual-Reportagem» na passada sexta-feira, mas a comissão não me pareceu grave. Embora não mereça confiança de olhos cegos, bem pelo contrário, a rubrica é um dos mais interessantes espaços da actual TV portuguesa, e decerto por isso está exilada na TV2, pois é sabido que o «generalismo» do Canal 1 não inclui programas que contribuam decisivamente para o entendimento do mundo e da vida. Este documentário, designadamente, pareceu-me verdadeiramente precioso, mas receio que poucos o tenham visto.

Intitulava-se «Telenovelas - Televisão, Amor e Poder». Começava por falar-nos do Brasil, país tropical onde há mais televisores que frigoríficos, terra com 65% de analfabetos e os contrastes sociais que são (ainda) conhecidos apesar da imagem maquiada que dele nos é dada pelas telenovelas. Aliás, cada vez há mais aparelhos pelos muitos cantos do Brasil e, como lá foi dito, «à medida que aumenta a miséria aumenta o número de televisores». Falou-se muito da TV Globo, imperatriz da Televisão brasileira com 75% do mercado e, como se sabe, sócia decisiva da SIC. Referiu-se o poder do seu homem forte, Roberto Marinho, e a indistinção não apenas no espírito do público, mas até no dos directos intervenientes na sua feitura, entre realidade e ficção de telenovela. O caso do assassinio da actriz Daniela Perez foi, alegadamente, um caso de trágica confusão entre vida real e faz-de-conta.

Porém, quanto ao Brasil, o mais esclarecedor foi a abordagem da intervenção da TV Globo na campanha eleitoral para a presidência, conquistada, como se sabe pelo já semi-esquecido Collor de Mello. Foi-nos recordado como, a princípio, a muito maior popularidade era a do sindicalista Lula da Silva, e como as manipulações mediáticas inverteram a tendência, encarregando-se a TV de transmitir montagens dos piores momentos de Lula e, por outro lado, aprimorando-se Collor num estilo de populismo desenvolto e veemente que fica muito bem nos ecrãs. Por sinal, olhando aquilo, lembrei-me de um jovem líder lusitano a quem a TV portuguesa também tem dado muito mimos, só que Collor não usava óculos. Quanto à sequência da realidade brasileira, ninguém ainda terá esquecido como foi.

## Um dia, em Caracas...

Passando ao caso da Venezuela, o documentário atingiu a sua fase mais reveladora. Foi-nos dito que, a princípio, as telenovelas venezuelanas seguiam o figurino habitual comercial e rendável, do telenovismo hispano-americano: amores angustiados de meninas lindas e muito bem maquiadas, mesmo quando pobrezinhas, tudo acabando em felicidade dos bons e castigo dos maus, como manda a lei. Porém, aconteceu que, um dia, uma telenovela sintomaticamente intitulada «Por estas calles» se lembrou de desobedecer às regras e de transpor a vida agreste, assustadora, terrível, para o quadro da telenovela. Começou pela realidade dos bandos de delinquentes infantis, assaltantes e assassinos quase apenas de palmo e meio mas manejando armas de verdade, que emergiam dos bairros miseráveis e assolavam a capital. De súbito, entre o alarme e o espanto, os telespectadores venezuelanos descobriram que a telenovela podia ser coisa bem diferente da papinha doce e anestésica a que estavam habituados. Depois, «Por estas ruas» fez subir o tema na escala social e passou a ocupar-se da corrupção do poder político até ao nível presidencial. Assim, a Televisão desencadeou um rápido processo de maturação da opinião pública que sucessivamente desembocou em indignações cívicas, golpe militar, reformulação do quadro político, impugnação do presidente e, finalmente, a sua prisão e julgamento. Nunca a TV assumira tão plenamente a sua força virtual e levava a tão espectaculares consequências. E tudo porque optara por contar com fidelidade e coragem o que em Caracas encontrava «por estas calles».

A escala que o documentário transmitido por «Actual-Reportagem» fez no México foi mais breve, mas ainda assim foi de muito esclarecimento. Era uma vez uma telenovela intitulada «O Voo da Águia» cujo tema era a história da república mexicana e, de um modo especial, da revolução zapatista, que é uma das mais empolgantes páginas do percurso daquele povo historicamente esmagado entre um passado de feroz colonialismo espanhol e uma contemporaneidade marcada pela vizinhança do imperialismo norte-americano. Aconteceu, porém, que em vésperas da estreia da telenovela ocorreu a rebelião da Chiapas, com os camponeses pobres e sobrexplorados a inspirarem-se no exemplo zapatista. Logo a Televisa, que é a homóloga mexicana da Globo, cuidou de retirar a telenovela da «grelha» só a apresentando seis meses depois, convenientemente expurgada da verdade histórica. Era o passado reescrito e asséptico, tal como, aliás, se vai fazendo um pouco por todo o lado, com telenovelas ou sem elas.

## Um sujeito prestável

Ora, aconteceu que, por curiosa coincidência, no próprio dia em que esta já anunciada emissão de «Actual-Reportagem» iria para o ar, um jornal diário de grande tiragem, o «Público», titulava a toda a largura da primeira página o desejo de Pacheco Pereira de que a RTP seja privatizada. Não é novidade em Pacheco Pereira, o que até se estranha em criatura tão propensa a recomendar inovações na prática política, nem sequer na estratégica política da direita, cronicamente a reivindicar desestatizações e desregulamentações que abram pleno caminho ao poder do dinheiro. É certo que, como bem temos visto por cá, a direita pode tomar conta da Televisão pública e, fazendo dela o que muito bem queira, pô-la ao seu serviço. Ainda assim, porém, ela bem sabe que essa situação incorre em ilegitimidade profunda, é de assalto e pilhagem de um bem público, e que bem melhor lhe será que a TV seja mesmo dela pelo sacratíssimo direito de propriedade. Isto é, que toda a TV seja privada, o que lhe é muito mais cómodo e seguro.

É por esse descarado caminho que se move Pacheco Pereira, constando que a sua noção de estratégia ao congresso do PSD acolherá a velha ambição como primeira fase para pressões posteriores. A título de fundamentação e justificação, alinhará, ao que diz o «Público», argumentos de uma ridícula fragilidade. Que o chamado serviço público de Televisão, mais o correspondente financiamento, poderá ser partido em migalhinhas e dividido pelos diversos canais privados que decerto o tratarão com o desvelo e eficácia que é fácil adivinhar. Que o pluralismo informativo ficará confiado à auto-regulação dos jornalistas, como se um jornalista entregue ao arbítrio dos patrões pudesse auto-regular qualquer coisa de decisivo. Por estas e outras se confirma que o homem, não sendo parvo, é de uma inquietante desonestidade intelectual. E sujeito prestável.

Mas a notícia chegou em bom dia: ao serão, o telefilme apresentado por Barata-Feyo veio lembrar, pelo menos aos que o viram, como a Televisão é um instrumento decisivo na gestão imediata das sociedades contemporâneas, e do tal modo que é indispensável que os cidadãos recusem a sua entrega aos que, sendo já donos de muito, não podem apoderar-se também dos lugares estratégicos que ainda pertencem à comunidade e onde alguma resistência ainda é possível. A cobiça de que Pacheco Pereira é solícito porta-voz tem motivações que «Televisão, Amor e Poder» desmascarou com clareza rara. Sabendo-se agora bem do que se trata, é imperativa a mobilização urgente para a recusa em todas as frentes.



Desenho de Palomo

## ESCAPARATE

### DISCOS



#### Os novos «standards»

Herbie Hancock - «The New Standard» - Verve 527 715-2. Grav.: 1995. Dur.: 77'16".

Rodeado de cordas, metais e madeiras e abandonando ele próprio as «electrónicas» para regressar ao piano acústico, Herbie Hancock dá-nos a ouvir a sua versão dos «novos standards» - ou seja, as «novas canções populares» de autores consagrados como Peter Gabriel, John Lennon, Stevie Wonder, Sade, Paul Simon ou Prince que vêm substituir-se aos clássicos dos anos 30/40. Não disfarçando por completo o carácter para comercial deste projecto, Hancock serve-se de um punhado de excelentes músicos (Scofield, Holland, Brecker, DeJohnette e Alias) para às vezes puxar a música para o terreno do Jazz. Um disco sem dúvida agradável, sobretudo para os ouvidos menos «puristas».

#### A cura das depressões

The Blues Brothers - Original Soundtrack Recording. Produção de Bob Tischler com supervisão de Ira Newborn. Edição original de 1980 da Atlantiv Recording Corporation. Edição CD da WEA International.

Ray Charles, James Brown, Aretha Franklin, Cab Calloway são alguns dos participantes de um álbum que voltou às discotecas: a banda sonora original de uma comédia louca dos anos setenta, o filme Blues Brothers. Aqui se explica o que é o chamado som stax e, juntamente com os outros discos igualmente disponíveis dos Blues Brothers, perceber onde é que começaram algumas das tendências actuais da música negra norte-americana. Este álbum tem a particularidade de incluir, gratuitamente, o único remédio conhecido totalmente garantido contra depressões nervosas: escutar dez vezes seguidas a versão de Everybody Needs Somebody to Love.

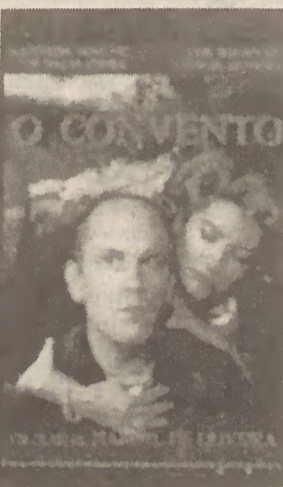


### VIDEOS

#### Uma revisão do «Fausto»

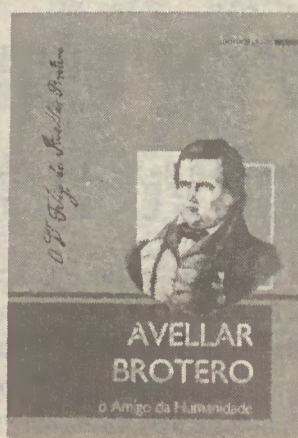
O Convento (Port./Fr./1995). Real.: Manoel de Oliveira. Int.: Catherine Deneuve, John Malkovich, Luís Miguel Cintra, Leonor Silveira. Cor, 90 min. Edição: Atalanta.

Michael Padovic, um professor americano, viaja para Portugal na companhia da sua bela mulher, Hélène, e acolhe-se num velho convento da Arrábida onde procura as provas para confirmar a sua tese de



que Shakespeare era, na realidade, um judeu espanhol... O guardião do convento, Baltar, atraído pela beleza da mulher do professor, procura que este passe horas a investigar na biblioteca do convento, onde é assistido por uma jovem e bela bibliotecária... Num dos seus mais belos filmes, Oliveira filma as tentações de Michael por Baltar, como se evocasse as tentações de Fausto por Mefistófoles. Boa edição, em venda directa.

### LIVROS



#### Avellar Brotero

O Poder Local democrático tem já hoje uma larguíssima tradição editorial, a cuja actividade seria importante um dia destes dar balanço. São várias as edições que nos vêm sendo oferecidas e já a algumas temos feito referência nestas colunas, em recensão breve. Desta vez, lugar a Loures, cuja Câmara Municipal acaba de editar uma biografia de Avellar Brotero, da autoria de João Resa.

Em 1744, Felix da Silva Avellar nascia em Santo António do Tojal, freguesia do Termo de Lisboa nesse tempo, hoje pertencente ao Concelho de Loures, o que explica a edição cuidada da autarquia que assim homenageia este vulto científico, cujo nome ficou ligado à Botânica e também à política, pois a longa vida de Brotero permitir-lhe-á ser eleito deputado às Constituintes de 1821, na sequência da Revolução Liberal.



#### Ser Poeta

Continuando em Loures, desta vez uma edição da Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal. «Ser Poeta», de Natividade Maria Pais de Almeida. Quem a conhece? É mais um exemplo vivo de artista popular, de poucas ou nenhuma letra, mas com a sabedoria da palavra e a arte da poesia. Uma cuidada selecção dos seus versos, com prefácio de Sérgio Pratas.

### CD-ROM



#### Dicionário conciso da folk irlandesa

Dublin Songs-The Official Millennium CD, edição K-tel, 1988. Produção de Bill Whelan, participação de vários músicos. Disponível por importação de algumas discotecas em Lisboa e Porto.

Nas discotecas mais atentas à música folk irlandesa, aparece frequentemente uma gravação já de 1988 efectuada a propósito da celebração dos mil anos da cidade de Dublin. Para os que pela primeira vez procuram gravações significativas de música popular irlandesa, este registo é um verdadeiro «dicionário conciso» sobre o tema. Gente dos Dubliners, Fureys, Chieftains, Clannad, In Tua Nua e nomes como Brendan Grace, Jim McCann, Paddy Reilly, Mary Black, Maura O'Connell e até o eurofestivaleiro Johnny Logan, entre muitos outros, fazem parte da selecção de artistas participantes. Depois há uma criteriosa e exemplar selecção de canções sobre Dublin. É uma peça de colecção.

### TEATRO

#### CASA DAS ARTES

Porto. Tel. 569567. De 3ª a sáb. às 21.45 COISAS DE FOLGAR - FARSAS DE ANRIQUE DA MOTA, encenação de Acácio de Carvalho

#### CONVENTO DOS INGLESINHOS

Lisboa, Trv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). Tel. 3460228. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CAMÕES - TANTA GUERRA, TANTO ENGANO, encenação de Silvína Pereira, pelo Teatro Maizum

#### TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa)

#### TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

#### TEATRO CIRCO

Braga. Tel. 29423. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. LUX IN TENEBRIS, de Bertolt Brecht, pela Comp. de Teatro de Braga

#### TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às

21.30, dom. às 16.00. TRADUÇÕES, de Brian Friel, encenação de António Solmer, pelo elenco do Teatro da Malaposta.

#### TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

#### TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PORTUGAL, ANOS QUARENTA, de Luiz Francisco Rebelo, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC

#### TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. RAZÕES E CORAÇÕES, a partir de Gil Vicente, encenação de Vítor Gonçalves.

#### TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. O PODER DO DINHEIRO, encenação de Graziella Galvani, com Fernanda Alves, Luís Madureira e Jeff Cohen (até 17 de Março)

#### TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. AONDE ESTÁ VOCÊ AGORA?, de Regiana Antonine



## A TALHE DE FOICE

### O mistério dos Ministérios

Era uma vez dois Ministérios que se sucederam um ao outro na governação.

Um chamava-se «Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais», pertencia ao executivo de Cavaco Silva e governou até Outubro passado.

O outro chama-se «Ministério do Ambiente», integra o executivo de António Guterres e sucedeu ao primeiro desde a mesma data.

Até aqui nada de especial.

O extraordinário começa num documento produzido pelo actual «Ministério do Ambiente» sobre o PIDDAC/96, redigido em quatro concisos parágrafos cujos resumos, com a devida vénia.

No primeiro, assegura-se que [no PIDDAC/96, obviamente] «assumem peso significativo os investimentos em aproveitamentos hidráulicos», «em obras de saneamento básico» e «na implementação de sistemas de reciclagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos», nomeando-se alguns locais para dar geografia às promessas.

No segundo, garante-se - já sem destinatários concretos - que «no domínio da conservação e valorização do património natural predominam acções a realizar nas áreas protegidas, destacando-se a reflorestação e instalação de uma rede de vigilância de fogos e a aquisição e gestão de santuários naturais e intervenções em áreas sensíveis».

Com a sensibilidade em crescendo, o terceiro parágrafo abandona o tom afirmativo e só «refere», «na área das acções não co-financiadas, a instalação de diversos serviços e outras intervenções na área da defesa do consumidor».

O quarto parágrafo, boiando já num estado de sensibilidade pura, limita-se a «salientar» uma «concessão em articulação com o PEDIP II de incentivos para a melhoria do impacte ambiental da actividade produtiva, designadamente para a instalação de equipamentos de despoluição terminal de efluentes e de resíduos sólidos das unidades industriais».

Entretanto, assinale-se que todos os sublinhados constam do original.

E onde está o extraordinário disto?

Obviamente que não está neste amontoado de vagas promessas à pressa penduradas em quatro esqueléticos parágrafos.

O extraordinário é que este «PIDDAC/96» do Ministério do Ambiente do Governo PS é, sem tirar nem pôr, o «PIDDAC/95» elaborado pelo Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo do PSD/Cavaco Silva.

A cópia é tão minuciosa que repete tudo - até os sublinhados.

Com uma diferença: as «possibilidades de investimento» do PIDDAC sobem de 28,1 milhões de contos em 1995 para 33,7 milhões de contos em 1996, alteração que resulta dum esperado aumento... dos fundos comunitários.

Assinale-se, pois, este pormenor criativo do novo Ministério, que não deixou de ornamentar a sua cópia do PIDDAC cavaquista com mais alguns milhões de contos de lavra... comunitária.

Se esses milhões virão ou não, também pouco importa: além de raquítico, este PIDDAC é levado tão pouco a sério que vai passando, em fotocópia, de um ano para o outro.

O que ninguém esperava é que passasse de um Governo para o outro.

Mas, pelos vistos, o Governo PS não se limita a prosseguir, no essencial, a política traçada pelo cavaquismo.

Quatro meses depois, os vencedores de 1 de Outubro já governam com as orientações que os vencidos esqueceram nas gavetas...

■ HC

## Ensino Superior PCP contra novo regime de acesso

Em Conferência de Imprensa do PCP, realizada ontem à tarde, em que participaram Edgar Correia, membro da Comissão Política, e Paulo Rodrigues, professor, membro da Comissão Nacional para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, foi divulgada uma apreciação sobre a orientação aprovada pelo Governo em relação ao acesso ao Ensino Superior e divulgadas nove propostas do PCP.

O PCP pronuncia-se negativamente em relação à orientação estabelecida pelo Ministério da Educação e agora aprovada pelo Conselho de Ministros no que respeita aos exames do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior, pelo carácter tardio da fixação de orientações pelo Governo, a que acresce a ausência de debate público, prévio.

É também de anotar criticamente o facto do Governo do PS manter o essencial das orientações estabelecidas pelos governos do PSD, quer no que respeita à concretização do despacho sobre a avaliação do ensino secundário de Couto dos Santos, que prevê uma acrescida selectividade através da institucionalização de exames nacionais de conclusão do ensino secundário, quer em relação à manutenção de um sistema de acesso ao ensino superior particularmente injusto.

A fixação do chamado «valor mínimo» da nota de candidatura ao ensino superior, em circuns-

tâncias em que a nota de candidatura pode estar contaminada por classificações empoladas relativas ao período de escolaridade no ensino secundário, apenas como instrumento artificial de controlo dos fluxos escolares (o que levou o Ministério da Educação a admitir valores mínimos muito inferiores a 10 numa escala de 0 a 20), não constitui uma medida aceitável. E o carácter facultativo do estabelecimento desse «valor mínimo» para os exames nacionais que, sob pressão dos lobbies das escolas privadas, o Conselho de Ministros decidiu terça-feira à noite, representa uma emenda pior que o soneto que traduz o completo desnorte do Governo num ponto muito importante da política educativa.

Foram publicamente apresentadas as seguintes nove propostas do PCP:

1ª A classificação do ensino secundário deve depender exclusivamente dos processos e resultados da avaliação interna

conduzidos nas próprias escolas.

2ª A eliminação do *numerus clausus*, no sentido de restrição quantitativa, de carácter global, no acesso ao ensino superior público, deve ser realizada no prazo de três anos lectivos.

3ª O acesso ao ensino superior deve ser realizado no quadro definido pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Artigo 12º), de habilitação com curso secundário, ou equivalente, cumulativamente com prova de capacidade para a frequência do ensino superior.

4ª A prova de acesso ou provas de acesso, de avaliação de capacidade, também nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, deverão ter âmbito nacional e ser específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.

5ª Os júris para a elaboração destas provas nacionais de acesso devem integrar professores do ensino secundário e do ensino superior, devendo ser garantida a sua adequação aos programas efectivamente leccionados no ensino secundário.

6ª Para diminuir a contingência dos exames, cada prova nacional de acesso deverá ter duas oportunidades de realização cumulativas, sendo tomada em consideração a nota mais elevada obtida pelo aluno, no caso de ter optado

por comparecer nas duas oportunidades.

7ª Os alunos deverão ser distribuídos aleatoriamente, por concelho, em princípio, pelas salas destinadas à prestação de provas, de forma a garantir condições de igualdade na realização dos respectivos exames.

8ª A nota de candidatura aos estabelecimentos públicos e privados do ensino superior deverá ser calculada: - 50% correspondente à média das classificações obtidas na prova ou provas nacionais de acesso (específicas); - 50% correspondente à média das classificações obtidas nos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.

9ª Para evitar a situação, indesejável e geradora de injustiças, de se registarem classificações obtidas durante o período de escolaridade, anormalmente baixas ou elevadas, consoante os estabelecimentos de ensino secundário frequentados pelos alunos, seja em resultado de assimetrias regionais ou culturais, seja em consequência da falta de isenção e de seriedade na atribuição de classificações, deverá proceder-se à correcção estatística das classificações do ensino secundário, que assegure aos estudantes uma maior justiça relativa, com base na comparação destas com as obtidas nas provas nacionais de acesso (específicas).

## Faltam para as Pirites Alentejanas propostas e garantias concretas

Em plenário de trabalhadores, foram ontem analisadas as afirmações feitas acerca do futuro das Pirites Alentejanas pelo secretário de Estado da Indústria, que na semana passada recebeu uma delegação de mineiros e o presidente da Câmara de Aljustrel, acompanhados na sua deslocação à capital por centenas de trabalhadores e outros moradores da vila, entre os quais muitos jovens.

A proposta de resolução, apresentada no plenário pelas estruturas representativas dos mineiros e a que o «Avante!» teve acesso no momento do fecho da edição, adianta uma apreciação sobre as ideias avançadas pelo Governo e que, por orientação deste, deverão ser concretizadas na Assembleia Geral da empresa, convocada para o próximo dia 26.

Os representantes dos mineiros começam por ressaltar que «um juízo e uma conclusão sobre o cumprimento das garantias dadas» pelo



Centenas de mineiros e outros habitantes de Aljustrel reafirmam, dia 6, em Lisboa, que é necessário retomar a laboração nas Pirites Alentejanas

Governo só será possível depois de conhecido o conjunto dos projectos referidos na reunião com Augusto Mateus. Para já, a «diferença fundamental» entre o projecto anterior e o defendido pelo secretário de Estado no dia 6 «reside no facto deste pressupor a redução do quadro de pessoal nesta fase de rearranque».

Da Assembleia Geral de dia 26, os mineiros esperam que as declarações do executivo se traduzam na «correcção dos prejuízos e dos sacrifícios relativamente a todos os trabalhadores». Até àquela data, deveria o Governo concretizar os contornos dos novos projectos que defende para Aljustrel, de modo a ser possível analisar se eles compensam ou não a redução do emprego que o novo projecto para a mina prevê.

